



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PGCIN

AMABILE COSTA

**CONSTITUIÇÃO DO ACERVO DA BIBLIOTECA DA PENITENCIÁRIA MASCULINA
DE FLORIANÓPOLIS: UM ESTUDO DE CASO**

FLORIANÓPOLIS
2020

AMABILE COSTA

**CONSTITUIÇÃO DO ACERVO DA BIBLIOTECA DA PENITENCIÁRIA MASCULINA
DE FLORIANÓPOLIS: UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do título de mestra em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Camila Monteiro de Barros.

Co-orientadora: Prof^ª Dr^ª Daniella Camara Pizarro.

Linha de pesquisa: Organização, Representação e Mediação da Informação e do Conhecimento

FLORIANÓPOLIS
2020

Costa, Amabile

Constituição do acervo da Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis : um estudo de caso / Amabile Costa ; orientadora, Camila Monteiro de Barros, coorientadora, Daniella Camara Pizarro, 2020.
120 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Ciência da Informação. 2. Biblioteca prisional. 3. Desenvolvimento de coleção. 4. Educação prisional. 5. Estudo de caso. I. Barros, Camila Monteiro de . II. Pizarro, Daniella Camara. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. IV. Título.

Amabile Costa

Constituição do Acervo da Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis: um estudo de caso

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Camila Monteiro de Barros
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Profa. Dra. Luciane Paula Vital
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Edgar Bisset Alvarez
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Profa. Dra. Caroline Kern
Centro Universitário Estácio de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em nome do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação.

Prof. Dr. Adilson Luiz Pinto
Coordenador do Programa

Profa. Dra. Camila Monteiro de Barros
Orientadora

Florianópolis, 26 de fevereiro de 2020.

À minha mãe, Clarionice.
À minha avó, Alzira e meu avô, Lauro (*in memoriam*).
Gratidão por estarem comigo, física e espiritualmente, em
toda minha trajetória acadêmica e profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, Clarionice Muller por todo o apoio, amor, carinho, afeto, orientação, conselhos, horas sem dormir, por me tranquilizar, por estar presente, por me dar todo o suporte para que eu concluísse o mestrado com sucesso. Obrigada por existir! Por ter tanto orgulho de mim e por sempre estudar comigo. Agradeço também ao companheiro da minha mãe, Cléo, pelos conselhos, idas e vindas de concursos, treinamentos e parceria.

Agradeço imensamente a minha tia, Keli Muller e ao meu tio, Anderson Koerich. Pela paciência, amor e carinho, por estarem presente e pelo auxílio em relação a minha vida acadêmica.

Agradeço também as minhas primas, Maryáh Koerich e Pollyana Koerich. Pelos momentos que passamos juntas, comidas, risadas, músicas, sustos, todo amor e afeto que vocês duas tem por mim. Aproveito para avisa-las que estarei sempre com vocês. Mexeu com uma, mexeu com todas.

Agradeço ao meu parceiro, Samuel Lopes, por estar comigo nessa batalha. Aconselhando, tendo paciência, fazendo com que eu respirasse fundo nos momentos pesados dessa trajetória. Pelas festas e pelas refeições, obrigada por cuidar de mim.

Agradeço à espiritualidade amiga que está comigo em todos os momentos, bons e quase não tão bons, me amparando e confortando. Tornando-me cada vez mais corajosa e estruturada física e psicologicamente para que meus objetivos sejam cumpridos e alcançados. Odoyá minha mãe.

À Professora Camila Monteiro de Barros, por ser minha orientadora. Obrigada por acreditar em mim e em minha pesquisa, por me orientar, por estar comigo em todas as empreitadas que o mestrado me proporcionou. Obrigada por ser essa pessoa maravilhosa e calma, que conforta com suas palavras nos momentos de ansiedade. Obrigada por fazer parte da minha pesquisa!!!

À Professora Daniella Camara Pizarro, por estar comigo desde a graduação me orientando e aconselhando. Obrigada por entrar nessa pesquisa comigo quando fiz meu Trabalho de Conclusão de Curso e meu Estágio Curricular Obrigatório. Gratidão por entrar no Programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade e por me co-orientar na Dissertação. Obrigada por ser essa pessoa iluminada, por ter estudado comigo, por ter lutado para que a temática estivesse presente nas mais diversas ações propostas pela Universidade e fora dela.

Agradeço, também, a banca desta dissertação, Luciane Vital, Edgar Bisset, Caroline Kern e Rodrigo de Sales. Obrigada por disponibilizarem seu tempo para realizar as leituras e fazer sugestões para este trabalho.

Agradeço imensamente aos meus amigos: Jean Brito, Keitty Vieira, Lucas Mendes e Rodrigo de Oliveira por serem as pessoas mais sensatas em minha vida. Por me aconselharem em todas as escolhas e perspectivas da dissertação e fora dela. Pelas revisões, pelos milhões de áudios e explicações, pelos conselhos e dicas. Vocês são pessoas incríveis e “fadas sensatas”, obrigada por estarem ao meu lado. Agradeço também a Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB), pelas experiências em toda minha trajetória e pelo companheirismo.

Aos meus colegas: Genilson Geraldo, Andreia Santos, Leia Santos, Ciro Monteiro, Jessica Bedin, Jessica Layne, Kariane Regina, Renata Albino, Priscila Sena, Carol Carvalho, Renata Schlickmann e Liliam Guimarães, agradeço tudo que vocês fizeram por mim durante minha vida acadêmica. Pelos conselhos, por me acompanharem e estarem felizes comigo, pelas dicas e referências bibliográficas, pelas oportunidades em falar sobre minha pesquisa. Cada um de vocês tem um espaço em meu coração e em minha vida.

Às minhas professoras e professores da Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFSC, obrigada por me incentivarem a continuar, obrigada pelos ensinamentos. Agradeço imensamente à Sabrina de Conto por estar sempre conosco, recebendo e tirando todas as dúvidas em relação a pós.

Agradeço também ao órgão de fomento Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) por financiar minha pesquisa por meio da bolsa de desenvolvimento social. Obrigada por existir, por financiar e apoiar tantas outras importantes pesquisas realizadas em todo território nacional. Obrigada por resistir e persistir.

Agradeço ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a presidenta Dilma Rousseff, pelas políticas implementadas visando a melhoria na educação e nas universidades federais e estaduais. Apoiando os movimentos sociais e, tendo em vista políticas públicas para pessoas em situação de vulnerabilidade social e marginalizadas.

MUITO OBRIGADO AXÉ

Odô, Axé Odô, Axé Odô, Axé Odô
Odô, Axé Odô, Axé Odô, Axé Odô

Isso é pra te levar no Ilê
Pra te lembrar do Badauê
Pra te lembrar de lá

Isso é pra te levar no meu terreiro
Pra te levar no Candomblé
Pra te levar no altar

Isso é pra te levar na fé
Deus é brasileiro
Muito obrigado Axé

Ilumina o Mirin Orunmilá
Na estrada que vem a cota
É um malê é um maleme
Quem tem santo é quem entende

Quanto mais pra quem tem Ogum
Missão e paz
Quanto mais pra quem tem ideais e
Os Orixás

Joga as armas prá lá
Joga, joga as armas pra lá
Joga as armas pra lá
Faz a festa

Joga as armas prá lá
Joga, joga as armas pra lá
Joga as armas pra lá
Faz um samba

Joga as armas prá lá
Joga, joga as armas pra lá
Joga as armas pra lá
Traz a orquestra

Joga as armas prá lá
Joga, joga as armas pra lá
Joga as armas pra lá
Faz a festa

IVETE SANGALO E MARIA BETHÂNIA

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a constituição do acervo da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis, tendo como objetivos específicos: descrever as condições gerais do ambiente e do acervo; caracterizar as temáticas contempladas no acervo; mapear a proveniência do acervo; conhecer os critérios de seleção do acervo e propor diretrizes para o desenvolvimento desse acervo. Ressalta-se que as bibliotecas prisionais são unidades que disponibilizam às pessoas privadas de liberdade o acesso à informação e conseqüentemente a modificar conhecimentos que serão utilizados para conscientização de aspectos sociais, religiosos, pessoais, culturais, literários, entre outros. A pesquisa foi caracterizada da seguinte forma, em relação aos objetivos, é uma pesquisa exploratória; no que tange aos procedimentos técnicos, a pesquisa é documental; quanto a forma de abordagem do problema é qualitativa. O universo desta pesquisa é a Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis, vinculada ao Complexo Penitenciário de Florianópolis. No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, realizou-se uma visita *in loco* no segundo semestre de 2019, para levantar informações sobre as condições gerais do ambiente e do acervo, bem como as temáticas presentes no acervo, as informações foram levantadas por meio de um guia de observação. Além disso, utilizaram três formulários apresentados por meio de *google forms* para coletar os dados referentes a proveniência das obras que compõem essa coleção e os critérios de seleção do acervo. Os formulários eram diferenciados para contemplar profissionais da educação, segurança e biblioteca do Complexo Penitenciário de Florianópolis. O formulário foi enviado para dez pessoas, sendo quatro envolvidas com os aspectos de educação, três agentes prisionais e três funcionárias e voluntárias envolvidas com a biblioteca. Para analisar os dados coletados, utilizou-se o método de análise de conteúdo proposto por Bardin, que consiste em pré-análise, exploração de material, inferência e interpretação e, interpretação dos resultados. As respostas foram coletadas e analisadas, baseado nas perguntas elaboradas pela autora desta dissertação, três categorias foram estipuladas para a aplicação da análise de conteúdo, são elas: acervo, serviço e acesso. Ademais, uma revisão sistemática de literatura, com o objetivo de efetuar um levantamento bibliográfico sobre bibliotecas prisionais, foi realizada na base de dados *Library Information Science Abstract*, com doze termos em português, inglês e espanhol; as palavras poderiam ocorrer em qualquer parte do documento, entre outros aspectos. 227 documentos foram recuperados, após os critérios de exclusão aplicados, o corpus documental desta pesquisa ficou em 55 materiais. Evidencia-se que um dos métodos desta pesquisa é o estudo de caso, que visa coletar dados de uma realidade para analisar acontecimentos de um determinado contexto. Como resultado deste trabalho, apresentam diretrizes para desenvolvimento de coleção para biblioteca prisional baseada na Biblioteca do Complexo de Florianópolis, evidenciando aspectos sobre as experiências das bibliotecas vinculadas aos espaços de privação de liberdade, tanto nacional, quanto internacional; a mediação da informação e da leitura dentro dos estabelecimentos prisionais e a política de desenvolvimento de coleção adequada as instituições penais.

Palavras-chave: Bibliotecas prisionais. Desenvolvimento de coleção. Análise de conteúdo. Educação.

ABSTRACT

The general objective of this research was to analyze the constitution of the collection of the Florianópolis Penitentiary Library, having as specific objectives: to describe the general conditions of the environment and the collection; characterize the themes included in the collection; map the provenance of the collection; know the collection selection criteria and propose guidelines for the development of this collection. It is emphasized that prison libraries are units that provide access to information to people deprived of their liberty and, consequently, to modify knowledge that will be used to raise awareness of social, religious, personal, cultural, literary aspects, among others. The research was characterized as follows, in relation to the objectives, it is an exploratory research; with regard to technical procedures, the research is documentary; as the way of approaching the problem is qualitative. The universe of this research is the Florianópolis Penitentiary Library, linked to the Florianópolis Penitentiary Complex. With regard to methodological procedures, an on-site visit was carried out in the second half of 2019, to gather information on the general conditions of the environment and the collection, as well as the themes present in the collection, the information was raised through a observation guide. In addition, they used three forms presented through google forms to collect data regarding the provenance of the works that make up this collection and the selection criteria of the collection. The forms were differentiated to include education, security and library professionals from the Florianópolis Penitentiary Complex. The form was sent to ten people, four of whom were involved with the education aspects, three prison officers and three employees and volunteers involved with the library. To analyze the collected data, we used the content analysis method proposed by Bardin, which consists of pre-analysis, material exploration, inference and interpretation, and interpretation of results. The answers were collected and analyzed, based on the questions prepared by the author of this dissertation, three categories were stipulated for the application of content analysis, they are: collection, service and access. In addition, a systematic review of the literature, with the objective of carrying out a bibliographic survey on prison libraries, was carried out in the Library Information Science Abstract database, with twelve terms in Portuguese, English and Spanish; the words could occur anywhere in the document, among other aspects. 227 documents were recovered, after the exclusion criteria applied, the documentary corpus of this research was in 55 materials. It is evident that one of the methods of this research is the case study, which aims to collect data from a reality to analyze events in a given context. As a result of this work, they present guidelines for the development of a collection for a prison library based on the Library of the Complexo de Florianópolis, highlighting aspects of the experiences of libraries linked to spaces of deprivation of liberty, both nationally and internationally; mediation of information and reading within prisons and the policy of developing an appropriate collection for penal institutions.

Keywords: Prison libraries. Collection development. Content analysis. Education.

RESUMEN

El objetivo general de esta investigación fue analizar la constitución de la colección de la Biblioteca Penitenciaria de Florianópolis, teniendo como objetivos específicos: describir las condiciones generales del medio ambiente y la colección; caracterizar los temas incluidos en la colección; mapear la procedencia de la colección; Conozca los criterios de selección de la colección y proponga pautas para el desarrollo de esta colección. Cabe destacar que las bibliotecas penitenciarias son unidades que brindan acceso a la información a personas privadas de libertad y, en consecuencia, modifican el conocimiento que se utilizará para crear conciencia sobre los aspectos sociales, religiosos, personales, culturales, literarios, entre otros. La investigación se caracterizó de la siguiente manera, en relación con los objetivos, es una investigación exploratoria; con respecto a los procedimientos técnicos, la investigación es documental; ya que la forma de abordar el problema es cualitativa. El universo de esta investigación es la Biblioteca Penitenciaria de Florianópolis, vinculada al Complejo Penitenciario de Florianópolis. Con respecto a los procedimientos metodológicos, se realizó una visita in situ en la segunda mitad de 2019, para recopilar información sobre las condiciones generales del medio ambiente y la colección, así como los temas presentes en la colección, la información se recabó a través de un guía de observación. Además, utilizaron tres formularios presentados a través de los formularios de Google para recopilar datos sobre la procedencia de las obras que componen esta colección y los criterios de selección de la colección. Los formularios se diferenciaron para incluir a profesionales de la educación, la seguridad y las bibliotecas en el Complejo Penitenciario de Florianópolis. El formulario fue enviado a diez personas, cuatro de las cuales estuvieron involucradas con los aspectos educativos, tres oficiales de la prisión y tres empleados y voluntarios involucrados con la biblioteca. Para analizar los datos recopilados, se utilizó el método de análisis de contenido propuesto por Bardin, que consiste en preanálisis, exploración de materiales, inferencia e interpretación e interpretación de resultados. Las respuestas fueron recopiladas y analizadas, en base a las preguntas preparadas por el autor de esta disertación, se estipularon tres categorías para la aplicación del análisis de contenido, que son: recopilación, servicio y acceso. Además, se realizó una revisión sistemática de la literatura, con el objetivo de realizar una encuesta bibliográfica de las bibliotecas de las prisiones, en la base de datos del Resumen de Ciencias de la Información de la Biblioteca, con doce términos en portugués, inglés y español; las palabras pueden aparecer en cualquier parte del documento, entre otras cosas. Se recuperaron 227 documentos, luego de aplicar los criterios de exclusión, el corpus documental de esta investigación se realizó en 55 materiales. Es evidente que uno de los métodos de esta investigación es el estudio de caso, que tiene como objetivo recopilar datos de una realidad para analizar eventos en un contexto dado. Como resultado de este trabajo, presentan pautas para el desarrollo de una colección para una biblioteca penitenciaria basada en la Biblioteca del Complejo de Florianópolis, destacando aspectos de las experiencias de las bibliotecas vinculadas a espacios de privación de libertad, tanto a nivel nacional como internacional; mediación de información y lectura dentro de las cárceles y la política de desarrollar una colección apropiada para las instituciones penales.

Palabras clave: bibliotecas penitenciarias. Desarrollo de colecciones. Análisis de contenido. Educación

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Normas e diretrizes sobre bibliotecas prisionais.....	35
Quadro 2 - Percurso histórico das legislações.....	46
Quadro 3 - Oferta de salas de leitura e/ou bibliotecas.....	50
Quadro 4 - Característica da pesquisa.....	79
Quadro 5 - Informações determinadas referentes a pré-análise.....	81
Quadro 6 - Etapas Estudo de Caso.....	82
Quadro 7 - Síntese dos objetivos e respectivos métodos.....	83
Quadro 8 - Diretrizes para política de desenvolvimento de coleção em bibliotecas prisionais.....	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALA	<i>American Library Association</i>
ASCLA	<i>Association of Specialized and Cooperative Library Agencies</i>
BNMP	Banco Nacional de Monitoramento das Prisões
CAPES	Coordenação Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBBP	Comissão Brasileira de Biblioteca Prisional
CD	<i>Compact Disc</i>
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CEJA	Centro de Educação de Jovens e Adultos
CI	Ciência da Informação
CILIP	<i>Chartered Institute of Library and Information Professionals</i>
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COT	Centro de Observação e Triagem
CTT	Centro de Triagem da Trindade
DEAP	Departamento de Administração Prisional
DVD	<i>Digital Versatile Disc</i>
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação e Competências de Jovens e Adultos
EUA	Estados Unidos da América
FAED	Centro de Ciências Humanas e da Educação
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituição
HCTP	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico
IFLA	<i>Information Federal of Library Associations and Institutions</i>
IPQ	Instituto de Psiquiatria
LEP	Lei de Execução Penal
LISA	<i>Library and Information Science Abstract</i>
MS	Mato Grosso do Sul
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil

ONU	Organização das Nações Unidas
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNL	Plano Nacional do Livro
RSL	Revisão Sistemática da Literatura
SC	Santa Catarina
SED	Secretaria de Estado da Educação
SJC	Secretaria do Estado de Justiça e Cidadania
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCI	Taft Correctional Institution
TV	Televisão
UBS	Unidade Básica de Saúde
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1617
2. BIBLIOTECAS EM ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	2324
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DAS PRISÕES E BIBLIOTECAS PRISIONAIS NO BRASIL	
4344	
3. LEITURA E ACERVO: A MEDIAÇÃO DENTRO DOS ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE.....	5859
3.1 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÃO ADEQUADA AOS ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	73
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	80
4.1 MÉTODOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	81
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	85
5.1 OBSERVAÇÃO <i>IN LOCO</i>	85
5.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS	87
5.2.1 Acervo	87
5.2.2 Serviço	9089
5.2.3 Acesso	91
5.3 REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA NA BASE DE DADOS LISA	9291
6. DIRETRIZES PARA ALÉM DO DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÃO ..	93
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS.....	106
APÊNDICE A	118
APÊNDICE B	119
APÊNDICE C.....	120
APÊNDICE D.....	121

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, as leis que regulam a educação e as bibliotecas dentro dos espaços de privação de liberdade são: a Lei de Execução Penal (LEP) nº 7210 - 11 de julho de 1984, que apresenta detalhadamente os direitos e deveres dos reeducandos¹ e do Estado; a Lei Federal nº 12.433 - 29 de junho de 2011, que sanciona a remição da pena pelo estudo ou pelo trabalho; a Recomendação nº 44 de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, que institui a Remição de Pena pela Leitura e a Lei Federal nº 13.163 - de 9 de setembro de 2015, que sanciona o ensino médio dentro das penitenciárias. Ressalta-se que as leis são homologadas para garantir os direitos de cada cidadão, portanto, seu cumprimento é essencial.

Um dos pontos da Lei de Execução Penal é estabelecer e explicar quais são os tipos de estabelecimentos penais e suas características, em vista disso cabe ressaltar as especificidades de cada um. Existem seis espaços destinados aos reeducandos no Brasil, são eles: a) penitenciária; b) colônia agrícola, industrial ou similar; c) casa do albergado; d) centro de observação; e) hospital de custódia e tratamento psiquiátrico e f) cadeia pública.

A penitenciária é um espaço para as pessoas privadas de liberdade que precisam cumprir suas penas em regime fechado, o “condenado fica preso o dia inteiro e só sai para trabalhar em casos específicos” (GONÇALVES, 2015 p. 2). Esses espaços deverão disponibilizar aos reeducandos² uma “cela individual que conterà dormitório, aparelho sanitário e lavatório”. Para as penitenciárias femininas, acrescenta-se “seção para gestante e parturiente e de creche para abrigar as crianças maiores de seis meses” (BRASIL, 1984, p. 16).

A colônia penal agrícola, industrial ou similar é focada em pessoas que cumprirão sua pena em regime semiaberto, portanto, o reeducando dormirá nos espaços destinados a esse regime e, “sua pena estará atrelada ao seu trabalho” (GONÇALVES, 2015, p. 15). Na colônia penal agrícola, o reeducando poderá “ser alojado em compartimento coletivo” (BRASIL, 1984, p. 17), também é

¹ Para esta pesquisa, utilizar-se-á os substantivos no gênero masculino, conforme as regras estabelecidas pela língua portuguesa, além disso, para que os leitores compreendam quais estabelecimentos trabalham com o público feminino e masculino. Porém, a autora tem consciência que “existe um uso sexista da língua na expressão oral e escrita (nas conversações informais e nos documentos oficiais) que transmite e reforça as relações assimétricas, hierárquicas e não equitativas que se dão entre os sexos em cada sociedade e que é utilizado em todos os seus âmbitos” (FRANCO; CERVERA, 2006, p. 5).

²Utilizou-se neste trabalho diversas denominações para referir-se às pessoas que estão privadas de liberdade, isso sucedeu-se pelo fato de que não existe um termo capaz de ser justo com essas pessoas, e nem pelo que elas passam enquanto estão encarceradas.

necessário que uma seleção adequada em relação a escolha dos internos seja feita, respeitando-se o limite máximo da capacidade da instituição.

Na casa do albergado voltada aos reeducandos em regime aberto, os mesmos deverão

Permanecer no local que for designado, durante o repouso e nos dias de folga sair para o trabalho e retornar, nos horários fixos; não se ausentar da cidade onde reside, sem autorização judicial; comparecer a Juízo, para informar e justificar as suas atividades quando for determinado” (BRASIL, 1984, p. 19).

Além disso, a casa do albergado contará com acomodações para a população carcerária, bem como, salas para cursos e palestras (BRASIL, 1984). Já no centro de observação são realizados “exames gerais e criminológico, cujos resultados serão encaminhados à Comissão Técnica de Classificação” (BRASIL, 1984, p. 17).

O hospital de custódia e tratamento psiquiátrico está destinado às pessoas diagnosticadas com doenças mentais em estágio completo ou em andamento. Para tal diagnóstico são realizados exames e, uma vez diagnosticados, os detentos são encaminhados ao Instituto de Psiquiatria (IPQ), pois o tratamento é obrigatório. Por fim, a cadeia pública é onde ficam os reeducandos provisórios, ou seja, aqueles que ainda serão julgados (BRASIL, 1984).

Com base em minhas experiências, podemos afirmar que a realidade, em alguns casos, não condiz com a literatura e/ou legislação. No período em que realizei o estágio curricular obrigatório, foi possível observar que a população das penitenciárias é composta por presos provisórios, que teoricamente deveriam estar aguardando julgamento dentro das cadeias públicas. Além disso, o Banco Nacional de Monitoramento das Prisões (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2018) mostra que a maioria dos presos que estão em espaços de privação de liberdade ainda estão sem condenação.

Salienta-se que as legislações apresentadas anteriormente, estão sancionadas em todo o território nacional, portanto, devem estar sendo aplicadas no estabelecimento onde acontecerá o universo desta pesquisa. Ressalta-se também que as peculiaridades dos estabelecimentos prisionais, estão presentes nesta dissertação para evidenciar as diferenças de cada estabelecimento prisional, e, conseqüentemente apresentar o funcionamento do ambiente que a pesquisa está sendo aplicada.

O universo desta pesquisa é composto pela Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis, vinculada ao Complexo Penitenciário de Florianópolis, localizado no bairro Agrônômica. Este Complexo é composto pelas seguintes unidades: Casa Velha; Penitenciária Estadual de Florianópolis; Presídio Masculino; Presídio Feminino; Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP); Casa do Albergado; Centro de Observação e Triagem (COT);

Centro de Triagem da Trindade (CTT); Unidade Básica de Saúde (UBS) e Companhia de Policiamento e Guarda (COSTA, 2017).

A presente dissertação está voltada para a constituição dos acervos da Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis. De acordo com Vergueiro (1989), a constituição dos acervos deve ser realizada pela política de desenvolvimento de coleção, por meio da qual acontece o planejamento cíclico das atividades elaboradas a partir de metodologias e ações que irão envolver todo o acervo de uma biblioteca. Ressalta-se que cada tipo de biblioteca deve possuir sua política de desenvolvimento de coleção com ênfase em suas especificidades.

Para que se faça de forma correta o desenvolvimento de coleção algumas etapas deverão ser cumpridas. Uma delas é o planejamento que pode ser influenciado por diversos fatores, tais como, “o tipo de biblioteca, os objetivos específicos que cada uma delas busca atingir, a comunidade específica a ser atendida” (VERGUEIRO, 1989, p. 5). Envolve também as seguintes ações: a) avaliação; b) desbastamento; c) aquisição; d) seleção; e) políticas de seleção; f) estudo de comunidade (VERGUEIRO, 1989).

Esse desenvolvimento “oferece aos bibliotecários um roteiro que permite visualizar o panorama que permeia todas as atividades que envolvem os acervos físicos e digitais de uma unidade de informação” (CORREA, 2013, p. 5). Geralmente, documentos são criados para evidenciar os pontos das políticas e nortear o bibliotecário em decisões, por exemplo, sobre quais materiais farão parte da coleção (conteúdo e formato), política de aquisição do material, quais são os critérios para que esse material esteja no acervo, quais as necessidades informacionais da comunidade, como será a avaliação para que os materiais sejam mantidos ou não no acervo.

A escolha desta temática está imbricada às experiências vivenciadas por mim, durante o período de sua graduação em Biblioteconomia, desde seu vínculo ao “Programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade”³, de 2016 até 2019, quando o Programa foi encerrado, como pesquisadora associada e a realização do Estágio Curricular obrigatório na biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis. Fruto destas experiências foi o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre a temática, intitulado “Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis: um espaço sociocultural e educativo” apresentado no curso de Biblioteconomia Habilitação em Gestão da Informação na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) em 2017.

³ Coordenado em 2016-2017 pela professora doutora Geysa Spitz Alcoforado de Abreu, vinculada ao Departamento de Pedagogia da UDESC. Logo em seguida, coordenado nos anos de 2018 e 2019 pela professora doutora Daniella Camara Pizarro, vinculada ao Departamento de Biblioteconomia da UDESC.

A atuação da UDESC nos espaços de privação de liberdade aconteceu de 2016 a 2019. O Programa Novos Horizontes contava com quatro ações: 1. Projeto INCLUIR: objetiva o acesso, a permanência e a implementação de políticas inclusivas na UDESC para reeducandos e egressos do sistema prisional catarinense no ensino superior; 2. Formação compartilhada no contexto da educação prisional: desenvolvimento de formações para professores, assistentes sociais, psicólogos do sistema prisional de Florianópolis/SC; 3. Biblioteca como espaço cultural e socioeducativo nas unidades penais: organização do acervo bibliográfico e desenvolvimento de uma política de coleções para a Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis; e 4. I Seminário Internacional de Arte e Educação Prisional: promovido com o objetivo de apresentar e discutir experiências relacionadas à educação prisional (ABREU, 2017). Neste trabalho, o foco está na terceira ação.

Orientado pela Professora Doutora Daniella Camara Pizarro, o TCC da autora abordou como temática principal a manifestação dos funcionários em relação a importância da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis como espaço educativo e sociocultural.

Salienta-se que os estabelecimentos prisionais, desde a Lei de Execução Penal, possuem o dever de reintegração, orientação e direção dos reeducandos para o convívio em sociedade (SILVA NETO; LEITE, 2011). Em conformidade com Conrad (2012, p. 411, tradução nossa⁴) as bibliotecas prisionais irão proporcionar “benefícios para os presos, incluindo materiais úteis para utilizar em seu tempo livre, reabilitação, educação e ajuda na transição para o mundo exterior”. Também têm como propósito apoiar os projetos educacionais de cada unidade, a necessidade de leitura e possivelmente tornar-se centro de referência. Outro papel da biblioteca prisional é suprir questões legais, por exemplo, a LEP nº 7210 de 1984 e a Recomendação nº 44 de 2013 - Remição de Pena pela Leitura, que serão especificados na próxima seção.

Em relação às relevâncias dessa temática, inicia-se com a relevância social que está implicada em relatar o contexto social da comunidade. Portanto, esta pesquisa possui um aspecto social relevante ao atual contexto brasileiro, visto que a Lei de Execução Penal nº 7210 prevê bibliotecas e acervos dentro dos espaços de privação de liberdade. A carência de informações sobre essas ambiências, além de suprir a necessidade informacional da comunidade e a ausência de debates sobre a temática, parece sinalizar o preconceito em relação às pessoas que estão privadas de liberdade.

⁴ Texto original: “Reading how an activity can bring tremendous benefits to prisoners, including useful ways to use their time, rehab, education, and help in transitioning to the outside world”(CONRAD, 2012, p. 411).

Além disso, o Estado brasileiro parece não entender a educação, cultura, desenvolvimento social e segurança pública como investimentos, o Estado observa esses aspectos como gastos. Afirma-se isso com base no relatório da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados que verificou

A situação educacional nas prisões brasileiras [...] a relatora Denise Carreira, responsável pelo estudo, aponta que a educação formal nas prisões, quando ofertada, ocorre de uma forma precária. Segundo ela, só 18% dos presos têm acesso a algum tipo de atendimento educacional (NOVO, 2017, p. 5-6)

Portanto, não cumprem seus deveres para com a sociedade e “inegavelmente os resultados são nefastos tornando os presídios grandes laboratórios experimentais da criminalidade e violência” (SILVA, 2018, p. 105). Sendo assim, essa discussão está também relacionada ao conceito de justiça social, uma vez que esta é influenciada pelo contexto histórico e social em que a sociedade, e da qual é fundamento, está inserida. A desigualdade na concepção dessa justiça só deve ser aceita se for para beneficiar quem está em posições desfavorecidas perante a sociedade (GAMARNIKOW, 2013).

A justiça social na Ciência da Informação “tem sido definida como dar às pessoas o acesso às informações, serviços e instalações para aqueles que têm direito e certificando-se de que eles são totalmente conscientes e sabem como assumir o seu direito a estes serviços” (ŠIMUNIĆ; TANACKOVIĆ; BADURINA, 2016, p. 2). Aqui vale um destaque importante: fazer com que o cidadão privado de liberdade tome conhecimento do seu direito à informação, se sinta motivado e seguro para exercê-lo é uma missão tão ou mais difícil que a própria missão de informar. Além da realização do direito, há que se respeitar estruturas, processos e princípios que circundam as políticas de segurança pública do país. Nesse contexto existe a necessidade de estudos e abordagens multidisciplinares que envolvem a Sociologia, o Direito, a Biblioteconomia e Ciência da Informação, a Política, entre outros. Não pretendemos aqui apontar somente as complexidades e dificuldades das questões que envolvem as bibliotecas prisionais, mas situar a relevância desses ambientes na sua potencial contribuição para a sociedade. Oferecer serviços de informação em ambientes de privação de liberdade é um ato político e, ainda que pareça delimitado e pontual, tem implicações sociais importantes e deve, portanto, ser realizado com responsabilidade e baseados em debates fundamentados. E assim, cumprindo os direitos e deveres dos reeducandos referente às bibliotecas prisionais.

Presume-se que as bibliotecas prisionais são apresentadas como instrumentos ou vias que possibilitam o desenvolvimento da “ação de informar”, em um contexto social muito particular: os

espaços de privação de liberdade. Conforme Buckland (1991), a informação como processo é a ação de informar algo ou alguma coisa, para alguém.

No caso das bibliotecas prisionais, a ação de informar estará presente em seus serviços, como serviço de referência, empréstimos e ações culturais, destinados à população carcerária, seus familiares e funcionários que estão em todo o sistema prisional.

O contexto em que a biblioteca prisional se insere parece se aproximar do paradigma social da Ciência da Informação (CI), proposto por Capurro (2003). Nesse paradigma, o leitor estará relacionado à noção de informação e significado, já que só terá sentido falar de um conhecimento como informativo em relação a algo e onde haja o compartilhamento (CAPURRO, 2003). Além disto, nesse paradigma, o leitor precisa ser compreendido dentro de uma conjuntura, no caso desta dissertação a privação de liberdade.

Para contextualizar os espaços de privação de liberdade, são apresentadas algumas características da população carcerária. São 602.217 pessoas presas no Brasil, de acordo com o Banco Nacional de Monitoramento das Prisões (BNMP)⁵ de 2018, 95% são homens, 30,52% das pessoas que estão privadas de liberdade têm entre 18 e 24 anos, 54,96 % se consideram negras ou pardas, 78% são solteiras, 52,27% dispõem do ensino fundamental completo, 1774 são cidadãos estrangeiros, a maioria dos estrangeiros (286) são bolivianos, 202 pessoas possuem algum tipo de deficiência e 74,09% estão cumprindo pena em regime fechado (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2018).

Percebe-se que essa população carcerária sofre exclusão em vários aspectos e esferas sociais. Pela sociedade, que não pensa em disponibilizar recursos para os reeducandos, tais como, acessibilidade, saúde, assistência social, material; pelo Estado que prevê a punição, e não prevê ações para reinserir as pessoas privadas de liberdade na sociedade; e por parte de seus familiares decorrente de diversos motivos, como a distância entre a unidade e o local onde seus entes residem (MARQUES et al., 2015; DORIGON, 2017). Essas exclusões podem acarretar à população carcerária uma invisibilidade social, conseqüentemente, o cumprimento das legislações é muitas vezes negligenciado e os direitos básicos de assistência são negados (MARQUES et al., 2015).

No que se refere aos materiais disponibilizados dentro das bibliotecas prisionais, são majoritariamente dos seguintes gêneros: literatura, autoajuda, religião, literatura infanto-juvenil, direito, entre outros (GUERRA, 2010). A constituição dos acervos, por exemplo, está submetida à seleção não só de assunto, mas também à seleção de materiais por questões de segurança e/ou

⁵ Desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça.

ameaça à comunidade carcerária, tais como, a censura relacionada aos aspectos de segurança dessas ambiências, como por exemplo, livros de cunho sexual, violência, fabricação de armas, críticos, políticos, materiais de cunho legislativo, etc. Livros de capa dura e espiral não podem ser disponibilizados aos reeducandos e, em alguns casos, não são disponibilizados também livros de direito constitucional (CONRAD, 2012). Além dessa censura, acredita-se que existe também uma censura intelectual forçada, que acontece quando não há a disseminação de materiais e informações mesmo quando permitidos perante as legislações e os regimentos (EZE, 2015). Malaquias (1999, p. 46) afirma que “o não acesso a informação é considerado um obstáculo para o exercício pleno da cidadania”.

No que diz respeito a um dos métodos propostos para esta dissertação, o estudo de caso, percebe-se que “[...] utiliza, geralmente, dados qualitativos, coletados a partir de eventos reais, com o objetivo de explicar, explorar ou descrever fenômenos atuais inseridos em seu próprio contexto” (BRANSKI; FRANCO; LIMA JUNIOR, 2010, p.1). Neste trabalho, o estudo de caso está visando dois propósitos, “a) explorar situações da vida real cujo limites não estão claramente definidos; [...] c) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação” (GIL, 2002, p. 54).

Após as considerações supracitadas, a questão de pesquisa é: Qual a constituição do acervo da biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis?

Tendo como objetivo geral analisar a constituição do acervo da biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis, elencamos os seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever as condições gerais do ambiente e do acervo;
- b) Caracterizar as temáticas contempladas no acervo;
- c) Mapear a proveniência do acervo;
- d) Conhecer os critérios de seleção do acervo e
- e) Propor diretrizes para o desenvolvimento desse acervo.

No mesmo sentido, a contribuição desta discussão para a comunidade científica envolve evidenciar aspectos sobre a comunidade carcerária⁶ e os estabelecimentos prisionais. Além disso, auxilia nos estudos e pesquisas para a educação prisional, inclusive, segurança pública, políticas educacionais, entre outros, contribuindo, também, para a pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação e para trabalho na educação prisional, aproximando a realidade e as particularidades do sistema prisional brasileiro com os espaços acadêmicos e não acadêmicos.

⁶ Comunidade carcerária nesta dissertação refere-se aos reeducandos.

As bibliotecas prisionais estão inseridas em espaços extremamente vulneráveis do ponto de vista social em que a segurança está em primeiro lugar, que a censura pode estar presente e as temáticas solicitadas podem ser as mais diversas possíveis. Muitas vezes essas características podem fugir das abordagens comumente adotadas nas áreas como, por exemplo, as questões relacionadas ao tratamento técnico que, nesse contexto, não é e nem deve ser uma prioridade no serviço de informação.

Dessa forma, será perceptível na próxima seção as diferentes leis referentes à educação no sistema prisional, tornando-se a principal via de inserção da temática das bibliotecas prisionais no contexto brasileiro, porém, esse viés não deve ser limitante quanto à atuação das bibliotecas. Também ressaltamos a diversidade dos estabelecimentos prisionais e suas características.

Além disso, a presente dissertação foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão de fomento das pós graduações brasileiras.

2. BIBLIOTECAS EM ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

As prisões estão presentes no Ocidente desde a Antiguidade, destinadas a privar o indivíduo da liberdade, a partir do momento que algum delito foi cometido, até que o julgamento seja realizado. Na época, as pessoas privadas de liberdade esperavam nesses espaços para receber as punições, castigos que poderiam “ser pena de morte, a deportação, a tortura, a venda como escravo ou a pena de galés, entre outras” (MAIA et al., 2009, p. 12).

Na Idade Moderna, a prisão foi criada com a perspectiva de deter as pessoas para o cumprimento de pena. A privação de liberdade passa a ser “um direito de a sociedade se defender contra aqueles indivíduos que aparecessem como um risco à propriedade e à vida”. A partir do século XVIII as prisões estavam voltadas para o “disciplinamento dos corpos, uma maneira de transformar corpos e mentes rebeldes em instrumentos dóceis de serem controlados” (MAIA et al., 2009, p. 12-13).

Nos tempos atuais, um dos objetivos da estrutura do sistema penitenciário brasileiro está voltado para a ressocialização e reabilitação do reeducando. Para alcançá-lo, três metas foram traçadas, são elas: a) retribuição do mal ao acusado através da aplicação de uma pena; b) prevenção de novos delitos pela intimidação que a pena causará aos potencialmente criminosos; e c) regeneração do apenado que será transformado e reintegrado à sociedade como cidadão produtivo” (MALAQUIAS, 1999, p. 23).

Em conformidade com John (2004, p. 41) a palavra ressocialização vem com o intuito de “tentativas politicamente corretas de justificar a existência das prisões tal como elas são do que propriamente definir sua efetiva função e atuação”. Portanto, não há como regenerar e transformar uma pessoa, acredita-se que a expressão adequada é conscientizar o detento de seus atos e proporcionar espaços, que são dele por direito, direcionados para a realização de atividades voltadas para educação, saúde, lazer, etc.

Em 2005, foi instituído o Plano Nacional de Bibliotecas no Brasil. Esse plano afirma que são deveres de uma biblioteca “selecionar, reunir, organizar e preservar os bens, produtos e serviços”; disponibilizar informações e conhecimentos relevantes para alguém ou alguma coisa; com suas ações “contribuir para inclusão social e o desenvolvimento intelectual; estimular e promover a diversidade cultural [...] preservação do patrimônio intelectual e cultural [...] estabelecer redes de cooperação e empréstimo de materiais com outras instituições” (BRASIL, 2008, p. 3).

Por conta da gama diversificada de serviços, funções, estruturas, características e público-alvo alguns tipos de bibliotecas foram instituídas, tais como: biblioteca pública; biblioteca pública temática; biblioteca comunitária; biblioteca digital; biblioteca nacional; biblioteca universitária; biblioteca especializada; biblioteca de referência; biblioteca escolar e biblioteca prisional.

As bibliotecas são instrumentos “de grande valor teórico-prático, mas precisa ser identificada em sua essência, tanto em seu caráter funcional, como institucional para se configurar efetivamente como útil à sociedade” (SILVA; SILVA, 2010, p. 204). Caracterizar o tipo de biblioteca envolve, também, perceber como está instituída a política de desenvolvimento de coleção do seu acervo, essa política deverá estar voltada para as necessidades de informações da comunidade que utilizará seus materiais (SILVA; SILVA, 2010).

A biblioteca, na execução de seu objetivo central de oferecer acesso à informação, nunca foi e nunca será neutra, bem como o bibliotecário, visto que suas ações resultam na interferência dos resultados e escolhas de uma busca por informação. Esse tipo de instituição faz a ligação entre a necessidade informacional de uma determinada pessoa e/ou grupo e a informação que procuram. Quando a literatura afirma que a biblioteca transforma dialeticamente, é bom ressaltar que “nada se modifica a partir da neutralidade e da ideia de que somos predestinados e inaptos para interferir” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 53)

É importante ressaltar que “uma pessoa reclusa não renunciou ao direito de aprender e a aceder a informação, e a biblioteca de estabelecimento prisional deve oferecer recursos e serviços similares aos das bibliotecas no mundo ‘livre’” (LEHMANN; LOCKE, 2005, p. 7).

Os papéis e as características das bibliotecas prisionais variam de acordo com a situação e necessidade de cada um dos seus leitores, já que atendem um público heterogêneo. Essas unidades abrangem alguns propósitos, são eles: apoiar o programa educacional da instituição (biblioteca escolar), atender às necessidades de leitura recreativa (biblioteca de lazer), suporte de reabilitação, e, para servir como centro de referência (CONRAD, 2012), são locais que apoiam a saúde mental dos detentos, auxiliam na interação positiva entre pessoas privadas de liberdade e suas famílias, e deveriam educar e reeducar os detentos para alcançar níveis espirituais, educacionais e sociais (DICK, 2007; EMASEALU; POPOOLA, 2016).

A biblioteca em espaços de privação de liberdade pode ser uma ferramenta para “reduzir a lacuna cultural entre presos e oferecer opções para moldar o seu próprio destino através de escolhas conscientes e respostas positivas às suas próprias necessidades e aspirações” (COSTANZO; MONTECCHI, 2011, p. 513; CLARK; MACCREAIGH, 2006). Dentro dos estabelecimentos prisionais, os reeducandos redescobrem a oportunidade de aprendizado. Os bibliotecários são capazes de desempenhar serviços que trazem benefícios não apenas para a segurança das instituições, mas também para os próprios reeducandos, auxiliando-os, de forma mais ou menos direta, a entender valores, experiências e ideais que constituem a realidade fora da prisão. Makinen (1993, p. 118, tradução nossa⁷) afirma que “a cultura literária, a leitura e a poesia poderiam ser o último vislumbre de luz para manter uma pessoa viva e sadia”.

As bibliotecas prisionais também são caracterizadas como bibliotecas especiais. Portanto, “são bibliotecas que visam a melhoria da qualidade dos serviços para pessoas com algumas necessidades especiais, como por exemplo, idosos, pessoas em restrição de liberdade, entre outros” (ASSOCIATION OF SPECIALIZED AND COOPERATIVE LIBRARY AGENCIES, s. n, p. 1, tradução nossa⁸).

Em conformidade com o Manifesto IFLA/UNESCO⁹ para a Educação, a Ciência e a Cultura (IFLA; UNESCO, 1994, p. 2) para biblioteca escolar, a mesma tem como missão a promoção de “serviços de apoio à aprendizagem e livros aos membros da comunidade escolar, oferecendo-lhes a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e efetivos usuários da informação”. Por isso, a biblioteca prisional assume em algumas situações o papel de biblioteca escolar. Pressupõe-se isso já

⁷ Texto original: “literary culture, reading and poetry could be the last glimmer of light to keep one alive and healthy” (MAKINEN, 1993, p. 118).

⁸ Texto original: “Is charged to improve the quality of library service for people with special needs, including people who have vision, mobility, hearing, and developmental differences, people who are elderly, people in prisons, health care facilities, and other” (ASGCLA, s. d, p. 1).

⁹ *International Federation of Library Associations and Institutions* e Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura.

que a LEP nº 7210 afirma que a biblioteca disponibiliza e é majoritariamente composta por livros didáticos (SILVA NETO; LEITE, 2011), e, a partir das experiências da autora visitando as penitenciárias do Estado de Santa Catarina, auxilia a Educação de Jovens e Adultos (EJA) prisional.

Este tipo de biblioteca é visto também como espaço de lazer, para quem a frequenta e para quem utiliza seus materiais dentro das celas¹⁰, visto que “a prática de leitura se insere nas manifestações de lazer, uma vez que é tanto parte do nosso cotidiano quanto expressão indissociável da cultura, sendo uma das maneiras, mas não a única, de adquirir, de produzir e de organizar nossos conhecimentos” (REIS; ALVES, 2016, p. 216-217).

Outra relação que pode ser estabelecida é a das bibliotecas públicas com as bibliotecas prisionais, onde é possível planejar e incentivar as trocas de serviços, materiais e experiências. O Manifesto sobre as Bibliotecas Públicas certifica que, estas, devem oferecer a prestação de serviço “com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social” (UNESCO, 1994, p.1), isso inclui as pessoas que estão privadas de liberdade.

Pool (1977) apresenta um contexto histórico das resoluções e diretrizes referente às bibliotecas prisionais, e afirma em seu artigo que existem alguns fatores que instituem essa relação entre biblioteca pública e biblioteca prisional, são eles: a) consciência que a biblioteca pública possui em servir os menos favorecidos; b) sistema de cooperação em rede; c) decisões judiciais relacionadas ao acesso à informação e aos materiais; d) as pessoas privadas de liberdade informam os materiais que necessitam da biblioteca pública; e) apropriação de fundos federais, estaduais e locais para as bibliotecas prisionais.

Por fim, referente às relações entre as bibliotecas prisionais e bibliotecas universitárias, Asher (2006, tradução nossa) evidencia as seguintes preocupações: a falta de empatia da comunidade acadêmica com a comunidade carcerária, a segurança em relação ao roubo de materiais, neste caso, com relação aos livros das bibliotecas universitárias e o acesso aos computadores, já que os reeducandos não podem ter acesso à internet. Além do mais, estão à disposição da comunidade acadêmica, isso inclui os reeducandos que estão presencialmente nas universidades cursando as disciplinas em que estão matriculados.

As bibliotecas prisionais possuem diversos papéis, tendo como exemplo, centro de materiais de leitura popular, centro de aprendizado independente, centro de apoio à educação formal, atividades de lazer e centro de recreação, centro de informação legal (material voltado para o

¹⁰ Ou seja, reeducandos que não podem ou não conseguem frequentar presencialmente esses espaços.

direito), suporte ao programa de tratamento, centro de informações da comunidade exterior, centro de retiro pessoal, centro de pesquisa pessoal, centro de apoio ao currículo escolar. Não é possível, em um mundo ideal, que todas as bibliotecas em espaços de privação de liberdade atuem em todos os papéis citados anteriormente, por conta do seu financiamento, espaço e falta de efetivo suficiente (LEHMANN, 2000).

Para a realização das prestações de serviços dessas bibliotecas para os reeducandos é necessário a presença de um bibliotecário dentro do sistema prisional. Em relação a atuação do bibliotecário, dentro dessas ambiências, Costa et al. (2016, p. 880) reconhece que o mesmo possui uma “função social, pois sua base está arraigada nos preceitos de humanidade, tal como roga o próprio juramento do bibliotecário”. Além disso, os bibliotecários dispõem da “obrigação de prestar serviços a todos os membros da sociedade, independentemente de suas circunstâncias pessoais” (CONRAD, 2012, p. 410, tradução nossa¹¹). Nas bibliotecas prisionais norte-americanas, os bibliotecários recebem, regularmente, treinamentos relacionados à tecnologia da informação, biblioteca e suas habilidades e questões que envolvem as prisões em si (LEHMANN, 2000).

Para Lehmann e Locke (2005) os serviços prestados por essas bibliotecas deverão estar descritos em um documento desenvolvido pelas autoridades responsáveis pelos estabelecimentos prisionais. Essa política inclui pontos como: a missão e o objetivo, o tipo de financiamento da unidade, os responsáveis por sua administração, horários da biblioteca, seleção de recursos, processamento técnico, doação, circulação, acesso aos materiais, inventários, desbastamento, direitos autorais, dados estatísticos sobre a biblioteca, equipe, tecnologias e periodicidade da revisão poderão ser evidenciados.

Sugere-se que nas bibliotecas prisionais, os seguintes serviços sejam prestados: glossário de termos legais, já que a maioria dos reeducandos possuem um nível de escolaridade referente ao ensino fundamental completo; citação de estatutos; cópias jurídicas; instruções de como utilizar base de dados, caso o estabelecimento prisional disponibilize o acesso a computadores e internet aos apenados; informações dos fóruns e advogados; lista de contato para grupos de defesa; bibliografias de livros de referência (CLARK; MACCREAIGH, 2006).

Um dos serviços que poderão ser prestados por bibliotecas prisionais são chamados de fóruns de comunidade, que são grupos de colaboradores voltados para a discussão dos materiais lidos. Evidencia-se que para a constituição dos grupos é necessário um cuidado a mais, uma vez que

¹¹ Texto original: “the obligation to provide services to all members of society, regardless of their personal circumstances” (CONRAD, 2012, p. 410).

existem facções rivais, uma gama diversificada de pessoas com gêneros diferentes, etnia, nacionalidade, sexualidade, entre outros (CLARK; MACCREAIGH, 2006).

De acordo com a orientação para serviços de biblioteca para reclusos, o acesso às bibliotecas deverá ser para todos os reeducandos, não importando a classificação do seu crime. A restrição ao acesso à biblioteca e ao seu acervo será efetuado caso haja alguma infração em relação às regras de funcionamento das bibliotecas. Os detentos que estão em alas separadas dos outros devem ter acesso a um catálogo com os materiais que estão dispostos no acervo (LEHMANN; LOCKE, 2005).

Evidencia-se que a realidade está distante das suposições que Lehmann e Locke (2005) estão propondo, visto que alguns estabelecimentos não contam com bibliotecas prisionais em prédios centrais. Assim, há que se considerar a logística de transporte dos reeducandos até a unidade, tendo-se em vista as guerras declaradas das facções, que, por esse motivo, não podem se encontrar durante os deslocamentos.

É perceptível, entretanto, por meio das pesquisas e publicações científicas, que o bibliotecário não está presente na maioria dos espaços de privação de liberdade. Um exemplo disso é a pesquisa de Costa et al. (2016), na época, com as penitenciárias do Estado de Santa Catarina. A pesquisa foi realizada por meio de um questionário enviado a todas as sete penitenciárias que compunham o sistema carcerário do Estado. Destas, cinco responderam com informações relacionadas à presença das bibliotecas na unidade, à existência de bibliotecário e sobre a remição de pena pela leitura. Quatro das cinco penitenciárias possuíam bibliotecas e uma estava em construção. Dos cinco estabelecimentos, nenhum contava com bibliotecário. Portanto, os locais destinados para as bibliotecas estão presentes na maioria das instituições, mas as diretrizes para o desenvolvimento de coleção e o cargo de bibliotecário estão ausentes (CARVALHO; CARVALHO, 2017; SANTANNA; ZANETTI; NASCIMENTO, 2015).

Algumas competências específicas dos bibliotecários que atuam/atuarão nos espaços de privação de liberdade não são cumpridas, pois é entendível que o sistema prisional preza pela segurança da comunidade, e os cursos de graduação em Biblioteconomia não abordam obrigatoriamente em sua grade curricular as temáticas voltadas para as bibliotecas nesses contextos.

Os bibliotecários que estão nos sistemas de privação de liberdade têm várias características e papéis, acima de tudo, o papel de educador, pois poderá incentivar e motivar os reeducandos à leitura dos materiais disponibilizados nesses espaços (SANTANNA; ZANETTI; NASCIMENTO, 2015). Além de proporcionar o apoio ao currículo desenvolvido pelos professores que estão atuando dentro dessas ambiências.

Com base no livro de Clark e MacCreaigh (2006) evidenciamos as responsabilidades dos bibliotecários que atuarão/atuam em bibliotecas prisionais e dos possíveis, estudantes de biblioteconomia, que têm interesse na temática. Um dos pontos apresentados no livro são os cinco tipos e características de bibliotecários que exercerão suas funções dentro dos espaços de privação de liberdade, os aspectos apresentados pelas autoras foram baseados nas bibliotecas prisionais dos Estados Unidos da América (EUA):

- Bibliotecário exterminador (*terminator*), é aquele que não acredita nos direitos dos reeducandos, exclui as atividades recreativas; sua coleção é esquelética, a maioria dos seus materiais são por meio de doação, não conta com seleção das obras, predominância por livros de autoajuda e religião;
- Bibliotecário beato (*church lady*), desconfia dos reeducandos, mas tem a consciência de cada um dos direitos disponibilizados aos mesmos. Sua coleção é influenciada pela moral desse profissional que é parecida com a do bibliotecário exterminador;
- Bibliotecário realista (*realist*), reconhece o direito e o dever dos leitores, entende que não adianta usar sua moral para a composição do acervo. Sua coleção conta com autores e gêneros populares;
- Bibliotecário que agrada (*people pleaser*), poderá ser manipulado pela população carcerária, irá realizar a solicitação que aparecer, é considerado amigo de todos e assim coloca-se em risco;
- Bibliotecário cruzado (*crusader*), está sempre tentando conseguir o apoio da administração da instituição, pensa na relação entre bibliotecários e oficiais e atua pela vertente social (CLARK; MACCREAIGH, 2006).

Pressupõe-se que a classificação apresentada que expõe como o bibliotecário age dentro dos estabelecimentos prisionais, é uma ironia em relação aos estigmas designados aos bibliotecários que atuam nos ambientes prisionais. Além disso, é provável que os bibliotecários exerçam suas funções sozinhos dentro dessas ambiências, ou seja, avaliam as necessidades informacionais, compra de material, processamento técnico, desbastamento, serviço de referência, entre outros. Portanto, os profissionais ali presentes necessitam de habilidades biblioteconômicas e estabelecem a ordem das funções a partir do calendário pré-estabelecido pelo espaço de privação de liberdade, levando em consideração que as ações demoram um pouco mais, por conta da demanda que uma unidade prisional dispõe (CLAR; MACCREAICH, 2006).

Presumimos que os bibliotecários que atuam nesses cenários necessitam de: a) treinamento de segurança, para que entendam a estrutura da instituição; b) não expor seus julgamentos e sentimentos em relação à determinada situação; c) não privilegiar informações a determinados reeducandos. Ademais, precisa catalogar, trabalhar no serviço de referência, circulação e ser coordenador de programas e projetos instituídos na unidade que envolve a biblioteca (MARK, 2005).

Clark e MacCreaigh (2006) sugerem que o bibliotecário que atua dentro dos estabelecimentos prisionais precisa da mente de um educador, do coração de um assistente social, do estômago e do senso de humor de um aluno da 9º ano. Além disso, o bibliotecário precisa obter informações necessárias para ter sucesso na realização de suas tarefas, estar disposto a descobrir como as coisas funcionam, bem como ter perseverança e adaptabilidade.

Um princípio fundamental que pode guiar o fazer do bibliotecário e sua equipe é o acesso e a informação a qualquer pessoa. Quando se fala dos espaços de privação de liberdade, é necessário que o profissional consiga discernir o que não será disponibilizado por questões de segurança, e o que não será disponibilizado por questões de poder constituído e, conseqüentemente, censura (ALCANTARA, 2019).

A partir disso, compartilho uma das mais diversas experiências que tive dentro dos estabelecimentos prisionais. Como mencionado anteriormente, no primeiro semestre de 2017 realizei meu estágio curricular obrigatório em um dos estabelecimentos prisionais de Florianópolis. Das diversas atividades realizadas lá dentro, uma delas foi visitar uma das alas dessa instituição e verificar com os chefes de ala¹² a necessidade informacional dos reeducandos.

Em um primeiro momento, dois reeducandos compareceram e conversaram com a equipe composta por mim, a coordenadora do Programa Novos Horizontes e uma estagiária. A conversa seria sobre os gêneros literários que sua ala gostaria de receber. Dentre esses gêneros, foi solicitado acesso à legislação brasileira e constituição penal. Terminamos nossa conversa e saímos da ala em que estávamos, assim que saímos do prédio, na época, um funcionário que nos acompanhava rapidamente se pronunciou afirmando que o responsável pela unidade não deixaria entrar esse tipo de material. E aí vem o questionamento para refletirmos: No que essas obras iriam infringir na segurança desses estabelecimentos ou de seus funcionários? É uma questão relacionada à segurança? Ou é censura?

¹² Chefes de ala são reeducandos que ficam responsáveis pelo bom convívio, solicitação de materiais e atividades, representam outros reeducandos de determinadas celas.

Afirmamos que não há nenhum documento que proíba a entrada de material legislativo dentro dos espaços de privação de liberdade. E com isso, nos perguntamos: Quem tem informação, tem poder?

Ressalta-se que toda biblioteca prisional precisa ser supervisionada e gerida por um bibliotecário com as qualificações e competências adquiridas por meio de um grau acadêmico universitário equivalente à biblioteconomia. “As orientações para serviços de biblioteca para reclusos”, baseadas em padrões das bibliotecas prisionais internacionais, escritas por Lehmann e Locke (2005) afirmam que a cada 500 reeducandos o estabelecimento prisional deve dispor de um bibliotecário em tempo integral. Entretanto, essas informações não estão condizentes com a realidade dos estabelecimentos prisionais brasileiros, visto que além da questão do perfil necessário para trabalhar dentro das prisões, o cargo de bibliotecário não é uma obrigação no quadro de cargos do sistema prisional.

A equipe responsável por essas bibliotecas deverá ser contratada de acordo com as necessidades de cada instituição, por isso,

Tudo dependerá do horário de funcionamento da biblioteca; tamanho, acessibilidade e configuração da unidade; número de leitores; quantidade de programas realizados nas dependências da biblioteca; número de pontos de entrega de livros; número e tamanho das unidades de acesso restrito e nível de informatização (LEHMANN; LOCKE, 2005, p. 12).

Desta forma, os salários e as responsabilidades deverão ser pagos e determinados de acordo com os bibliotecários empregados nas bibliotecas públicas ou aos que são pagos por pessoas que cumpram posições similares dentro dos espaços de privação de liberdade.

Também é importante ressaltar a segurança dos funcionários e da comunidade carcerária dentro dos estabelecimentos penais. A segurança mostra-se como prioritária, ficando à frente de qualquer outra necessidade ou projeto, como os problemas técnicos e orçamentos. Seja qual for o material, se este apresentar ameaça à segurança da instituição pode ser banido imediatamente ou orientações podem ser repassadas para a comunidade carcerária (CONRAD, 2012) como por exemplo, “a utilização de algumas cores de roupas: vermelha, que representa neste ambiente as facções; preta, que representa os agentes penitenciários e laranja, que é a cor dos uniformes dos reeducandos” (PIZARRO et al., 2017, p. 83). Marshall (2011, p. 6, tradução nossa¹³) afirma que “as autoridades penitenciárias precisam reconhecer que os bibliotecários não são agentes penitenciários e têm uma perspectiva diferente sobre segurança e sobre até que ponto os prisioneiros devem ser

¹³ Texto original: “prison authorities need to recognize that librarians are not penitentiary agents and have a different perspective on security and to what extent prisoners should be assisted” (MARSHALL, 2011, p. 6).

assistidos”. Tal perspectiva refere-se à sua formação, onde não há uma grade curricular específica voltada para os espaços de privação de liberdade. Logo, os bibliotecários não dispõem de uma visão voltada para a segurança, quais informações poderão ou não ser disponibilizadas para a comunidade carcerária.

Entende-se que, para o reconhecimento das funções citadas anteriormente pode ser de grande valia a educação continuada por meio de curso, treinamento, palestra, entre outros. Essas ações poderão ser realizadas com a perspectiva de elucidar as atividades, funções e características dos bibliotecários e dos agentes prisionais. Enquanto participava do “Programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade”, acompanhou a ação Formação Compartilhada, coordenada pela Professora Doutora Caroline Kern. A ação foi desenvolvida a partir das demandas apresentadas pelos professores do sistema prisional catarinense, mas, sobretudo, estabelecer espaços de diálogo entre esses sujeitos que pudessem transformar as relações de trabalho dentro do Complexo Penitenciário de Florianópolis. Em uma das formações, um agente penitenciário, juntamente com o diretor de um dos estabelecimentos prisionais da Grande Florianópolis, explicou como desempenhavam as ações dentro dos estabelecimentos prisionais, bem como suas funções.

Outra perspectiva que envolve a segurança é a questão do contrabando dentro das unidades. Segundo Bouchard e Winnicki (2000) os contrabandos dentro das instituições penais são “moeda de troca”, os livros acabam sendo os meios de transporte de material. Alguns tipos de materiais também são dispensados por questões de segurança, como por exemplo, livros de capa dura e Compact Disc (CD) para computadores (CONRAD, 2012; BOWDEN, 2002; MIOTTO, 2017). Os materiais que apresentam capa dura são convenientes para guardar utensílios ilícitos, como por exemplo, selos, notas, cigarros e ferramentas, mesmo que, geralmente, esses materiais não cheguem aos reeducandos, é preciso que a equipe responsável pela biblioteca se mantenha atenta.

Além disso, os móveis da biblioteca também poderão ser transformados em meios para contrabandear, por exemplo, cadeiras poderão virar armas. Toda atenção é pouco, já que o próprio acervo pode ser utilizado para sinalização de correspondências, folhetos, envio de ferramentas e charutos. Na tentativa de sanar o contrabando dentro das bibliotecas prisionais a equipe deve informar qualquer atividade suspeita para os chefes de segurança dos estabelecimentos penais (BOUCHARD; WINNICKI, 2000).

Materiais que poderão, de qualquer forma, infringir a segurança serão banidos das bibliotecas prisionais, tais como, instruções sobre fechaduras ou armas, pornografia, artes marciais, fabricação de drogas, sexo explícito, fugas, promover ódio ou violência, literatura

homossexualidade, entre outros. Porém, autores alegam que os critérios para a política de censura desses conteúdos devem ser individualizados, analisando requisitos das pessoas privadas de liberdade, aptidão para leitura apropriada, programas educacionais específicos, etc. (CONRAD, 2012).

Em relação aos materiais que poderão estar disponíveis dentro das bibliotecas prisionais, Bernard W. Detlefson, coordenador do currículo do Distrito Escolar Independente de Windham, realizou uma pesquisa no Departamento de Correções do Texas onde constatou-se que os reeducandos pretendiam ler livros relacionados aos conteúdos sobre saúde, emoções e relações humanas (BURT, 1977). O coordenador também percebeu que os detentos com um nível educacional maior do que o predominante nos estabelecimentos prisionais escolhem livros voltados para filosofia, psicologia, sociologia, aviação, viagens, entre outros.

No que diz respeito aos equipamentos dispostos nas bibliotecas prisionais, Lehmann e Locke (2005, p. 10) sugerem que “devem ser consultados especialistas em design de bibliotecas durante o processo de planejamento. A eficácia e o sucesso dos serviços de bibliotecas dependem em grande parte de um ambiente acolhedor e confortável”.

Quando pensamos em tecnologias da informação nas bibliotecas prisionais, Lehmann e Locke (2005) afirmam que podem ser utilizadas, porém sem comprometer a segurança desses estabelecimentos. As tecnologias poderão auxiliar na implementação dos sistemas informatizados referentes à circulação, empréstimo e catalogação dos materiais.

Pool (1977) desenvolveu uma pesquisa com o intuito de identificar as necessidades informacionais dos reeducandos nas bibliotecas prisionais de Maryland, verificou-se as “fontes de regras e regulamentos penitenciários; canais de comunicação com as famílias e com agências para fornecer apoio às famílias, materiais legais, materiais e assistência para planejamento educacional, vocacional e treinamento” (POOL, 1977, p. 147, tradução nossa¹⁴).

No que concerne às estratégias para manter as bibliotecas prisionais, Lehmann (2003) realizou uma pesquisa por meio de questionário online para obter informações sobre as bibliotecas prisionais de diversos lugares do mundo e sustentou que é preciso enfatizar o papel educativo, demonstrar seus recursos e serviços, obter estatísticas sobre a população carcerária, desenvolver programas, serviço de referência, biblioteca móvel, tutoria, grupo de discussão de livros, workshops e parcerias com outras bibliotecas.

¹⁴ Texto original: “sources of prison rules and regulations; communication channels with families and with agencies to provide support to families, legal materials, materials and assistance for educational, vocational, and training planning” (POOL, 1977, p. 147)

Outra questão é o financiamento dessas bibliotecas. Em um estudo com as bibliotecas prisionais americanas, Bowden (2002) percebeu que as finanças poderiam estar ligadas às diversas fontes, tais como, fundos estaduais, recursos arrecadados por meio do trabalho realizado pelos reeducandos, doações, solicitação de materiais aos órgãos superiores às Penitenciárias. Também apresentou algumas bibliotecas que não contavam com orçamentos para a aquisição de material e manutenção do espaço, mas que os responsáveis preenchiam pedidos descrevendo o que era necessário para um determinado momento.

A partir de 1870, as prisões americanas apresentaram diversos trabalhos relacionados a educação das pessoas que estão privadas de liberdade. Em 1915, ocorre o lançamento das primeiras normas para bibliotecas em prisões criadas pela *American Library Association* (ALA). Em 1938, foi instituído o *Committee on Institution Libraries of the American Prison Association*. Esse comitê publicou em 1943 o primeiro padrão para as bibliotecas prisionais, esses padrões disponibilizavam informações sobre: a segurança, incluindo materiais selecionados para o acervo, e a presença de um bibliotecário para gerir esses espaços (SILVA NETO; LEITE, 2011).

Em 1950 foi publicado um manual de biblioteca para instituições correcionais, que incluía os objetivos e padrões de uma biblioteca para os adultos que estão privados de liberdade. Em 1955, em Genebra, foi realizado o primeiro Congresso das Nações Unidas sobre a prevenção do crime e o tratamento de delinquentes, no qual aconteceu a aprovação de regras mínimas para o tratamento do recluso. O item 40, relacionado às bibliotecas, afirma que “cada estabelecimento penitenciário deve ter uma biblioteca para o uso de todas as categorias de reclusos, devidamente provida com livros de recreio e de instrução e os reclusos devem ser incentivados a utilizá-la plenamente” (ONU, 1955, p. 4).

Em 1962, novas normas foram lançadas enfatizando os serviços de uma coleção, especificamente, com quantos materiais a coleção deveria ser constituída, número de funcionários que uma biblioteca prisional precisa ter na proporção do número de reeducandos presente na instituição. Em 1967, ALA criou os padrões de bibliotecas para os ambientes prisionais. Em 1976, foi instituído em uma das reuniões da ALA a resolução que ratificava o apoio da biblioteca pública, por meio dos serviços, às bibliotecas em espaços de privação de liberdade. Em seguida, foram publicados pela ALA as diretrizes para os programas de serviços de biblioteca para as prisões. Nesse documento estão explícitas as necessidades de informações dos apenados, como por exemplo, informações sobre o mercado de trabalho, educação, comunidade, social e recreativo (BAILEY, 1972; POOL, 1977).

Em 1981, diretrizes foram publicadas para avaliar os níveis de serviço (LITHGOW; HEPWORTH, 1993). Depois de alguns anos, em 2010, uma versão revisada de o “prisioneiro e o direito de ler”, publicada pela ALA, definiu os direitos intelectuais dos prisioneiros (CONRAD, 2012). Em 1997, acontece o lançamento das diretrizes para as bibliotecas em estabelecimentos prisionais da *International Federation of Library Association and Institutions* (IFLA) (SILVA NETO; LEITE, 2011). Para uma melhor visualização das normas, apresentaremos a seguir uma tabela:

Quadro 1 - Normas e diretrizes sobre bibliotecas prisionais

Ano	Documento	Instituição
1915	Primeiras normas para bibliotecas em prisões	<i>American Library Association</i> (ALA)
1943	Primeiro padrão para bibliotecas prisionais	<i>Comitte on Institution Libraries of the American Prison Association</i>
1950	Manual de biblioteca para instituições correcionais	Encontrado no texto escrito por Lehamnn (2000)
1955	Regras mínimas para o tratamento do recluso	Organização das Nações Unidas (ONU)
1962	Normas que enfatizam os serviços de uma coleção	Nada consta
1967	Padrões de bibliotecas para os ambientes prisionais	ALA
1976	Resolução que ratifica o apoio da biblioteca pública às bibliotecas prisionais	ALA
1981	Diretrizes para avaliação dos níveis de serviço	Encontrado no texto escrito por Pool (1977)
1997	Diretrizes para as bibliotecas em estabelecimentos prisionais	<i>International Federation of Library Association Institutions</i> (IFLA)
2010	Versão de o “Prisioneiro e o direito de ler”	ALA

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

As bibliotecas prisionais presentes na rede americana de bibliotecas, pertencem ao setor de bibliotecas públicas e, portanto, deveriam fornecer os mesmos serviços de uma biblioteca desse tipo. A IFLA afirma que as bibliotecas prisionais poderão “contribuir para limitar a reincidência entre os presos, de modo que o que inicialmente pode ser visto como uma despesa pode de fato contribuir para uma redução nos custos gerais para a sociedade” (LJØDAL, 2009, p. 3, tradução nossa¹⁵)

¹⁵ Texto original: “IFLA emphasises the importance of creating good library services in prisons and asserts that libraries can contribute to limiting recidivism among inmates, so that what initially may be seen as an expense can in fact contribute to a reduction in the overall costs to society” (LJØDAL, 2009, p. 3).

Wilkins (1977, p. 122, tradução nossa¹⁶) afirma que a biblioteca prisional “tem a oportunidade de se tornar uma forte aliada em qualquer programa destinado a promover a reinserção bem-sucedida dos infratores na comunidade”. Diante disso, evidencia-se que as bibliotecas prisionais estão espalhadas pelo mundo, em diversos continentes, tais como, Europa, América e Eurásia. A seguir, um breve histórico de algumas instituições será apresentado.

Começando pelo continente europeu, temos as bibliotecas nas prisões de Hamburgo, segunda maior cidade da Alemanha. Na época em que a pesquisa foi realizada, a comunidade carcerária era caracterizada por jovens que não haviam terminado o ensino fundamental, portanto, com baixa escolaridade, sendo que mais da metade liam cerca de 40 livros por ano de gêneros voltados para romances de espionagem, histórias de detetive, quadrinhos, entre outros. Em relação ao acervo dessas unidades, os materiais eram majoritariamente adquiridos por meio de doações e aquisições, o acesso era livre para todos os reeducandos e os empréstimos realizados por meio de agentes prisionais ou pessoas que estavam privadas de liberdade e trabalhavam nessas unidades. Além disso, oferecia serviços em suas instalações, como por exemplo: encontro cultural e exposições (KAPPUS, 1987).

Na Itália, as bibliotecas prisionais estão presentes desde o século XX. Para traçar um contexto histórico e entender como eram estruturadas as bibliotecas nos estabelecimentos penais, pesquisas foram realizadas. Em 1996, um questionário foi enviado às 250 unidades prisionais italianas, das quais apenas dez afirmaram ter uma biblioteca. Em 1998, um bibliotecário foi designado à prisão de La Vallete, sendo que “a coleção da biblioteca era limitada, mas a conexão existente com o mundo exterior criou a oportunidade de acessar um maior domínio dos recursos” (COSTANZO; MONTECCHI, 2011, p. 511).

Em 2012, na cidade de Milão, um curso destinado aos prisioneiros de San foi organizado pela rede de bibliotecas temáticas e especializadas chamada Bibliorete. O curso nasceu de uma necessidade de processamento e divulgação dos materiais que compunham a coleção deste estabelecimento, seguindo as diretrizes da IFLA para serviços bibliotecários voltados aos prisioneiros, além disso, beneficiou os funcionários de San Vittore, tais como, educadores, policiais e administração penitenciária (BECHELLI, 2018).

O curso tinha como objetivos: a) tornar conhecida a biblioteca desta unidade prisional, bem como seus pontos fortes e fracos, e o papel do bibliotecário para com a comunidade carcerária; b)

¹⁶ Texto original: “of a strong-to-front program of reintegration of offenders in the community” (WILKINS, 1977, p. 122).

fornecer as principais ferramentas profissionais e culturais específicas para auxiliar os bibliotecários; c) intercâmbio de materiais entre as bibliotecas prisionais destinado a empréstimos; d) colaboração entre as bibliotecas de San Vittore, a fim de melhorar o serviço interno, a estrutura e o patrimônio documental dessas unidades (BECHELLI, 2018).

O curso resultou nas seguintes ações: conhecimento do contexto atual da população carcerária, incluindo sua necessidade informacional, oferta de bibliografia disponível, desenvolvimento de habilidades profissionais, melhoria na funcionalidade de serviço de biblioteca e na satisfação do leitor e produção de diretrizes para serviços de bibliotecas em diversas vertentes (BECHELLI, 2018).

Em relação às diretrizes de serviço, alguns pontos foram elencados, são eles, a criação do comitê de coordenação para definir os objetivos institucionais, serviços de médio e longo prazo, definir plano executivo, gestão anual, políticas de gestão do patrimônio documental, monitorar e avaliar os resultados alcançados; criação do comitê executivo para realizar as ações de implementação de conteúdos e dos objetivos definidos pelo comitê de coordenação; criação de um catálogo com as obras compostas no acervo, e, conseqüentemente, melhorar o acesso à informação por meio de ferramentas de tecnologias adequadas; definição dos requisitos envolvendo os bibliotecários da prisão; garantir a todos os reeducandos o acesso à biblioteca, com base em um sistema de horários adequados, capacidade de acessar diretamente a biblioteca e a constituição dos espaços, as bibliotecas devem ter sala de leitura e espaço para seu acervo (BECHELLI, 2018).

Em 1999, em Roma, um acordo foi assinado para integrar as bibliotecas das prisões no sistema de bibliotecas municipais da Itália. Entre 1999 e 2004, cursos de Biblioteconomia começaram a ser ofertados aos reeducandos para que pudessem trabalhar auxiliando os bibliotecários. Em 2009, um projeto que manteve uma parceria entre bibliotecas prisionais e bibliotecas universitárias foi criado. Costanzo e Montecchi (2011) afirmam que as bibliotecas prisionais italianas necessitavam, na época da escrita deste artigo, de mais desenvolvimento. Percebeu-se que existia uma grande desigualdade de serviço e falta de organização. Porém, constatou-se que havia bibliotecas prisionais que eram altamente desenvolvidas. Foi notório a falta de uma política de desenvolvimento de coleção instituídas nessas unidades.

Em Portugal as bibliotecas vinculadas aos espaços de privação de liberdade são públicas, são citadas a partir do Decreto-Lei nº 168/80 e estão vinculadas à Direção Geral dos Serviços Prisionais. Em 1998 um protocolo foi instituído e assegura o aumento da coleção das unidades já existentes e a promoção de leitura dentro dos estabelecimentos penais. Os livros que iam para os

acervos dessas instituições chegavam por meio de doações das editoras e do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas. As bibliotecas prisionais desse país funcionavam manhã e tarde durante a semana e pelo menos cinco horas nos finais de semana (EIRAS, 2007).

Na Noruega, as bibliotecas prisionais estão alocadas em uma rede nacional de bibliotecas, pertencem ao setor de bibliotecas públicas e são submetidas à Lei de Bibliotecas destinada a fornecer aos detentos os mesmos serviços apresentados aos leitores da biblioteca pública (LJØDAL; RA, 2011).

Sobre as bibliotecas prisionais no Reino Unido, o artigo apresentado por Bowe (2011) está focado em exibir as melhorias para essas bibliotecas, a partir do financiamento do governo, e apresentar as Diretrizes para Bibliotecas Prisionais elaboradas pelo *Chartered Institute of Library e Information Professionals (CILIP)* em 1981. As diretrizes foram desenvolvidas a partir de normas que visam o desenvolvimento das coleções, gestão de pessoas, orçamentos, entre outros. Bowe (2011) afirma que as bibliotecas prisionais do Reino Unido possuem em seus acervos obras em braile, língua estrangeira, revistas, jornais, etc.; a maioria das unidades tinham bibliotecários e acesso à internet, no entanto, os reeducandos reclamam sobre a falta de acesso às bibliotecas.

Em 2003 uma pesquisa foi realizada nas bibliotecas prisionais da Croácia, 23 questionários foram enviados e 21 foram respondidos (ŠIMUNIĆ; TANACKOVIĆ; BADURINA, 2016). O resultado apresentado foi: 95% das instituições penais contam com bibliotecas prisionais, 50% da coleção dessas unidades são instituídas por meio de doação, todas as bibliotecas possuíam em seu acervo monografias, jornais diários (35%), revistas mensais (25%), músicas e filmes (40%), jogos (30%), como por exemplo, xadrez, Monopoly, jogos de computadores (5%), materiais sobre ficção e religião são predominantemente encontrados. O mobiliário envolve telefone, rádio, computador, TV, leitor de *Digital Versatile Disc (DVD)*, impressora, entre outros (5%). 25% das unidades dispõe de programas de alfabetização, artes e workshops. Em algumas instituições as bibliotecas funcionam 24 horas por dia, sete dias por semana (ŠIMUNIĆ; TANACKOVIĆ; BADURINA, 2016, p. 2).

Na Espanha, o Ministério da Cultura solicitou à Direção Geral de Bibliotecas, Arquivos e Livros a participação em um projeto, cujo o principal objetivo era promover as bibliotecas prisionais e a animação da leitura nos seis centros penitenciários e dois centros de inserção social de Castilla-La Mancha. Para a realização desse projeto algumas etapas foram cumpridas, a primeira foi a Direção Geral de Castilla-La Mancha realizar a preparação de seis relatórios referentes às

condições das bibliotecas prisionais, evidenciando as deficiências e necessidades das unidades (DÍAZ, 2007).

De acordo com Díaz (2007) a equipe enviada pela Direção Geral de Bibliotecas, Arquivos e Livros não estava acostumada com as peculiaridades que envolvem as bibliotecas nos espaços de privação de liberdade, por isso, realizaram uma pesquisa relacionada às bibliotecas prisionais e suas experiências, o resultado dessa pesquisa comprovou a escassez dos documentos que tratam sobre as bibliotecas prisionais. Em seguida, uma avaliação realizada *in loco* pela equipe apresentou um impacto negativo, já que as bibliotecas estavam com suas ações estagnadas por um longo tempo. Os aspectos que contribuíram para essa estagnação foram a falta de orçamento para atualização de acervo, falta de equipe qualificada, falta de espaço para ampliação de serviços e coleções, entre outros (DÍAZ, 2007).

O acervo das bibliotecas dos centros de Castilla-La Mancha era pequeno, com falta de materiais, as obras de referência não estavam sendo consultadas e/ou renovadas, ainda não existia multimídias. A atividade de leitura, um dos serviços prestados nas bibliotecas, era realizada pelos voluntários e sem coordenação da equipe responsável pela unidade. Após essas considerações, uma das ações do projeto foi o curso intitulado “Bibliotecas penitenciárias: espaços de liberdade”, dividido em dois blocos, o primeiro voltado para a biblioteconomia e o segundo referente as atividades de animação para escrita e leitura (DÍAZ, 2007).

A equipe incumbida pelas bibliotecas prisionais de Castilla-La Mancha não contava com bibliotecários, por isso, o primeiro bloco do curso estava relacionado aos conceitos e conteúdos básicos e essenciais sobre organização das bibliotecas, Classificação Decimal Universal (CDU), terminologias específicas, entre outros. O resultado do primeiro bloco foi o plano de trabalho para cada biblioteca com suas necessidades explícitas, inventários e contagens dos materiais que compõem os acervos e processamento técnico. Outra proposta foi a revitalização das bibliotecas, criação de comitês para a promoção da leitura em todos os centros de Castilla-La Mancha e a nomeação de um coordenador geral para as bibliotecas (DÍAZ, 2007). Informações sobre o segundo bloco não foram disponibilizadas.

Na antiga União Soviética, localizada na Eurásia, os livros dentro das bibliotecas prisionais foram considerados ferramenta na educação política e promoção de capacidade produtiva-técnica. O sistema de empréstimo funcionava de várias formas, tais como, uma vez por semana três livros poderiam ser disponibilizados aos reeducandos, utilizavam o catálogo da biblioteca para apresentar os materiais que compunham o acervo, a distribuição de livros era incerta e eventual, anotavam os

pedidos de empréstimo em papéis. Quando ocorria a devolução, os materiais eram inspecionados minuciosamente, era extremamente proibido fazer marcas nos livros ou se comunicar com outros prisioneiros (MAKINEN, 1993).

No século XIX, o sistema prisional dos EUA começa a pensar nos reeducandos como o cerne do trabalho, “esta exploração da mão de obra prisional era fundamentada na ideia de que o Estado não deveria arcar com o sustento dos presos” (MAIA et al., 2009, p. 15).

Uma pesquisa informal foi realizada nos estabelecimentos prisionais dos EUA em 2002, os assuntos mais solicitados pelos reeducandos foram: sobre a prisão em si; voltados para medicina; empregos; segurança; religião; arte e biografia. Em relação a popularidade de autores dentro das prisões, Stephen King está no topo. A maioria das bibliotecas prisionais são constituídas por doações, a equipe da biblioteca possui uma seleção estruturada para receber as doações. As verbas para essas instituições vem por meio de impostos, fundos internos e concessões (CLARK; MACCREAIGH; 2006).

Os EUA passaram por uma reforma nas prisões a partir de 1870 quando veio o desenvolvimento das bibliotecas prisionais, nessa mesma década os livros eram utilizados para realizar a evangelização nas prisões (BASHORE, 2003; WILKINS, 1977). Em uma pesquisa realizada por Wilkins (1977) essas bibliotecas eram unidades que não apresentavam uma verba confiável, não dispunham de um bibliotecário para as tomadas de decisões e, conseqüentemente, faltava planejamento para alcançar seus objetivos e metas para poder analisar os problemas de comunicação.

Vários Estados nos EUA relataram suas pesquisas sobre as bibliotecas prisionais Na Carolina do Sul, o coordenador do currículo Independente de Windham, alocado no Departamento de Correções do Texas, realizou uma pesquisa para verificar quais assuntos os reeducandos gostariam de ler durante sua estadia dentro das instituições penais. O resultado da pesquisa está voltado para os livros referentes à poesia, escrita, arte, música, nacionalismo, revolução, Continente Africano e Asiático, filosofia, psicologia, faroeste, detetives e ficção científica. Grupos de discussão sobre livros, jornais, filmes, entre outros é um jeito de compartilhar informações e, conseqüentemente, aumentar os acessos aos materiais (BURT, 1977).

Em Ohio, Leffers em 1988 realizou uma pesquisa para contextualizar as bibliotecas prisionais presentes nas instituições estaduais. O pesquisador enviou 21 questionários para as bibliotecas instituídas dentro dos estabelecimentos, obteve 12 respostas. Com o resultado da pesquisa, percebeu-se que as bibliotecas desse estado são financiadas a partir do trabalho

desenvolvido por cada detento, os horários de funcionamento eram pela manhã, tarde e/ou noite, incluindo sábados. A composição do acervo era feita por materiais de ficção científica, não científica e direito, os autores favoritos eram: Stephen King, Sidney Sheldon, Jackie Collins, entre outros. As bibliotecas prisionais tendem a ter estruturas pequenas e a automação estava sendo implementada. Em relação a equipe dessas bibliotecas, a maioria tinha formação em Biblioteconomia¹⁷ e por questões de segurança a biblioteca contava com alguns dispositivos, como por exemplo, bip, alarme, apito, telefone, rádio e agentes prisionais (LIGGETT, 1996).

Na Califórnia, em 1999, uma parceria entre a biblioteca prisional da Instituição Correcional de Taft (TCI), que é um estabelecimento privado, e a Universidade Estadual da Califórnia proporcionou o empréstimo de materiais da universidade para os detentos da TCI. Para os estudantes que estão em restrição de liberdade a universidade disponibilizava obras bibliográficas que envolviam a necessidade informacional dos cursos. Ademais, os alunos presos não tinham acesso à internet, então, para suprir a necessidade educacional dos acadêmicos que estão privados da liberdade as bibliotecas prisionais dispunham de um intermediário para verificar as necessidades informacionais e ir a outra biblioteca fisicamente recolher os materiais. No que diz respeito aos livros perdidos dentro dos estabelecimentos penais da Califórnia que possuíam parceria com TCI, quatro livros foram perdidos, nenhum deles foi por roubo ou vandalismo. Os motivos para a perda desses materiais estão vinculados a transferências e liberação dos reeducandos (ASHER, 2006).

As bibliotecas prisionais das instituições estaduais de Oshkosh, uma cidade localizada no estado norte-americano de Wisconsin, detinha um acervo dividido em duas partes: acervo de direito e acervo recreativo (ficção, não ficção, CDs, vídeos, máquinas de escrever, livros, braile, entre outros) (MARK, 2005). Essas bibliotecas funcionavam seis dias na semana, sendo que em três abriam no período noturno. Em relação a equipe dessas bibliotecas, a sugestão das instituições eram que os funcionários deveriam manter-se o mais distante possível (emocionalmente) das pessoas privadas de liberdade, reeducandos que gostariam de trabalhar nas unidades de informação deveriam realizar testes de aptidão e comportamento (MARK, 2005).

O contexto histórico das bibliotecas das penitenciárias estaduais do estado norte-americano de Utah foram descobertos por meio de diários, álbuns, cartas, reportagens, documentos de repositórios (BASHORE, 2003). A população carcerária, em sua maioria, era alfabetizada, já que fazia parte da comunidade Mórmon¹⁸ desse estado, por isso, o acervo dessas unidades era composto

¹⁷ A biblioteconomia fora do Brasil é realizada na pós-graduação.

¹⁸ Os Mórmons estavam sendo presos, pois eram poligâmicos e isso fazia com que os mesmos infringissem as Leis (BASHORE, 2003).

por doações feitas por familiares e amigos. A biblioteca prisional de Utah iniciou, em 1877, seus trabalhos com 58 livros e em 1888 a coleção estava com 250 materiais. Para utilizar esses espaços, regras foram estabelecidas, sendo elas: a) os reeducandos deveriam pagar 1 dólar antecipadamente; b) o preço da subscrição é de 0,15 centavos; c) um volume por empréstimo para usar por 15 dias; d) os livros não são transferíveis; e) a condição do livro deverá ser mantida; f) cada assinante é responsável pelos seus materiais e g) a penalidade era de responsabilidade da diretoria (BASHORE, 2003).

Na América do Sul, Román (2018) nos apresenta as bibliotecas prisionais da Argentina. Essas bibliotecas possuem algumas deficiências, os reeducandos não as conhecem e o acesso aos materiais disponibilizados são restritos. Como na maioria das bibliotecas prisionais, faltam bibliotecários nessas unidades. Os acervos dessas bibliotecas estão desatualizados e em más condições, além da quantidade ser insuficiente. Os horários de funcionamento das bibliotecas prisionais argentinas são reduzidos, nos finais de semanas e feriados não abrem, sua localização acaba sendo uma barreira para que os reeducandos frequentem, bem como as medidas de segurança das instituições prisionais.

As bibliotecas no Canadá ficam em estabelecimentos prisionais federais e adotam ao longo de seu contexto histórico as *Corrections and Conditional Release Act* de 1992, as *Regulations, modifications to Commissioner's Directive 720* e o *Library Policy Guidelines*. Também contavam com obras legais que compõem os acervos dessas instituições cobrindo os dois idiomas principais do país, inglês e francês, os serviços encontrados nas bibliotecas prisionais desse país são: referência, suporte aos leitores, empréstimos, catálogos (INGS; JOSLIN, 2011).

Curry (2003) também realizou um estudo voltado para a visão geral das bibliotecas prisionais do Canadá, bem como suas coleções. O autor afirma que a maioria dos frequentadores são os reeducandos. Os responsáveis pelas unidades não são bibliotecários, essas unidades contam com o orçamento limitado para aquisição de materiais, 30% das bibliotecas possuem política de desenvolvimento de coleção sancionada. Além disso, o autor afirma que nas bibliotecas prisionais do Canadá há censura de materiais, por exemplo, considerados fora dos padrões de segurança de um estabelecimento penal.

Além disso, existem as bibliotecas prisionais em instituições correcionais destinadas aos adolescentes que cometeram atos infracionais, e estão em regime de internato. Em 1972, o primeiro padrão bibliotecário para instituição prisional juvenil, criado pela IFLA, foi publicado. Nessas unidades um dos papéis dos bibliotecários é indicar materiais aos jovens para que eles

consigam conectar-se e construir suas identidades enquanto leitores. Guerra (2010, p. 50, tradução nossa¹⁹) alega que “a educação correcional é uma última chance para professores e bibliotecários ajudarem muitos adolescentes em situação de risco a desenvolver habilidades de alfabetização”.

Desta forma, os estabelecimentos prisionais citados anteriormente possuem em sua maioria as seguintes características: não conta com bibliotecário, seu acervo é composto por doações, serviços relacionados a empréstimo e devolução de materiais, seus frequentadores e foco são os reeducandos, funcionam durante a semana e realizam grupos de discussões de livros. As diferenças que mais chamaram a atenção dentro dos aspectos das bibliotecas prisionais mundiais são: 30% das bibliotecas no Canadá possuem política de desenvolvimento de coleção; ações culturais são desenvolvidas nas bibliotecas prisionais da Croácia; na biblioteca dos espaços de privação de liberdade de Oshkosh/EUA, os reeducandos financiam a unidade, já na Itália, a parceria realizada com as universidades oportuniza ao reeducandos estudarem e no Reino Unido a biblioteca tem internet.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DAS PRISÕES E BIBLIOTECAS PRISIONAIS NO BRASIL

Nesta seção, apresentaremos a legislação brasileira referente às bibliotecas prisionais e à educação nos estabelecimentos de privação de liberdade, bem como suas estruturas, seu histórico e o que cada uma sanciona nos estados brasileiros. Conforme apontado na introdução, atualmente há quatro leis e um decreto, são elas: Lei de Execução Penal nº 7210, de 11 de julho de 1984; Decreto nº 6.049, de 27 de fevereiro de 2007; Lei Federal nº 12.433, de 29 de junho de 2011; Lei Federal nº 13.163, de 9 de setembro de 2015; Recomendação nº 44 de 2013 - Remição de Pena pela Leitura.

Além disso, a Declaração Universal dos Direitos Humanos reforça no artigo 19 que todas as pessoas possuem o direito de opinar e expressar-se, para isso deverão ter acesso às informações necessárias por qualquer meio e sem censura alguma (ONU, 1948, p. 6). Pressupõe-se que as bibliotecas prisionais irão suprir a necessidade informacional dos reeducandos disponibilizando materiais sem censura, e dentro dos padrões de segurança, para a comunidade carcerária e cumprindo as legislações brasileiras, visto que o direito aplicado ao reeducando é a restrição de ir e vir, portanto, a informação deve chegar a qualquer pessoa privada de liberdade, é um direito.

¹⁹ Texto original: “correctional education is a last chance for teachers and librarians to help many at-risk adolescents develop literacy skills” (GUERRA, 2010, p. 50).

A Lei de Execução Penal (LEP) nº 7210, de 11 de julho de 1984, sanciona os deveres e direitos que os reeducandos possuem dentro do sistema prisional, igualmente os deveres e os direitos do Estado para com os reeducandos. A Lei veio para que as punições fossem focadas em um viés humanizado (ALMEIDA, 2014).

Porém, salienta-se que o sistema prisional brasileiro não parece estar caminhando pelo viés humanizado. É fácil perceber essa afirmação a partir das manchetes de jornais e revistas, bem como os artigos que relatam as violências e retaliações que ocorrem dentro do sistema prisional. Para Rangel (2014, p. 1) “[...] o sistema penitenciário brasileiro está falido – não cumpre seu papel ressocializador, não há individualização do cumprimento da pena, e não comporta todos os que para lá são enviados – a sociedade se cala diante dessa realidade, por acreditar que os que lá estão merecem tal sofrimento”.

Destacaremos a seguir alguns pontos da LEP, que está estruturada em títulos, constituídos por capítulos, que por sua vez são estruturados em seções, artigos, etc. Na LEP nº 7210 destacamos no título II, destinado ao condenado e internado, o capítulo II – Da Assistência, que descreve toda a parte de assistência e seção V que trata da assistência educacional; em seguida, trabalharemos com o título IV sobre os estabelecimentos penais e capítulo II sobre as penitenciárias; título V em que é sancionada a execução das penas em espécie, seção II dos regimes e seção IV da remição (BRASIL, 1984, p. 3).

Em relação ao título II, capítulo II, as assistências são deveres do Estado para com o reeducando. Das diversas seções presentes neste capítulo, destacaremos a seção V da assistência educacional, sancionada no seu artigo 21 que prevê: “Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos” (BRASIL, 1984, p. 3).

A respeito do título IV – dos estabelecimentos penais, este explica como os estabelecimentos penais funcionam, quais são suas características e suas estruturas, sendo que o capítulo II aborda especificamente sobre as penitenciárias, já que as bibliotecas prisionais deverão ser alocadas nesses espaços (BRASIL, 1984).

No Capítulo VII – de cadeia pública, no título V está sancionada a execução das penas em espécie²⁰, na seção II estão descritos os três tipos de regime no Brasil, a) fechado: cumprimento de pena em estabelecimento de segurança máxima e média; b) semiaberto: cumprimento da pena em colônias penais agrícolas e c) aberto: cumprimento da pena na casa do albergado (BRASIL, 1984).

²⁰ Espécie é a definição do tipo das penas que serão aplicadas a cada reeducando.

A seção IV, do mesmo capítulo, refere-se à remição das penas, tanto por meio do estudo quanto por trabalho.

Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 está sancionado o direito de todas as pessoas, assim como dos poderes legislativo, judiciário e executivo, meio ambiente, entre outros. Para essa pesquisa, alguns pontos deste documento foram elencados, tais como, o artigo 5 afirma que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 2016, p. 13).

No artigo 5, três pontos são essenciais para essa pesquisa, são eles:

“[...] III – ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante; IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença; IX – é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral [...]” (BRASIL, 2016, p. 13).

Em 1994, o governo brasileiro sanciona a resolução nº 14 de 11 de novembro, que reforça as regras mínimas para os presos no Brasil. As regras foram criadas pela ONU e publicadas a partir do primeiro Congresso das Nações Unidas sobre prevenção do crime e tratamento de delinquentes em 1955.

O Decreto nº 6.049, sancionado em 27 de fevereiro de 2007, dispõe o Regulamento Penitenciário Federal, esse decreto também é dividido em capítulos, títulos, artigos e incisos. No título V é evidenciada a assistência ao preso e ao egresso, no artigo 25, incisos 4 e 5 apresentam informações sobre as bibliotecas e livros. O inciso 4 afirma que o estabelecimento penal contará com bibliotecas para uso dos reeducandos e seu acervo deverá ser composto por materiais nacionais e estrangeiros, técnicos, jurídicos, didáticos e recreativos (BRASIL, 2007).

Já o inciso 5, declara que os estabelecimentos penais poderão realizar parcerias com “órgãos ou entidades, públicos ou particulares, visando à doação por estes entes de livros ou programas de bibliotecas volantes para ampliação de sua biblioteca” (BRASIL, 2007, p. 4).

A Lei Federal nº 12.433, de 29 de junho de 2011, sanciona a alteração da Lei de Execução Penal nº 7.210 “para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução de pena por estudo e por trabalho” (BRASIL, 2011). A Lei explicita todos os direitos dos reeducandos em relação a remição, nesse caso ainda não entra a Lei de Remição de Pena pela Leitura. De acordo com Brasil (1984), em relação à remição da pena por estudo, o reeducando que estiver em regime fechado ou semiaberto poderá remir de um dia de pena a cada 12 horas de frequência nas salas de aula. Já o reeducando que está em regime aberto poderá estudar fora do estabelecimento prisional, mas deverá

apresentar mensalmente o seu índice de aproveitamento escolar. Em relação a remição por meio do trabalho, a cada três dias de trabalho, um dia de pena é remido.

Em 2011, o decreto 7.626 “institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional” brasileiro (BRASIL, 2011). O artigo cinco deste decreto afirma que o Ministério da Educação deverá “promover a distribuição de livros didáticos e a composição de acervos de bibliotecas nos estabelecimentos penais” (BRASIL, 2011, p. 1).

A Recomendação nº 44 de 2013, conhecida como Lei da Remição de Pena pela Leitura, prevê que “sejam valoradas e consideradas as atividades de caráter complementar, assim entendidas aquelas que ampliam as possibilidades de educação nas prisões, tais como as de natureza cultural, esportiva, de capacitação profissional, de saúde, entre outras” (BARBOSA, 2013). O projeto para a implementação da recomendação precisará ser elaborado pelos estabelecimentos penais e enviado à Vara de Execução Penal de cada região. Após aprovação do Juiz, o projeto será colocado em prática. De acordo com a Recomendação o reeducando tem o prazo de 22 a 30 dias para ler a obra e em seguida elaborar uma resenha que será avaliada pela comissão organizadora, cada obra lida possibilita a remição de quatro dias e com um limite de doze obras por ano (BARBOSA, 2013).

A Lei Federal nº 13.163, de 9 de setembro de 2015, modifica novamente a Lei de Execução Penal nº 7.210 “para instituir o ensino médio nas penitenciárias”, declara que os reeducandos receberão os cursos supletivos de Educação de Jovens e Adultos (EJA). No artigo 21-A desta Lei, inciso 4 sanciona que o censo penitenciário deverá apurar a existência de bibliotecas e as condições deste acervo (BRASIL, 2008). Desta forma, um quadro compilando o percurso histórico das legislações brasileiras²¹ será apresentado:

Quadro 2 - Percurso histórico das legislações brasileiras

Ano	Título	Conteúdo
1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos	Afirma que todas as pessoas possuem o direito de opinar e expressar-se, para isso, precisam do acesso a informação.
1988	Constituição da República Federativa do Brasil	Constitui o direito de todas as pessoas.
1984	Lei de Execução Penal nº 7.210	Direito e deveres dos reeducandos e Estado brasileiro.
1994	Resolução nº 14	Regras mínimas para os presos no Brasil.
2007	Decreto nº 6.049	Regulamento Penitenciário Federal.
2011	Decreto nº 7.626	“Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional”.
2011	Lei Federal nº 12.433	“Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho”.

²¹ Ressalta-se que às legislações brasileiras são amplas, para essa dissertação tratou-se de alguns capítulos, artigos e incisos.

2013	Recomendação nº 44	“Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura”.
2015	Lei Federal nº 13.163	“Modifica a Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias”.

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Outra concepção relacionada as bibliotecas prisionais e documentos legais é a Agenda 2030. Ela foi elaborada pela ONU e a proposta foi pensada em uma das reuniões compostas pelos 155 países membros da instituição. A Agenda é composta por 17 objetivos de desenvolvimento sustentável que deverão ser cumpridos ao longo de 15 anos, envoltos em três dimensões: social, econômica e ambiental. Em conformidade com Lindemann (2017, p. 1) “a agenda 2030 chegou ao cárcere, invadiu celas e percorreu os corredores prisionais mostrando que onde houver um só homem, então este também será inserido”. Ou seja, absolutamente ninguém será deixado para trás, pensando na perspectiva desse documento.

Alguns estabelecimentos prisionais brasileiros dispõem de espaços para armazenar os materiais de suas bibliotecas. Essas unidades não contam com uma política de desenvolvimento de coleção e nem com o cargo de bibliotecário dentro do sistema prisional (CARVALHO; CARVALHO, 2017). Para Carvalho e Carvalho (2017, p. 148) as bibliotecas prisionais brasileiras “têm objetivo de estimular a leitura, assegurar a democratização do acesso aos livros, assim como servir de apoio para aqueles que estudam dentro das prisões”. Neste sentido, programas que incentivam a leitura estão presentes dentro das penitenciárias brasileiras, por exemplo, em São Paulo existem clubes de leituras com produção de resenhas e engajamento das livrarias (CARVALHO; CARVALHO, 2017).

Acredita-se que as legislações apresentadas nesta seção auxiliam nos procedimentos que os estabelecimentos prisionais deverão realizar. É possível perceber, por meio do referencial teórico, bem como minhas experiências dentro dos espaços de privação de liberdade, que nem todos aspectos apresentados em uma legislação federal são cumpridos, como por exemplo, biblioteca prisional em toda estabelecimento de privação de liberdade, como também deverá atender a qualquer categoria de presos reclusos. Mas, ressalta-se que legislações são estabelecidas para serem cumpridas, o descumprimento é crime previsto em constituição.

No que concerne a Agenda 2030, todos os objetivos que a compõem estão de alguma forma relacionados aos espaços de privação de liberdade, tanto na estrutura física dessas instituições,

como em sua comunidade. Por isso, apontaremos alguns dos objetivos e seu vínculo com os estabelecimentos prisionais.

Os objetivos erradicação da pobreza e fome zero e agricultura sustentável podem ser alternativas para a diminuição de entradas no sistema prisional brasileiro, visto que algumas pessoas estão privadas de liberdade por ter cometido o roubo de alimentos para conseguir alimentar suas famílias, percebe-se isso em outras seções desta dissertação quando relatamos a vivências de alguns reeducandos. Não estamos aqui para defender as pessoas que cometem esses delitos, mas sim para evidenciar as perspectivas que poderão diminuir o índice de aprisionamento. É necessário frisar que há cerca de setecentos milhões de pessoas que vivem com US\$ 1,90 por dia (ONU, 2015), em um mundo que as tarifas e impostos sob os alimentos e produtos básicos para alimentação e higiene são altíssimas.

Os objetivos relacionados à saúde e bem-estar, educação de qualidade e igualdade de gênero, poderão ser evidenciados e respaldados cientificamente com materiais que compõem os acervos das bibliotecas prisionais. Por exemplo, quando falamos em saúde e bem-estar dentro das prisões pensamos, por meio de diversas pesquisas, a insalubridade que há dentro dessas instituições. Recomenda-se o investimento na estrutura das unidades de saúde e educação intramuros, sabe-se que exames precisam ser realizados, medicamentos disponibilizados e os cuidados com a saúde física e mental de um reeducando é direito fundamental.

Em relação à educação de qualidade, um dos objetivos da biblioteca prisional é prestar assistência ao reeducando que está vinculado ao sistema educacional dentro ou fora da prisão, bem como, auxiliar nos programas, projetos e ações voltados para educação. Quando pensamos em igualdade de gênero nas prisões, evidenciamos que o sistema prisional não está preparado para receber mulheres. As mulheres que estão encarceradas passam por episódios de machismo, sexismo, misoginia e tantas outras violências físicas e psicológicas, uma outra perspectiva é a falta de entendimento das peculiaridades do corpo feminino, conseqüentemente, o Estado as tratam como presos que menstruam. Além do sistema prisional evidenciar suas ações e políticas para os homens, percebemos isso quando instituições catarinenses disponibilizam livros de suas bibliotecas há todas as alas masculinas de uma determinada instituição e não envia para as alas femininas, e essa unidade está tentando implementar uma biblioteca.

Ressalta-se que o sistema prisional escancara o que é ser constituída mulher perante uma sociedade patriarcal, sexista, misógina. A diferença não é ser mulher na prisão apenas, é ser mulher diante do patriarcado. A prisão apenas coloca o holofote nessa diferença de gênero.

O objetivo que consiste em trabalho decente e crescimento econômico e objetivo que refere-se à redução das desigualdades. Implementar um emprego com todos os direitos trabalhistas fora das prisões poderá diminuir a entrada de pessoas no cárcere, como os objetivos um e dois, uma vez que pessoas entram no tráfico, roubo e tantos outros crimes para suprir uma necessidade de viver confortavelmente dentro dos padrões estipulados pela sociedade, visto que, as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social contam com poucas oportunidades e desigualdade econômica.

No que diz respeito às pessoas que estão dentro do cárcere, sugere-se que as empresas que atuam dentro dessas ambiências reflitam no bem-estar do detento, nas condições em que eles estão trabalhando, nos materiais disponibilizados, no salário. E não só na mão de obra barata que o Estado está proporcionando. Além disso, pensar que um dia essas pessoas estarão fora dos ambientes prisionais e precisarão de um trabalho, então, oportunizar essas vagas a detentos e ex-detentos, entender que essas pessoas já foram julgadas, condenadas, cumpriram suas penas e agora estão voltando para uma sociedade que precisa estar preparada para acolher as pessoas.

Por fim, o objetivo que aborda a paz, justiça e instituições eficazes. O objetivo já fala por si só, instituições que visam a paz, que estão focadas na justiça, que investiguem os fatos, que estejam ali para evidenciar e propagar os direitos humanos, que sejam contra qualquer tipo de violência, tais como: tortura, tráfico de pessoas, exploração sexual e tantas outras. Violências essas que estão presentes tanto dentro, quanto fora dos estabelecimentos prisionais.

No Brasil, as bibliotecas prisionais estão localizadas nas cinco regiões: sul, sudeste, centro-oeste, norte e nordeste. Em 2016, foi lançado o livro intitulado “A visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional Brasileiro”, organizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, com dados coletados em 2005. O material conta com diversas temáticas relacionadas ao sistema prisional, tais como quantidade de estabelecimentos prisionais, quantidade de vagas, quantidade de unidades que disponibilizam uniformes, materiais de higiene, entre outros. Uma das perspectivas do livro é em relação às bibliotecas prisionais e o seguinte panorama geral foi apresentado:

- a) A região Sul possuía um total de 122 bibliotecas prisionais, sendo, 28 do Paraná; 46 de Santa Catarina e 68 do Rio Grande do Sul.
- b) A região Sudeste contava com 300 bibliotecas prisionais, consistindo em, 29 no Espírito Santo; 86 em Minas Gerais; 38 no Rio de Janeiro e 147 em São Paulo.
- c) A região Centro-Oeste dispunha de 74 bibliotecas prisionais, equivalente a 6 no Distrito Federal; 20 em Goiás; 27 no Mato Grosso do Sul e 21 no Mato Grosso.

- d) A região Nordeste detinha de 70 bibliotecas prisionais, sendo, 2 em Alagoas; 14 na Bahia; 12 no Ceará; 6 no Maranhão; 9 na Paraíba; 15 em Pernambuco; 5 no Piauí; 3 no Rio Grande do Norte e 4 em Sergipe.
- e) A região Norte, apresentava, 70 bibliotecas prisionais, consistindo em 9 no Acre; 9 na Amazônia; 1 no Amapá; 18 no Pará; 14 em Rondônia; 1 em Roraima e 7 em Tocantins.

Percebe-se que a região Sudeste é a que mais contém bibliotecas prisionais, provavelmente por ter também o maior número de estabelecimentos prisionais inspecionados pela pesquisa, cerca de 481. Enquanto Sul teve 193, Centro-Oeste 237, Nordeste 382 e Norte 159 (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2016). A seguir, as experiências das bibliotecas prisionais brasileiras serão apresentadas.

Em 2017, o governo do Estado de Santa Catarina lançou o Plano Estadual de Educação em Prisões 2016 – 2026: educação, prisão e liberdade, diálogos possíveis. O plano apresenta diversas informações sobre os espaços de privação de liberdade, população carcerária, sistema educacional e bibliotecas. Esse documento, afirma que em Santa Catarina há 37 bibliotecas nos mais diversos espaços de privação de liberdade. Também expõem as obrigações da Secretaria do Estado de Justiça e Cidadania (SJC), e a oitava obrigação garante a adequação dos espaços físicos para o Projeto de Remição de Pena pela Leitura, para isso, inclui-se adaptação das bibliotecas e seus acervos condizentes com as perspectivas da Remição e salas para o atendimento dos alunos que participam desse projeto (CARDENUTO, 2017). Além disso, a Secretaria de Estado da Educação (SED) possui a responsabilidade de equipar as bibliotecas das unidades prisionais, indicando as obras a serem adquiridas.

O Plano Estadual de Educação em Prisões de Santa Catarina, conta com um plano de ação onde especifica cada atividade que deverá ser realizada dentro dos espaços de privação de liberdade. Uma delas é a construção e a implementação em todas as unidades prisionais do Projeto de Remição de Pena pela Leitura, para isso um dos pré-requisitos é a presença de uma biblioteca nos estabelecimentos. É importante frisar que em nenhum momento esse Plano discute a presença de bibliotecários nessas ambiências.

Outro aspecto instituído nesse Plano são as estratégias de financiamento de algumas ações dentro das prisões. Uma das estratégias é a “busca, junto as instituições auxiliares da execução penal (conselhos da comunidade e empresas parceiras), recursos para aquisição de materiais e manutenção das salas de aulas e bibliotecas” (CADERNUTO, 2017, p. 64).

O Plano visa adquirir e aumentar o acervo literário das bibliotecas prisionais, ampliação do seu espaço, realizar parceria com as universidades públicas e privadas para dispor estagiários de biblioteconomia (CADERNUTO, 2017). O documento ainda apresenta um quadro que demonstra a infraestrutura dos estabelecimentos penais de Santa Catarina no ano de 2017 (quadro 3).

Quadro 3 – Oferta de salas de leitura e/ou bibliotecas

Estabelecimento	Possui/Não Possui	Acervo
Complexo Penitenciário de São Pedro de Alcântara	Sim	800
Colônia Agrícola Penal da Palhoça	Não	--
Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	Sim	--
Penitenciária Agrícola de Chapecó	Sim	300
Penitenciária da Região de Curitibanos	Sim	1000
Penitenciária do Complexo Penitenciário do Vale do Itajaí	Sim	1900
Penitenciária Estadual de Florianópolis	Sim	6000
Penitenciária Industrial de Joinville	Sim	2500
Penitenciária Sul	Sim	500
Presídio do Complexo Penitenciária do Vale do Itajaí – Canhanbuda	Sim	1000
Presídio Feminino Florianópolis	Sim	1400
Presídio Feminino de Tubarão	Sim	650
Presídio Masculino de Florianópolis	Sim	1500
Presídio Masculino de Lages	Não	--
Presídio Masculino de Tubarão	Sim	400
Presídio Regional de Araranguá	Sim	900
Presídio Regional de Biguaçu	Sim	200
Presídio Regional de Blumenau	Sim	500
Presídio Regional de Caçador	Sim	200
Presídio Regional de Chapecó	Não	--
Presídio Regional de Concórdia	Sim	--
Presídio Regional de Criciúma	Sim	500
Presídio Regional de Itajaí	Não	--
Presídio Regional de Jaraguá do Sul	Sim	300
Presídio Regional de Joaçaba	Sim	1100
Presídio Regional de Joinville	Sim	500
Presídio Regional de Lages	Sim	300
Presídio Regional de Mafra	Sim	400
Presídio Regional de Rio do Sul	Sim	300
Presídio Regional de Tijucas	Sim	300
Presídio Regional de Xanxerê	Sim	500
Unidade Prisional Avançada de Barra Velha	Sim	300
Unidade Prisional Avançada de Brusque	Sim	330
Unidade Prisional Avançada de Campos Novos	Sim	600
Unidade Prisional Avançada de Canoinhas	Não	--
Unidade Prisional Avançada de Imbituba	Sim	120
Unidade Prisional Avançada de Indaial	Sim	250
Unidade Prisional Avançada de Itapema	Sim	300
Unidade Prisional Avançada de Laguna	Sim	100
Unidade Prisional Avançada de Porto União	Sim	--
Unidade Prisional de São Francisco do Sul	Sim	200
Unidade Prisional Avançada de São Joaquim	Não	--
Unidade Prisional Avançada de São Miguel do Oeste	Sim	100
Unidade Prisional Avançada de Videira	Não	--
TOTAL	37	26950

Fonte: Departamento de Administração Prisional (DEAP/SC).

Abordaremos de uma forma mais específica a Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis localizada em Santa Catarina, na região Sul, que é o foco deste estudo. A inauguração do Complexo Penitenciário de Florianópolis, inicialmente chamada de Penitenciária da Pedra Grande, aconteceu no dia 21 de setembro de 1930, para essa inauguração um convite foi enviado e anunciado nos meios de comunicação disponíveis, na época. O ato solene ainda contou com representantes do governo de Santa Catarina para a entrega da chave principal, além de uma banda musical (MIRANDA, 1998).

O surgimento do Complexo deu-se a partir do instante que “o grupo dirigente local buscava implementar as reformas necessárias para respaldar seu discurso enquanto uma prática modernizadora da sociedade. O controle da criminalidade aparece como peça importante nesse processo” (MIRANDA, 1998, p. 15). Inicialmente, o Complexo Penitenciário de Florianópolis contava com cerca de 70 vagas, assim que foi inaugurado, 27 condenados foram realocados para este espaço. Em 1933, as vagas tinham sido quase todas preenchidas, 68 sentenciados estavam cumprindo pena nesta instituição. (MIRANDA, 1998). Em 2018, 20.434 pessoas estão privadas de liberdade no espaço que, atualmente, prevê 15.994 vagas (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2018).

A partir disso, a administração que atuava naquele momento sentiu a necessidade da criação de regimento interno, escrito em 1926, ou seja, antes mesmo de seu funcionamento. Em 1930, uma segunda versão foi lançada (MIRANDA, 1998). O atual regimento interno do Complexo Penitenciário de Florianópolis é regido por meio da Lei Complementar nº 529, de 17 de janeiro de 2011, esta lei aprova o regimento interno dos estabelecimentos penais do Estado de Santa Catarina (COLOMBO, 2011).

A Lei Complementar que institui o regime interno dos estabelecimentos penais de Florianópolis afirma na seção III de assistência, artigo 39, que “em atendimento às condições legais, cada estabelecimento penal será dotado de 1 (uma) sala de leitura provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos destinados a todos os reclusos” (SANTA CATARINA, 2011, p. 6). A lei, entretanto, não deixa evidente se as salas de leituras podem ser bibliotecas, sendo que esta última engloba tipos de serviços de informação mais abrangentes que a primeira. Nesse contexto, torna-se também uma questão a ser levantada quanto ao conhecimento e reconhecimento da biblioteca como possível órgão de desenvolvimento e mediação da prática de leitura, principalmente pelos gestores do sistema prisional. A percepção da relevância da biblioteca dentro dos sistemas prisionais tanto

pelos gestores quanto pelos próprios bibliotecários é condição fundamental para que se possa estruturar uma relação consistente entre aquilo que uma biblioteca pode oferecer e aquilo que é esperado da biblioteca pelo sistema prisional (expectativas, necessidades, objetivos, etc.).

Em 1970, a Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis foi criada. Antigamente chamada de Biblioteca Conselheiro Nilton Leite da Costa, tinha como missão “proporcionar e contribuir em toda a sua atuação para o acesso à leitura, a difusão da informação, vislumbrando a reintegração social” (FIORAVANTE, 2008, p. 29), e funcionava na parte interna do Complexo Penitenciário de Florianópolis. Em 1997, o espaço destinado à Biblioteca sofre um incêndio no qual houve perda quase total de seu acervo. Em 2003, começou a reconstrução da Biblioteca pelas professoras da EJA prisional (FIORAVANTE, 2008).

Em 2008, o acervo da Biblioteca contava com 5.500 materiais e não possuía um sistema de classificação. “Cada obra [era] registrada em um livro tombo cujo número é formado por uma letra escolhida por área do conhecimento seguida da numeração crescente pela ordem de chegada” (FIORAVANTE, 2008, p. 17). Em 2019, o acervo tem cerca de 3 mil materiais e utiliza a CDU para realizar uma das etapas do processamento técnico, além disso, a Biblioteca conta com o software Biblivre para gerenciamento de seu acervo (COSTA, 2017).

Em conversa com a coordenadora do Programa Novos Horizontes, sabe-se que cerca de mil livros são mensalmente separados e enviados às alas do Complexo. O acesso livre à biblioteca é somente para funcionários do Complexo Penitenciário de Florianópolis (COSTA, 2017).

A equipe da Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis, no presente, é composta por duas estagiárias remuneradas pelo Programa Novos Valores do Estado de Santa Catarina e por ela Prof^a Dr^a Daniella Camara Pizarro, que é docente do curso de biblioteconomia da UDESC e coordenava o Programa Novos Horizontes: a universidade nos espaços de privação de liberdade. Os estágios disponibilizados por meio do Programa Novos Valores são resultado de parceria firmada entre Secretária de Justiça e Cidadania e UDESC por meio de termo de cooperação. Esta Biblioteca está localizada no prédio administrativo, sendo que “o local não foi projetado para este fim, entretanto fica na área mais nobre da Penitenciária, por estar situada junto ao setor administrativo, ficar na parte térrea e possuir janelas grandes, o que facilita a entrada de ar e luz” (FIORAVANTE, 2008, p. 16).

Referente à região Sudeste brasileira, mais especificamente no Estado do Espírito Santo, em 2012 foi lançado o Plano Estadual de Educação das Prisões. O plano evidencia diversas ações que envolvem a educação, por isso, apresenta dados sobre as bibliotecas vinculadas aos espaços de

privação de liberdade. Na época, existiam cerca de 33 bibliotecas nos espaços de privação de liberdade. As instituições contavam com aproximadamente 32.229 materiais em seus acervos. Alguns serviços estavam sendo prestados pelas bibliotecas destas instituições, são eles: a) empréstimo de livro para leitura em cela e b) utilização de livros em sala de aula e pesquisa na biblioteca. Os livros eram adquiridos por meio de diversas parcerias, tais como, com a Secretaria da Educação, Secretaria de Justiça Federal, Tribunal de Justiça, Família dos internos e Sociedade Civil. Esses materiais estavam sendo organizados por categorias e catalogados. Um catálogo foi elaborado para que os internos pudessem escolher suas leituras, após a seleção os livros eram distribuídos. A maior parte do acervo era composto por doações, essas obras passavam por uma seleção e eram enviadas a cada unidade prisional (SECRETARIA DE ESTADO EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO, 2012).

No mesmo ano que o plano foi publicado, a Secretaria de Educação estabeleceu uma doação de quatro mil e quinhentas obras com o objetivo de revitalizar as bibliotecas. A partir do levantamento desses dados, metas foram lançadas, uma delas era referente à ampliação no número de bibliotecas e regulamentação das existentes. Algumas ações foram pré-estabelecidas, como por exemplo, “publicação de portaria e regulamentação do funcionamento da biblioteca nas unidades prisionais; formação de presos para atuar na biblioteca; aquisição de acervo e equipamentos; contemplar espaços para biblioteca nas novas construções”, o prazo dessas atividades eram de 2012 a 2013 (SECRETARIA DE ESTADO EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO, 2012, p. 80). No Plano Estadual de Educação do Espírito Santo publicado em 2016, duas novas estratégias foram elencadas, são elas: “garantir a implementação do Plano Nacional do Livro (PNL) e do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) [...] com o objetivo de disponibilizar livros didáticos, paradidáticos e literários” (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO, 2016, p. 133).

No Estado de São Paulo, foi lançado o Plano Diretor do Sistema Penitenciário em 2010. Esse plano é estruturado com base em metas, a partir disso, é na meta número 16 que as bibliotecas em presídios estão instituídas. Essa meta tem como objetivo principal a “criação de espaços literários e formação de acervo para disponibilização aos internos em todos os estabelecimentos penais” (SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DE SÃO PAULO, 2010, p.47).

Para alcançar seus objetivos, a meta conta com uma ação, voltada para a ampliação do número de salas de leitura e do acervo bibliográfico. Essa ação está dividida em quatro etapas, a

primeira é o levantamento das unidades que possuem ou não salas de leitura (biblioteca). Percebe-se que neste documento as bibliotecas estão sendo consideradas salas de leitura, reafirmamos que há diferenças entre salas de leitura e biblioteca se ressaltamos a importância de evidenciar isso para as estruturas físicas e administrativas do sistema prisional. A segunda etapa envolve a construção e adaptação desses espaços. A terceira etapa estava focada no aumento do acervo desses espaços, com recursos da instituição em que a biblioteca era vinculada e/ou com doações. A última etapa envolvia a distribuição de acervo para as salas de leitura. O prazo para a realização dessas atividades era até 2010 e iniciaram em 2008.

No Rio de Janeiro, foi lançado o Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro. O documento afirma que 16 estabelecimentos prisionais contam com bibliotecas em suas dependências. A Secretaria de Administração Prisional possui parceria com a Secretaria de Educação e Cultura para receber doações de livros, além disso, uma das metas do Plano visa a criação de um acervo jurídico para cada estabelecimento prisional, e a construção de bibliotecas nas unidades que não dispõem da mesma (PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2007).

Em relação à região Centro-Oeste brasileira, no Mato Grosso do Sul (MS) foi lançado em 2012 o Plano Diretor do Sistema Penitenciário, com a mesma meta, ações e as duas primeiras etapas estipuladas no Plano Diretor do Sistema Penitenciário de São Paulo. Em 2008, o objetivo do Sistema Penitenciário do MS era implantar cerca de 23 bibliotecas em instituições prisionais e adequar as 21 já existentes. A terceira etapa para cumprimento desta meta era a capacitação dos servidores penitenciários e dos presos. Referente a essa etapa, modelo de catalogação com algumas orientações foi disponibilizado aos responsáveis por essa capacitação. A quarta etapa estava vinculada à operacionalização destas bibliotecas.

Em uma das bibliotecas prisionais do MS, os educandos podem realizar dois empréstimos, e contam com o prazo de sete a quinze dias para fazer a devolução do material. Os dados afirmam que 50 empréstimos são realizados por semana. “Visando à organização e preservação do acervo, os internos que fazem mau uso dos livros levam um tempo indeterminado para realizar novos empréstimos” (AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO MATO GROSSO DO SUL, 2012, p. 40). Em relação às obras mais lidas, em primeiro lugar está o Código Penal Brasileiro, seguido do livro Estação Carandiru, de Dráuzio Varella.

Na região Nordeste, em Alagoas, Tonin e Souza realizaram uma entrevista com três bibliotecas em ambiências prisionais, que atendem oito instituições prisionais do Estado, em 2014. Como resultado da pesquisa, nenhuma conta com bibliotecários, geralmente, as bibliotecas ficam sob responsabilidade de pedagogos que dão apoio aos estabelecimentos penais. Das três, uma biblioteca disponibiliza materiais para a comunidade carcerária e a comunidade externa. As bibliotecas não possuem documentos formais sobre a política de desenvolvimento de coleção. Os responsáveis pela seleção dos materiais dispostos no acervo dessas unidades são o gerente de serviços penais e uma equipe formada por assistentes sociais e psicólogos, “eles opinam sobre o tipo de material que deve ser ou não incluído no acervo, ou disponibilizado para a leitura no interior das celas” (TONIN; SOUZA, 2014, p. 58). Um dos critérios de seleção imposto pela comissão é a atualidade do conteúdo.

Na Bahia, em 2015 foi lançado o Plano Estadual da Educação no Sistema Prisional da Bahia. Segundo o Plano, o Estado conta com 13 bibliotecas nos estabelecimentos prisionais, ainda percebe-se que a Biblioteca está atrelada à educação formal disponibilizada nas instituições a partir da seguinte informação “[...] é necessário a ampliação da oferta do ensino formal e para isso outras demandas são indicadas: construção e ou reforma de salas de aula, ampliação do acervo das bibliotecas [...]” (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, 2015, p. 35). O Plano ainda recomenda a reforma ou adequação da Biblioteca com acervo atualizado e específico, bem como a presença de um bibliotecário.

No Piauí, em 2015 também foi divulgado o Plano Estadual de Educação nas Prisões. O Plano informa que nenhum estabelecimento prisional conta com bibliotecas, mas que o objetivo é a construção de uma biblioteca em cada unidade (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ, 2015).

Em Pernambuco, em 2007, foi lançado o Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Estado. De acordo com o Plano, quatro unidades possuem bibliotecas estruturadas. Uma das metas disposta no documento é a realização de campanhas para coleta de livros, envio de projeto referente a criação de bibliotecas em outras unidades, adequação dos espaços e criação de parcerias para manter essas unidades (PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2007)

No que tange à região Norte, em 2007, foi publicado um relatório da situação atual do sistema penitenciário de Rondônia. Na época, o Conselho Comunitário juntamente com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) estava “organizando a campanha de doação de livros para formar

bibliotecas nas unidades penais que possuem salas de aula” (PLANO DIRETOR DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA, 2007, p. 19). A Penitenciária de Ênio Pinheiro dos Santos, dispunha de uma biblioteca com aproximadamente 500 livros didáticos e paradidáticos recebidos por meio de doação. O cargo de bibliotecário no sistema prisional rondoniense é instituído com quantidade equivalente a três vagas (PLANO DIRETOR DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA, 2007).

No Amapá, também houve a publicação do Plano Estadual da Educação nas Prisões em 2014. Existem três bibliotecas prisionais neste Estado, o Plano evidencia em seus objetivos e metas a expansão das bibliotecas e de seus acervos, bem como a criação de tantas outras nos estabelecimentos de privação de liberdade que não contam com as mesmas. A maioria dos livros presentes em seus acervos são provenientes de doações. As bibliotecas prisionais do Amapá visam atender prioritariamente os reeducandos que estão vinculados aos processos de educação, ENCCEJA e/ou ENEM e realizam a distribuição de livros nas celas. No que tange aos empréstimos, cada leitor pode pegar três obras por no máximo quinze dias (SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO AMAPÁ, 2014).

Em 2017, a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB) criou a Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais (CBBP), lançada no 1º Seminário Internacional de Arte e Educação Prisional promovido pelo Programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade realizado em 2017, nas dependências do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED-UDESC). A Comissão tem como missão “dar ao Brasil uma representatividade oficial no que tange as bibliotecas prisionais, por meio da disponibilização de fontes de informação concernentes a temática” (CBBP, 2017, p. 4).

A CBBP trabalha com as pautas envolvendo a temática livros e leitura em diversas ambiências, como por exemplo, eventos nacionais e internacionais, câmara dos deputados, entre outros (LINDEMANN, 2019). Ressaltamos que atividades como as que a CBBP realiza, proporcionam às bibliotecas prisionais a visibilidade necessária para que as pessoas entendam como funcionam, quais são os procedimentos e ações desenvolvidas, como auxiliar com a compra de livros, por exemplo. Assim, quebrando o tabu imposto pela sociedade em relação às bibliotecas prisionais e aos reeducandos.

3. LEITURA E ACERVO: A MEDIAÇÃO DENTRO DOS ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

A presente seção será desenvolvida a partir dos conceitos, características, tipologia e discussões sobre a leitura e a mediação e seus diversos contextos, com especial atenção ao contexto prisional. Iniciaremos essa discussão apresentando alguns aspectos relacionados às histórias de vida de algumas detentas dentro dos ambientes prisionais.

Os estabelecimentos prisionais são espaços voltados para homens, percebe-se isso a partir da leitura do livro intitulado “Presos que menstruam” de autoria de Nana Queiroz, lançado em 2016. No livro, a autora Nana conta a experiência que teve dentro dos espaços de privação de liberdade, na condição de pesquisadora, além de contar a história de vida das mulheres que estão dentro desses espaços.

Heidi Ann Cerneka, coordenadora da Pastoral Carcerária nacional informa que “para o Estado e a sociedade, parece que existem somente 440 mil homens e nenhuma mulher nas prisões do país. Só que, uma vez por mês, aproximadamente 28 mil desses presos menstruam.” (QUEIROZ, 2016).

Além disto, com base nas histórias das detentas trazidas no livro de Queiroz (2016) percebe-se que a maioria dos crimes são realizados por necessidade básica (comida, pobreza, entre outros). Na história de Safira, por exemplo, ela está há sete anos privada da liberdade por assaltar um supermercado para conseguir leite para seus filhos pequenos (QUEIROZ, 2016). Outro motivo relacionado às detenções são as violências morais, psicológicas e físicas perpassadas por essas mulheres, bem como a cobrança de dívidas de seus parceiros e/ou família, gravidez na adolescência, entre outros. De fato, não nos cabe aqui exercer julgamentos sobre as situações vividas pelas detentas ou sobre a forma de atuação do Estado com relação aos seus crimes. No entanto, nos parece primordial levantar aspectos que nos conduzem cada vez mais ao olhar humanizado sobre os cidadãos que se encontram no cárcere, já que acreditamos que é a partir desse olhar que a discussão sobre mediação da leitura e informação ganha sentido.

Acredita-se que o incentivo à educação e à disponibilização de espaços educacionais, auxiliaria na diminuição de detenções e reincidência. Além disso, a sensibilidade e empatia dos profissionais que estão atuando com as populações marginalizadas deverão ser colocadas em práticas.

As bibliotecas dentro das comunidades marginalizadas, como nas penitenciárias, poderão disponibilizar espaços para a realização de ações e projetos, que se estendem para além de seu

acervo. Por conseguinte, contribuirão para as pessoas daquele local, seja na socialização, na ampliação do repertório de conhecimento ou na remição da pena. De fato, projetos e serviços ligados às bibliotecas prisionais podem ser beneficiados pela presença de um bibliotecário para contribuir com o processamento técnico, gerir as informações presentes nesse ambiente, solucionar as necessidades de informações, sugerir ações e parcerias, entre outros.

Queiroz (2016) afirma que, de maneira geral, os crimes cometidos pelas mulheres são menos violentos que aqueles cometidos pelos homens, porém na maioria das vezes são decorrentes da realidade violenta em que as mesmas se encontram. Realidade essa permeada pela presença do machismo, do racismo, da imposição social a ter um determinado estilo de vida que não cabe em seus orçamentos, relações amorosas, entre outros.

Heide relata para Queiroz (2016) as violências que as mulheres encarceradas passam dentro dos espaços de privação de liberdade, como por exemplo, dar à luz algemada na cama, sendo que segundo ela é humanamente impossível uma pessoa estar dando à luz e sair correndo pelos corredores para fugir. Outro tipo de violência, são as causadas pelos seus parceiros, sendo que na maior parte das vezes, após serem presas, as mulheres são abandonadas dentro dos estabelecimentos prisionais. Essa afirmação pude confirmar enquanto estava realizando o estágio curricular obrigatório no momento de minha graduação em Biblioteconomia, nos momentos em que passava pela casa de visitas e foi possível perceber que a ala masculina recebia mais visitas em relação a ala feminina.

Um capítulo do livro de Queiroz (2016) chama-se “Biblioteca”. A biblioteca relatada nesse capítulo é a da Penitenciária de Sant’Anna, localizada no bairro Carandiru em São Paulo. Na época, os livros mais procurados eram os de romance espíritas e autoajuda. As detentas possuíam cerca de 10 dias para devolverem os livros e a responsável pela biblioteca era a detenta Érica. De acordo com o relato de Érica, os livros estavam velhos, rasgados e quase mofados, a maioria tinha sido doada, além disso, a biblioteca tinha infiltrações de água para todos os lados. Apesar de todos os pontos negativos de um estabelecimento prisional, conta Érica que era nos livros que compunham o acervo daquela biblioteca que as detentas continuam encontrando romances de finais felizes.

Percebe-se então que a leitura é vital para a sobrevivência, a oportunidade e o enriquecimento dentro dos espaços de privação de liberdade, visto que, os reeducandos passam um determinado tempo, cumprindo sua pena, dentro de uma cela (CLARK; MACCREAIGH, 2006).

A leitura dentro dos espaços de privação de liberdade torna possível o desenvolvimento da empatia, por meio de questões apresentadas nas obras disponibilizadas. Além disso, proporciona

aos reeducandos a ampliação do seu vocabulário por meio das novas palavras apresentadas nos materiais consultados. A leitura apresenta diversos resultados de interação, tais como, “informação que vem da folha, dos conhecimentos internalizados, sejam eles especificamente linguísticos, sejam de conhecimento de mundo ou enciclopédicos que se vão entrelaçando” (PELANDRÉ, 2009, p. 106).

Neste sentido, a leitura pode ampliar o desenvolvimento do raciocínio e aprendizagem cognitiva dos reeducandos, bem como, diminuir os níveis de ansiedade. Román (2018, p. 44) afirma que há uma concordância entre “acadêmicos e intelectuais, de diferentes tipos e disciplinas, de que a leitura nas prisões favorece e encoraja os presos a acelerar de forma frutífera o processo de reintegração social”. Esses aspectos têm implicação direta nos mecanismos de ressocialização, objetivo principal da execução das penas que, conforme prevê a LEP, serve para a “harmônica integração social do condenado e do internado” (BRASIL, 1984, p.1).

Envolto nessa perspectiva de leitura, Almeida Júnior e Bortolin (2007) afirmam que o leitor possui a responsabilidade proporcional ao autor de determinado material, já que cada pessoa interpreta de uma forma aquilo que lê. Essa interpretação vem a partir da maturidade, vivências e experiências do leitor, portanto, dependendo do nível em que o leitor se encontra, é necessário a presença de um mediador.

Neste sentido, acentua-se que “levar a leitura a diferentes espaços, fazendo com que a biblioteca cumpra uma de suas principais funções – incentivar a leitura -, abrindo espaços para que todos os indivíduos (nas diversas faixas etárias) sintam-se ‘desejosos’ de ler sempre” (ALMEIDA JÚNIOR; BORTOLIN, 2007, p. 3).

A maioria da população carcerária possui o ensino fundamental completo, de acordo com o Banco Nacional de Monitoramento das Prisões. Mas, em conformidade com Pelandré (2009, p. 92-94) “[...] não há limite de idade para uma pessoa aprender a ler”, a leitura influencia a possibilidade de ampliar o conhecimento das pessoas, já que “as pessoas não escolarizadas não têm a oportunidade de receber instruções sobre diferentes áreas do conhecimento humano e sobre formas de aquisição de informações”. Neste sentido, a autora afirma que a alfabetização e a realização de uma leitura ativa e consciente oferece ao indivíduo que lê a se apropriar e fazer uso dos significados proporcionados pela leitura, o que pode modificar ou auxiliar na ressignificação de vivências e experiências que, de outra forma, o sujeito não conseguiria se desprender.

Evidencia-se que cada leitor possui suas particularidades perante ao ato de ler, isso decorre do nível educacional proposto, a internalização desta tecnologia, as expectativas a partir de cada

conteúdo lido, além disso, o momento em que o leitor vive, o seu sentimento, por exemplo. Assim sendo, “a leitura é um processo de interação dinâmica entre o leitor e o texto, no qual os atos estimulados pelo texto fogem ao controle do próprio texto, dando origem ao surgimento da criatividade” (GOMES, 2008, p. 10).

Para entender a necessidade informacional e o conhecimento adquirido pela comunidade que a biblioteca atenderá, é preciso entender as condições de vida presente nessas ambiências. Portanto, é fundamental saber as “condições objetivas, como salário, o emprego, a moradia, sejam as condições subjetivas, como a história de cada grupo, suas lutas, organização, conhecimento, habilidades, enfim, sua cultura” (PELANDRÉ, 2009, p.17).

No contexto atual em que a sociedade está inserida, a informação “tem um papel relevante e crucial no processo de construção do conhecimento. Isso torna necessário ao homem organizar sua vida a partir do tipo de informação a que tem acesso” (MALAQUIAS, 1999, p. 14-15). A biblioteca prisional atuará como agente de disseminação e mediação da informação disponibilizada à comunidade carcerária, assim conscientizando a “sua [dos reeducandos] condição de ser no mundo e configurar um conceito de cidadania” (MALAQUIAS, 1999, p. 15).

Para Gomes (2008, p.1) a informação é composta por conhecimento “comunicado que pode ser retomado no esforço de revisão e reflexão que subsidiam a construção de novos conhecimentos ou reconstrução daqueles já estabelecidos”. O processo da construção do conhecimento está envolto com a interação proposta entre o estabelecimento e o indivíduo que participa desse projeto. A interação, neste contexto, compreende os suportes e formatos disponibilizados aos leitores, bem como a estrutura do estabelecimento, a disposição e preservação de seu acervo, além do acesso aos materiais.

Ressalta-se que no processo de disseminação da informação existem diversas etapas. Para a etapa inicial, acontece a “mediação entre os acervos informacionais, entre o conhecimento estabelecido e os sujeitos que buscam construir conhecimento” (GOMES, 2008, p.2). Portanto, os conhecimentos disponibilizados, as pessoas que proporcionarão o acesso às informações, os espaços físicos em que essas informações se encontram, os formatos, as práticas informacionais são mediadores.

As práticas informacionais “não podem ser compreendidas desconexas da realidade social nem do contexto social do modo de produção, no qual se inserem categorias econômicas, culturais, políticas e ideológicas” (MALAQUIAS, 1999, p. 18), ou seja, é necessário visualizar a ambiência que as pessoas estão inseridas. No caso dos estabelecimentos prisionais, é fundamental atentar-se a

qual tipo de unidade o reeducando reside, quanto tempo e qual regime o mesmo foi condenado, traçar o perfil do detento investigando seu nível de escolaridade, quais conteúdos e por quais meios chegam a ele, quais gêneros literários ele costuma ler, quais suas atividades, se ele está estudando, quais suas origens e contexto histórico, entre outros.

Malaquias (1999, p. 19-20) certifica que a informação “é o catalisador do despertar de uma consciência de classe no encarcerado, consciência que possibilita o desenvolvimento de uma forma de ação e estruturação de uma realidade na qual venha a se auto afirmar como sujeito de direitos e de obrigações”. Além disso, a informação sofre alterações a partir do momento que é compreendida e, conseqüentemente, junta-se com o conhecimento tácito adquirido pela pessoa ao longo de sua trajetória.

Ressalta-se que o problema relacionado à educação brasileira dentro e fora dos espaços de privação de liberdade, não é somente com relação à criação de cursos para suprir a demanda educacional, mas envolve a mediação da informação e a leitura, sendo que é “preciso motivar as pessoas, possibilitar alternativas de trabalho, dar condições para a continuidade dos estudos e propiciar, aos trabalhadores, salários dignos para que as famílias mantenham as crianças e os jovens na escola” (PELANDRÉ, 2009, p. 181).

Portanto, democratizar a informação é prioridade, visto que, “o primordial é possibilitar todas as maneiras, condições para o acesso da comunidade à informação, permitindo, principalmente, que ela possa também gerar e produzir, não só informação, mas cultura, veiculando seus interesses, ideias, propostas e soluções (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 21-22). Essa democratização é presente nas discussões biblioteconômicas, já que é uma das funções sociais dos bibliotecários, sendo assim democratizar a informação “pressupõe o oferecimento pela biblioteca, de amplas formas de acesso à informação. Toda a população pode usufruir das informações e dos benefícios que delas advêm” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 33).

Em outra perspectiva de democratização da informação, pensamos na literatura. De acordo com Bortolin e Almeida Júnior (2010, p. 94) quando as pessoas leem materiais literários elas acabam descobrindo mais sobre si, o contexto em que estão inseridas, sua realidade e coletividade. Portanto “a leitura deve ser entendida de forma plural, não se limitando apenas ao texto escrito, pois dessa forma estaríamos excluindo os leitores não alfabetizados”.

Baseada nos apontamentos anteriores, e pensando na leitura, necessidade informacional e de como será disponibilizado esse conteúdo, ressaltamos que a mediação esteja presente, visto que, é o ato de interação entre diversos objetivos e pessoas. Em vista disso e conforme afirmamos

anteriormente, a mediação como prática educativa “é um ato político [...] a curiosidade não é gratuita, a curiosidade não é neutra” (PELANDRÉ, 2009, p. 48). Sendo assim, a ação de disponibilizar informações e suprir suas necessidades está envolta na decisão de possibilitar o acesso a um acervo constituído por uma política de desenvolvimento de coleção.

A mediação da informação proporciona o acesso e a perspectiva, a dados que poderão auxiliar na conscientização dos direitos, deveres do reeducando em relação ao viés político, econômico, social, educacional. Além disso, a informação servirá como ferramenta para o processo de conhecimento, tanto em relação à criticidade, quanto à alienação (MALAQUIAS, 1999).

Mediação, enquanto comunicação nos espaços sociais, tem como função “ao organizar e ao estruturar as expressões de pertença das quais os atores se reclamam no espaço social” (SILVA, 2010, p. 4). Já as mediações institucionais e as estratégias de comunicação, são “entendidas como as formas de mediação e de comunicação, efetivamente praticadas pelos sujeitos comunicantes, na sua dimensão institucional de atores sociais presos a lógicas institucionais” (SILVA, 2010, p. 5). Existem, também, as mediações pós-custodiais, ou seja, mediações criadas depois do surgimento da internet. Obviamente, são mediações influenciadas pelas tecnologias, softwares e metadados.

A era da informação, também conhecida como pós-custodial, disponibiliza as informações por diversos suportes informacionais. As tecnologias da informação e da comunicação estão presentes e auxiliando no desenvolvimento desses suportes, por isso, o mediador além de estar em contato físico com as pessoas, também está em contato com a tecnologia. O mediador está em constante aprendizagem para poder entender os suportes que estão sendo utilizados por seus leitores, e conseqüentemente, desenvolver suas habilidades e competências de mediação.

Para a Ciência da Informação, a mediação está envolta no que chamam de teoria da ação, ou seja, “as mediações são, nessa perspectiva, as conexões que se estabelecem entre as ações sociais e as motivações” (ALMEIDA, 2007, p. 2), seja ela motivação individual ou coletiva. A mediação está presente em diversas atividades, como por exemplo atendimento ao leitor, recuperação da informação, acesso às tecnologias, elaboração de políticas, entre outros. Portanto, para esta dissertação trabalharemos com o termo mediação não só referente à leitura, mas em diversos significados, tais como, a mediação entre as pessoas que estão dentro e fora dos espaços de privação de liberdade, mediação do conhecimento e da informação, entre outros.

A mediação pode ser direta ou indireta, consciente ou inconsciente, singular ou plural, individual ou coletiva voltada para a disponibilização da informação interligada a uma necessidade informacional. Também pode ser explícita e implícita. A mediação explícita está disposta nas

atividades fins dos equipamentos, como por exemplo, no serviço de referência. A mediação implícita acontece nas atividades técnicas, tais como, processamento técnico (ALMEIDA JÚNIOR; BORTOLIN, 2007).

Sendo assim, um dos aspectos da mediação é o mediador. Quando falamos do bibliotecário enquanto mediador, evidenciamos o fato da disponibilização e orientação aos seus leitores em suas buscas, e conseqüentemente, suprimindo sua necessidade informacional. Relembramos que a busca e a curiosidade são aspectos influenciados por pessoas, por contextos e por seus conhecimentos tácitos. Portanto, o bibliotecário poderá influenciar nessa mediação quando apresentar seus aspectos e conhecimentos. É importante que o mediador tenha consciência do seu papel no processo de construção do conhecimento para com sua comunidade leitora, ter a responsabilidade de disseminar informações verídicas não importando seu cunho, seja ele político, histórico, etc. (SANCHES; RIO, 2010).

Nas bibliotecas prisionais, afirmar que a mediação é realizada somente pelos cientistas da informação em seus devidos ambientes de atuação profissional torna-se descontextualizado, visto que, em muitos casos as bibliotecas são geridas por professores, gerentes de saúde, assistentes sociais e outros profissionais dos sistemas penais brasileiros.

A partir dos apontamentos supracitados e antes de evidenciar um dos objetivos desta dissertação voltado para o desenvolvimento de coleção, conceituaremos alguns termos que estão presentes nesta temática, biblioteca prisional, de alguma forma.

A primeira palavra que nos remete ao sistema prisional, nacional e internacional, é autoritarismo. O autoritarismo, dentro e fora dos espaços de privação de liberdade é uma forma de reprimir atitudes desenvolvidas por pessoas. De acordo com Freire e Faundez (1985, p. 46) “[...] o autoritarismo que corta as nossas experiências educativas inibe, quando não reprime a capacidade de perguntar. A natureza desafiadora da pergunta tende a ser considerada, na atmosfera autoritária, como provocação à autoridade”. Numa situação de autoritarismo, sempre temos o opressor (pessoa que pratica o autoritarismo) e o oprimido (pessoa que sofre o autoritarismo), portanto, o oprimido está imerso no mundo do opressor, aceitando as condições propostas pelo opressor em qualquer ação que possa e/ou deve ser tomada.

Quando pensamos nos espaços de privação de liberdade, não importando o tipo de estabelecimento, acreditamos que o autoritarismo está em diversos aspectos, um deles é determinar ou não o que o reeducando pode ler, não estamos falando em conteúdos que ferem a segurança da

comunidade carcerária, falamos dos aspectos envolvendo a legislação brasileira, por exemplo (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2017).

Cidadania pode ser compreendida de diversas formas. Em consonância com Streck, Redin e Zitkoski (2017, p.67) a cidadania é a “apropriação da realidade para nela atuar, participando conscientemente em favor da emancipação”, ou seja, os cidadãos são pessoas que possuem ou precisam possuir a consciência de seus direitos e deveres perante uma sociedade. Um dos métodos para desenvolver a consciência sobre a cidadania é a alfabetização e a educação, é por meio dela que as pessoas entenderão seus direitos e deveres, o que pode ou não ser feito, portanto, “o ensino deve favorecer uma aprendizagem que contribua para o enraizamento de cada sujeito em sua história e sua cultura” (MORIGI; VANZ; GALDINO, 2002, p. 140).

Tornar-se cidadão fazendo parte da comunidade carcerária em direção à conscientização é ter consciência da realidade que se encontra, ter o discernimento do que deve ou não ser feito dentro dessas ambiências, o que a instituição prisional é capaz ou não de disponibilizar, entre outros aspectos voltados para dever e não dever. Para um bibliotecário, exercer sua cidadania é disponibilizar e disseminar informações na comunidade em que sua unidade faz parte. Reforçamos que persistir e lutar pela cidadania é importante, já que vivemos em uma sociedade que não foca em trabalhar numa perspectiva de reinserção do reeducando na sociedade, mas sim em uma perspectiva de punição e vingança (BARROS; JORDÃO, 2004).

Outra perspectiva que trabalha os direitos e deveres de um cidadão, são os Direitos Humanos. Os direitos humanos, para Paulo Freire, juntamente com a democracia acontecem a partir de “embates sócio históricos que as sociedades travam constantemente” (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2017). Entende-se que os direitos humanos estão voltados para a defesa da vida de todo ser humano, não importando sua classe social, sua etnia, sua posição política, a realidade que se encontra, entre outros. Esta dissertação está sendo escrita em tempos sórdidos no Brasil, em que o governo brasileiro vive em uma alienação intensa, propagando desinformação e verdades infundadas. Tempos esses, em que pessoas estão baseando-se em notícias disseminadas por mídias sociais, sem perspectiva e ferramentas científicas para sua constatação.

Atualmente, trata-se de um governo que prende em suas prisões presos políticos sem provas concretas, e mata reeducandos direta e indiretamente. Indiretamente, pois o sistema prisional brasileiro, como diversos autores afirmam, é um sistema precário, no qual a maioria dos estabelecimentos prisionais dispõem de educação, assistência social e saúde instáveis. Um sistema que não tem a quantidade de funcionários para cumprir a cota mínima de segurança, um sistema que

foi feito e está sendo mantido para matar seus reeducandos e não para ressocializar como era sua meta.

As mortes, rebeliões, contrabando, extorsões e vários outros aspectos que estão instituídos dentro dos sistemas prisionais por anos e mais anos mostram como os governantes de determinados países são incapazes de gerenciar “as unidades prisionais como ambientes de reeducação e recuperação social. Ao contrário, são espaços de desumanização dos indivíduos forçados a conviver com as condições insalubres” (BARROS; JORDÃO, 2004, p.7). A ideia aqui não é extinguir as unidades prisionais, mas sim pensar em humanização dentro dos estabelecimentos de privação de liberdade. Após as considerações supracitadas, é importante ressaltar que com o atual governo brasileiro essas violências estão cada vez mais evidentes. O desrespeito aos direitos humanos está mais visível, mas é importante frisar que os problemas de gestão do sistema prisional são muito mais antigos.

Se precisamos ter um plano, estratégias e normas para que os direitos básicos sejam garantidos, é porque esses direitos podem ser interrompidos a qualquer momento. Em 2019, houve o massacre na penitenciária Anísio Jobim, em Manaus, onde cerca de 56 reeducandos foram mortos. Em conversa com pessoas do meu convívio, escutei a seguinte frase “que bom que morreram, estão fazendo a limpa”. Apesar de se tratar de uma situação pontual, essa afirmação traduz o preconceito e o entendimento superficial de muitas pessoas a respeito da relevância social que o sistema prisional tem (ou deveria ter), além de apontar para a falta de empatia e de envolvimento com o caráter público e coletivo das prisões.

Entende-se que as pessoas privadas de liberdade estão nessa situação por algum motivo que diz respeito as legislações, mas incentivar a matança e o massacre dessas pessoas passa de todos os limites pessoais, sociais e legislativos. É para proteger os cidadãos, que estão em liberdade ou privados dela, desse tipo de concepção que tem como foco destacar situações atípicas na sua forma extremada causando situações injustas, que se instituíram os direitos humanos.

Outro termo é o conhecimento, o homem vive num processo constante de busca de informações para acrescentar alguma coisa ao mundo, assim, transformando e renovando as ações de interação com os outros. Quando o conhecimento científico se agrega ao conhecimento tácito, é o momento em que o sujeito tende a modificar sua auto percepção e, conseqüentemente, modifica o seu entorno (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2017). Dentro dos espaços de privação de liberdade, acredita-se que ter conhecimento é sinônimo de deter o poder, um exemplo disso é o uso, pelos reeducandos, dos aparelhos telefônicos ilegais, as pessoas que são responsáveis por esses aparelhos,

detém o poder da comunicação, do conhecimento e das informações e ações que serão repassadas e realizadas dentro e fora desses estabelecimentos.

Outro panorama do conhecimento dentro dos espaços de privação de liberdade é quando ocorre a mediação entre a biblioteca e os presos. Quando a biblioteca disponibiliza os materiais e as informações necessários para os reeducandos e, como resultado, temos leitores escrevendo livros, auxiliando na elaboração de memorando, tendo consciência dos seus direitos e deveres, passando em vestibulares de universidades (com aplicação das provas dentro dos estabelecimentos penais).

Na perspectiva de Paulo Freire existem algumas educações. A primeira chamada bancária, “que torna as pessoas menos humanas, porque alienadas dominadas e oprimidas” e a libertadora “que faz com que elas deixem de ser o que são, para serem mais conscientes, mais livres e mais humanas” (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2017, p. 133). Ademais, a educação tem diversos tipos e características, sendo assim, educação que está presente dentro dos estabelecimentos prisionais é a educação para jovens e adultos. Portanto, na concepção de Freire, a EJA está atrelada “à questão da alfabetização numa perspectiva de educação emancipatória, uma vez que compreende a alfabetização para além de uma aprendizagem mecânica da técnica de codificação e decodificação, mas como leitura de mundo” (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2017, p. 136).

Lembramos que a educação dentro dos espaços de privação de liberdade é um direito sancionado a partir da Lei de Execução Penal nº 7210 de 2011, autores afirmam que a EJA prisional é uma educação reparadora, Pereira (2018, p. 239) afirma que a educação “oportuniza às pessoas presas uma mudança qualitativa em suas vidas”, tendo consciência de que a educação não é a única condição para que as mudanças aconteçam, porém é o começo. Em Santa Catarina, onde está inserido o universo desta pesquisa, a secretaria da educação desenvolve um programa de educação em espaços de privação de liberdade, por meio dos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs) oferecendo cursos presenciais nos níveis: ensino fundamental – anos iniciais (1º ao 5º ano), ensino fundamental – anos finais (6º ao 9º ano) e ensino médio. De acordo com o relatório do primeiro semestre de 2019, a EJA está presente em 45 unidades prisionais; com cerca de 377 professores; 4770 alunos no projeto Despertar pela Leitura, projeto este que abrange a Remição de Pena pela Leitura; nos anos iniciais, a educação contém 863 alunos; nos anos finais, 1346 alunos e no ensino médio, 427 alunos (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, 2019).

A educação dentro das prisões, em Santa Catarina, iniciou em 1975 dentro da Penitenciária de Florianópolis. Mas somente em 1987 a escola prisional foi reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação. Nos níveis educacionais, as atividades são realizadas por disciplinas, “o estudante

frequenta as aulas e elimina as disciplinas que compõe o currículo de forma sucessiva até a conclusão total do curso” (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 2019, p. 1).

Quando pensamos em educação, conseqüentemente, pensamos em acesso à informação, visto que a informação faz parte deste processo. A informação, de acordo com Moragi, Vanz e Galdino (2002, p. 142) “é um direito social do indivíduo e o acesso a ela é exatamente esse direito de ser informado, o direito de saber das coisas, numa linguagem muito simples”.

Na educação compreende-se uma relação entre educador e educando. Na concepção freireana o educador está em constante aprendizado, “sua preocupação central é com a formação profissional e com o compromisso sociopolítico desse educador, ser inacabado” (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2017, p. 143). Pressupõem-se que nessa vertente, a atribuição do educador é unir forças juntamente com o ambiente escolar, cuidando das especificidades do contexto em que está inserido, para a compreensão dos sujeitos, contudo, sua atuação vai além dos aprendizados disponibilizados pelos cursos de pedagogia, indo ao encontro com as experiências vivenciadas dentro e fora de sala de aula, bem como sua consciência e atuação política, que resulta nas escolhas e decisões tomadas.

Outro termo presente nas discussões voltadas para as bibliotecas prisionais, é ensinar e aprender. É importante evidenciar que não é possível transmitir o conhecimento de uma pessoa para outra, por dois motivos. O primeiro motivo está voltado exatamente pela palavra passar, não é possível passar o conhecimento de uma pessoa para outra, visto que, o processo exige muito mais do que isso, o conhecimento disponibilizado a outra pessoa, provavelmente, irá se desenvolver a partir de um conhecimento tácito advindo de uma bagagem de vivências. O segundo motivo são as posições pré-estabelecidas entre educador, aquele que tudo sabe, e, educando, aquele que nada sabe. É evidente que a segunda afirmação não funciona bem assim na prática, as trocas de experiências são reais, e acredita-se que ninguém sabe nada, e ninguém sabe tudo. O contexto de cada um é diferente, conseqüentemente, as experiências, pensamentos e vivências serão exatamente como o contexto (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2017).

Exclusão social, expressão que se refere as denominadas “minorias” em um país no qual as pessoas segregadas pela cor são maioria. Minorias, teoricamente, são aquelas pessoas que por uma determinada condição são excluídas, como por exemplo, pessoas com deficiências físicas, soro positivo, moradores de rua, presos, entre outros, é uma relação de condições intermináveis. Como resultado dessa exclusão, nós temos pessoas marginalizadas, evidenciamos que “se há

marginalizados, não é por opção. Assim, os marginalizados seriam vítimas de uma violência que os expulsa do sistema” (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2017, p. 168).

Outro termo que está presente em uma pesquisa voltada para os espaços de privação de liberdade, é a resistência, que na concepção freiriana “tem a ver com a possibilidade de mudar o mundo, compreendê-lo dinâmico, recusando o discurso de que a mudança irá acontecer espontaneamente”. Ser resistente em um ambiente como o cárcere é estar propenso a passar por diversas situações que irão colocar o reeducando em risco, e desencorajar sua persistência em prestar o vestibular, por exemplo. Ser resistente é passar, como relatou um ex-egresso em uma palestra, no ano de 2017, por ameaças contra sua vida simplesmente por ter conhecimentos extramuros, por estar em uma universidade pública e apoiar outros reeducandos a fazer o vestibular, mostrar como funcionam seus direitos e deveres, auxiliar na elaboração de memorandos.

Outra palavra que está presente neste contexto é a mediação. Para Freire as mediações são diversas. A primeira mediação presente em uma sociedade está voltada para a conversa do homem consigo mesmo, a natureza é um interlocutor para “as relações e comunicação dos humanos” (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2017, p. 256). Uma outra mediação é o processo “de relações que constroem as culturas, a história, em que o trabalho humano é mediador da transformação do mundo” (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2017, p. 256). Silva (2010, p. 4), também afirma que a língua é a primeira mediação constituída para uma sociedade, já que ela classifica e organiza as relações entre os homens, “dando-lhes sentido e permitindo-lhes representar, simbolicamente o real que é percebido”, ou seja, é possível nomear e classificar os objetos para que a sociedade entenda e possa interagir entre eles trocando informações.

Em conformidade com os aspectos supracitados, sabe-se que um dos objetivos desta dissertação é conhecer os critérios de seleção do acervo da Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis. Para isso, evidenciaremos o conjunto de princípios que norteiam a política de desenvolvimento de coleção com o intuito de dispor de embasamento teórico para os dados coletados desta pesquisa.

De acordo com Lehmann (2000), nas bibliotecas prisionais que estão com a sua coleção atualizada e equilibrada o índice de utilização pelos reeducandos aumenta cerca de até 10 vezes, bem como os indicadores de rotatividade dos materiais. As coleções dispostas dentro dessas instituições devem incluir alguns formatos de documentos, como por exemplo, impresso e não impresso e “noutros formatos de modo à atender necessidades informativas, educativas, culturais, recreativas e de reabilitação da população reclusa” (LEHMANN; LOCKE, 2005, p. 14).

O desenvolvimento de coleção, de acordo com Chaputula e Kanyndo (2014), é um processo que auxilia na construção de um acervo seguro, consistente e vibrante. Na década de 1960 e 1970 um movimento relacionado ao desenvolvimento das coleções das bibliotecas pelo mundo inteiro foi iniciado, “boa parte dos bibliotecários começaram a preocupar-se com suas coleções, buscando desenvolvê-las, selecioná-las, expurgá-las, enfim, transformá-las em alguma coisa mais coerente” (VERGUEIRO, 1989, p. 11).

De acordo com Vergueiro (1989) e Weitzel (2006), o desenvolvimento de coleção consiste em seis etapas. São elas: a) estudo de comunidade; b) políticas de seleção; c) seleção; d) aquisição; e) avaliação e f) desbastamento e descarte. Ressaltamos que essas etapas propostas no desenvolvimento de coleção estão presentes nas bibliotecas prisionais, como em diversos tipos de biblioteca, mas trabalhando com as peculiaridades que existem dentro dessas ambiências.

O estudo de comunidade, é conhecer a comunidade que está localizada ao redor da biblioteca para “determinar as necessidades informacionais da comunidade a que ele pretende atender” (VERGUEIRO, 1989, p. 35). Compreender o contexto,

Demográfico, número de habitantes, idade, sexo, nacionalidade [...]; geográfico, direção de crescimento físico da comunidade [...]; educativas, grau de analfabetismo existente, nível de instrução da população, instituições educacionais [...]; socioeconômicas, atividades econômicas mais importantes [...]; transporte, combinando com os fatores geográficas, visa determinar os pontos de serviço mais apropriados [...] (VERGUEIRO, 1989, p. 32-33).

Para registrar os princípios que contemplarão o desenvolvimento de coleção, é necessário que uma política de desenvolvimento de coleção seja instituída. Nela a equipe da biblioteca “detalhará quem será atendido pela coleção, quais os parâmetros gerais da mesma e com que critérios esta se desenvolverá” (VERGUEIRO, 1989, p. 23). Ter uma política guiará as decisões relacionadas ao acervo da biblioteca, assim, evitando preconceitos estabelecidos, fará com que a unidade disponha de uma coleção estruturada e a realização da defesa de seu acervo, caso seja necessário (CLARK; MACCREAIGH, 2006).

A política de desenvolvimento de coleção se fundamenta na composição demográfica da população reclusa, nessa política deve estar evidenciado que “nenhuma censura será aplicada na seleção dos fundos documentais, salvo em circunstâncias em que um determinado item é reconhecido como constituindo uma ameaça à segurança do estabelecimento” (LEHMANN; LOCKE, 2005, p. 14).

As orientações dos autores sobre os serviços de biblioteca para recluso afirmam que a política de desenvolvimento de coleção deve considerar a

Composição étnica e cultural, as idades, os níveis de leitura, os percursos educativos anteriores e os idiomas da população reclusa; necessidade de recursos úteis para a reinserção dos reeducandos na sociedade; recomendação de títulos para lidar com os

pedidos de retiradas da coleção; procedimentos de desbastes e procedimentos para gerir doações (LEHMANN; LOCKE, 2005, p. 14).

Para a elaboração de uma política de desenvolvimento de coleção um estudo de comunidade deverá ser realizado, assim, verificando quais são as necessidades informacionais, quais os suportes serão disponibilizados, qual o tipo de informação, quais são os autores mais solicitados, entre outros, e, conseqüentemente, “disponibilizar um acervo totalmente adequado; que atrai, instiga, questiona e esclarece” (SILVEIRA; FIORAVANTE; VITORINO, 2009, p. 88).

Além disso, a política “deve também descrever a estrutura para a formação das coleções [...]. Nesse sentido, a missão e os objetivos da biblioteca e da instituição que a mantêm orientarão a formação e o desenvolvimento de coleções” (WEITZEL, 2012, p. 182). Como citado anteriormente, a política de desenvolvimento de coleção explicitará os critérios, relacionados à seleção, aquisição, avaliação e desbastamento, que devem ser utilizados para um determinado acervo.

Vergueiro sugere os seguintes pontos fundamentais para uma boa política, são a) quais são os materiais que farão parte da coleção (conteúdo, formato); “b) quando e sob quais condições este material poderá ingressar no acervo (políticas de seleção, aquisição, doação, etc.)” (1989, p. 27); c) quais são as necessidades informacionais da sua comunidade; d) quais são os métodos de avaliação para a entrada e saída de materiais dessa coleção e e) quais são as políticas de descarte.

A política de seleção garante “a manutenção dos critérios além da permanência física dos profissionais responsáveis pelas decisões” (VERGUEIRO, 1995, p. 69). Este documento disponibilizará os critérios de seleção utilizados pela biblioteca, além disso, a política de seleção tem caráter: “administrativo, com a finalidade de garantir a continuidade dos critérios [...]; de relações públicas, ao tornar a biblioteca simpática aos olhos da comunidade; e, político, ao proporcionar um instrumento para resistência ou gerenciamento dos conflitos e pressões em torno da coleção” (VERGUEIRO, 1995, p. 71).

A seleção, “é uma das funções responsáveis pela formação e desenvolvimento das coleções que irão compor o acervo, tanto quanto à forma, como quanto ao conteúdo” (MACIEL; MENDONÇA, 2006, p. 19).

A seleção do acervo está voltada para o público alvo que a biblioteca atenderá, logo, na seleção deve-se pensar qual a necessidade informacional (seja ela recreativa ou não) das pessoas que estarão presentes na biblioteca. Miranda (2007, p. 12) apresenta algumas sugestões de critérios de seleções para o desenvolvimento de coleção, são eles

Autoridade de autor e/ou editor, atualidade científica dos conteúdos, qualidade técnica, escassez de material sobre determinado assunto na coleção, cobertura/tratamento, custo

justificado, idioma acessível, relevância/interesse acadêmico-científico, número de usuários potenciais, condições físicas do material.

Os critérios de seleção podem evidenciar o número de cópias dos títulos específicos, as opções de aquisição para que o gestor possa seguir (CHAPUTULA; KANYUNDO, 2014). Consequentemente, os critérios de seleção “podem ocorrer: a) em relação ao usuário quando o julgamento se dá pelo ponto de vista da biblioteca ou de suas necessidades; b) em relação ao documento em si quando o julgamento se dá pelo valor intrínseco da obra; c) em relação às características extrínsecas ao documento” (WEITZEL, 2012, p. 186).

Outro ponto da política de desenvolvimento de coleção é a aquisição. O processo de aquisição pode ser realizado por compra, doação e/ou permuta, e é a concretização das decisões que foram tomadas após os critérios de seleção. Em vista disso, algumas etapas precisam ser realizadas, tais como, obter informações sobre os materiais desejados pela biblioteca; efetuar o processo de compra dos materiais; manter e controlar os arquivos necessários; administrar os recursos disponíveis para aquisição.

Para a compra de materiais é necessário verificar se a instituição dispõe de orçamentos. Em relação à doação, alguns critérios deverão ser estipulados para receber as obras, lembramos que as bibliotecas não são depósitos de livros, consequentemente, é necessário verificar a pertinência do conteúdo para aquela comunidade, a atualização do material, qual a probabilidade do material ser emprestado, quantos exemplares existem no acervo, idioma, entre outros. No que concerne à permuta, uma das partes deverá ceder algo em troca de alguma coisa, que não seja em espécie (dinheiro), no caso das bibliotecas, é o acordo entre instituições referente ao empréstimo de materiais.

No que diz respeito à avaliação da coleção alguns critérios deverão ser observados, tais como, condições físicas dos materiais, empréstimo dos exemplares dispostos no acervo, a relevância dos conteúdos para a comunidade que determinada biblioteca atende, atualização da obra e número excessivo de exemplares. Consequentemente, a política apresentará o desbastamento, etapa em que os materiais que compõem o acervo, após ser avaliado, são excluídos (MIRANDA, 2007).

Pode-se dizer que a ideia de política de desenvolvimento de coleções é um assunto com espaço de discussão consolidado na área da Biblioteconomia. Entretanto, ao transpor esses ideais de composição de acervo para o contexto das bibliotecas prisionais, percebemos que a realidade é muito distinta e na maior parte das situações, não é possível aplicar a mesma noção de desenvolvimento de coleções. Além das discussões serem escassas nesse sentido, também temos

que considerar legislações maiores e práticas de trabalho (nem sempre explícitas) que têm grande impacto no delineamento do papel da biblioteca prisional. Assim sendo, a seguir apresentaremos a literatura encontrada referente ao desenvolvimento de coleções em bibliotecas prisionais.

3.1 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÃO ADEQUADA AOS ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

A política de desenvolvimento de coleção é um documento que evidencia as atividades que o bibliotecário necessita desenvolver relacionado à coleção de uma unidade de informação, mas também, “trata-se de tornar público, expressamente, o relacionamento entre o desenvolvimento de coleção e os objetivos da instituição a que esta coleção deve servir” (VERGUEIRO, 1989, p. 25).

Esse documento conta com algumas informações, tais como, “que material fará parte da coleção [...]; quando e sob quais condições este material poderá ingressar no acervo [...]; que necessidades específicas e de que parcelas da comunidade ele deve atender [...]; como será avaliada a importância do material para biblioteca [...]; quando e sob quais condições ele será retirado do acervo” (VERGUEIRO, 1989, p. 27). Ainda, na política de desenvolvimento de coleção constará quem será responsável pelas decisões presentes no documento, bem como a periodicidade para atualização.

Neste sentido, para Clark e MacCreaigh²² (2006) o desenvolvimento de coleção é um processo rotineiro e deverá ser escrito pelos bibliotecários responsáveis, tendo em mente que alguns materiais servem para determinadas bibliotecas e outros não. Recomenda-se que para elaboração da política de desenvolvimento de coleção em bibliotecas prisionais, inicialmente, alguns questionamentos precisam ser solucionados, como por exemplo, quais informações deverão ser coletadas? Qual é o objetivo de reunir essas informações? O que fazer com essas informações? Para quem perguntar sobre a coleção? Como coletar essas informações? O que a coleção pretende atender? Qual a comunidade será atendida? Quando pensamos em verificar as perguntas aconselha-se fazer todas as questões possíveis, ser breve e gentil, além de realizar os questionamentos certos na hora certa.

As autoras afirmam que as perguntas abertas são boas se for para realizar uma pesquisa breve, já as perguntas fechadas são para pesquisas longas. Outra opção é fazer perguntas com respostas múltiplas escolhas, a desvantagem dessa possibilidade é a ampla seleção de respostas.

²² Esse material trata do desenvolvimento de coleção das bibliotecas prisionais, foi um achado em uma das pesquisas realizadas pela autora no processo de levantamento bibliográfico. A predominância dessas autoras nessa subseção é referente ao pioneirismo na temática.

Conforme Clark e MacCreaigh (2006) a política de desenvolvimento de coleção começará com a missão da coleção em consonância com a missão da biblioteca e da instituição a que ela está vinculada. Em seguida, os objetivos gerais e específicos deverão ser definidos e compartilhados com a administração dos estabelecimentos prisionais. Para elaborar os critérios voltados à política de desenvolvimento de coleção algumas etapas deverão ser estabelecidas.

Entre elas, o perfil da comunidade a ser atendida precisa ser traçado, a declaração intelectual estabelecida, como acontecerá o empréstimo entre bibliotecas prisionais, quem terá autoridade diante da compra, quais materiais serão excluídos por questões de segurança, materiais para apoiar os programas associados aos espaços de privação de liberdade, orientação sobre a compra de exemplares, quais materiais vão para pesquisa jurídica, como as obras serão selecionadas e quais serão seus fornecedores, os funcionários, além da comunidade carcerária, poderão sugerir materiais para a compra, periodicidade de atualização da política definida, processo para lidar com as doações e critérios voltados para reparos, recuperados, desmarcados, descartados e substituídos (CLARK; MACCREAIGH, 2006).

Percebe-se por meio das seções anteriores desta dissertação que algumas bibliotecas prisionais internacionais prestam serviços voltados para a distribuição de materiais para propósitos legais, já que os reeducandos contam com a possibilidade de realizar sua própria defesa, entretanto, existe biblioteca que proíbe em sua documentação normativa a distribuição desse material (CONRAD, 2012).

Outro ponto importante está relacionado à interação entre equipe da biblioteca e comunidade carcerária. Alguns autores, como Mark (2005), afirmam que é necessário manter uma certa distância entre os reeducandos, por questões de segurança, para que não aja uma aproximação e caso ocorra a solicitação de pedidos inadequados por meio dos apenados, a equipe esteja preparada para recusá-los. Porém, embora entenda o ponto de vista desses autores, acredito ser necessário a interação entre ambos para conhecer melhor seu público, o conteúdo que os mesmos gostam/gostariam de ler, os formatos desses materiais, entre outros. Ressaltamos que o bibliotecário trabalhará com pessoas, então, é essencial a empatia para com o Outro.

As bibliotecas prisionais estão vinculadas a ambientes em que se faz necessário priorizar a segurança da comunidade carcerária e de seus colaboradores. Assim sendo, como apontado anteriormente, existem conteúdos que não poderão estar presentes dentro dessas ambiências (CONRAD, 2012; BURT, 1977). Por conta dessa peculiaridade, sugere-se que a política evidencie

quais são os aspectos que envolvam a segurança, quais conteúdos e formatos de obras poderão estar presentes nesse acervo.

De acordo com Clark e MacCreaigh (2006) as bibliotecas prisionais atendem populações finitas com menos de cinco mil exemplares em seus acervos. As autoras recomendam que, na política de desenvolvimento de coleção, seja pleiteado a negociação de determinados tipos de materiais, caso necessário. É importante ressaltar que os bibliotecários tenham a percepção dos materiais que poderiam ou não estar no acervo, já que a segurança é uma prioridade. Outro ponto que envolve a construção da política de desenvolvimento de coleção é a discussão entre equipe da biblioteca e administração geral dos espaços de privação de liberdade. O bibliotecário deverá estar preparado para defender sua proposta a qualquer momento e quando for questionado.

Sabemos que um acervo é constituído por diversas temáticas. Nas bibliotecas prisionais, os acervos são compostos pelas seguintes temáticas: livros de lazer estão pré-definidos em uma lista com inúmeros materiais de ficção, voltados para o entretenimento e o enriquecimento da vida ou da autoeducação do reeducando, auxiliando no desenvolvimento emocional. Além dos livros de lazer, os acervos são formados por livros de religião, poesia e autoajuda. Livros de literatura infantil também estão presentes nas coleções das bibliotecas prisionais, uma vez que possuem leituras rápidas e fáceis (CLARK; MACCREAIGH, 2006). Já os materiais de alfabetização, são livros que devem refletir a comunidade carcerária e os programas existentes dentro dos estabelecimentos prisionais, o bibliotecário deverá identificá-los e armazená-los normalmente em suas coleções. Ademais, existem as coleções básicas, visto que o nível educacional dos reeducandos está entre ensino fundamental e ensino médio completos.

Em relação ao acervo legal disponibilizado aos reeducandos, a biblioteca prisional fornece ferramentas para que os detentos possam entender seus direitos e deveres, além da elaboração de suas defesas nos casos dos sistemas prisionais internacionais, portanto, tornarão acessíveis alguns materiais, tais como, as constituições sancionadas naquele país e/ou Estado; dicionários específicos que tratam sobre as leis e seus vocabulários; manual de autoajuda para os detentos (CLARK; MACCREAIGH, 2006). Ressalta-se que o acervo legal é mais forte nas bibliotecas internacionais do que nas brasileiras. Aconselha-se que as bibliotecas devem ter uma quantidade de materiais mínima de dois mil títulos ou 10 títulos por reclusos, bem como 20 títulos ou uma assinatura de revista para cada 20 reclusos. Os materiais audiovisuais devem corresponder às necessidades básicas e apoiar os programas prisionais (LEHMANN; LOCKE, 2005).

Recomenda-se que o *staff* da biblioteca não façam: aconselhamento jurídico, interpretem terminologias, registrem informações em formulários, realizem pesquisas dos processos, incentivem ou desencorajem os reeducandos em seus processos. A equipe poderá auxiliar da seguinte forma: fornecendo informações sobre serviços jurídicos, definições das terminologias, oferecendo os formulários e indicando instituições que os mesmos poderão procurar para auxiliar em seus processos legais (CLARK; MACCREAIGH, 2006).

Todas as bibliotecas devem tomar decisões sobre o que vão ou não inserir nos seus acervos, e, como mencionado anteriormente, a segurança dos ambientes prisionais será sempre colocada em primeiro lugar. Por isso, a equipe da biblioteca passa horas debatendo a diferença entre seleção e censura. A regra básica afirma que a comunidade carcerária não pode se lesionar com os materiais disponibilizado pela biblioteca, portanto, é significativo explicitar na política de desenvolvimento de coleção quais são os conteúdos que podem ou não fazer parte desses acervos (CLARK; MACCREAIGH, 2006).

Se ocorre a censura, dois pontos de vista são apresentados por Clark e MacCreaigh (2006) a primeira é infringir o artigo do Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário, parágrafo único,

O bibliotecário repudia todas as formas de censura e ingerência política, apoia a oferta de serviços público e gratuitos, promove e incentiva o uso de coleções, produtos e serviços de bibliotecas e de outras unidades de informação, segundo o conceito de acesso aberto e universal (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2008, p. 1).

Portanto, o bibliotecário que contribuir com a censura está faltando com ética. O segundo ponto de vista é, talvez, o conteúdo disponibilizado por um livro, que poderá ser eficiente para algum reeducando. Acredita-se, então, que a análise do empréstimo ou não deverá ser feita individualmente, analisando o crime realizado pelo reeducando, a boa conduta e o histórico dentro dos estabelecimentos prisionais.

Clark e MacCreaigh (2006) propõem diretrizes para determinar os critérios de seleção do acervo das bibliotecas prisionais. As diretrizes estão voltadas para os seguintes aspectos: 1. O conteúdo das obras deverá estar ligado ao interesse da comunidade que será servida; 2. Materiais atualizados; 3. Obras bem escritas, com vocabulário apropriado; 4. Incluir assuntos voltados para diversos grupos culturais, étnicos e sociais; 5. As obras deverão estar formatadas de acordo com as normas padrões do Estado em que foi elaborado; 6. Dar preferência pelos formatos que os reeducandos poderão utilizar; 7. Materiais recomendados por especialistas; 8. A arte da capa dos livros de alfabetização não deve chamar atenção.

Ressalta-se que o terceiro aspecto apresentado anteriormente poderá de alguma forma censurar materiais dentro dessas ambiências, visto que, qual à perspectiva de uma obra com o

vocabulário apropriado? Sugere-se que uma biblioteca prisional tenha diversos materiais com vocabulários diferentes e que seja realizado um estudo de comunidade para verificar, também, o nível de escolaridade daquela comunidade carcerária e assim disponibilizar o livro ao seu leitor.

No que se refere à aquisição de materiais, sugere-se que o *staff* da biblioteca prisional disponibilize formulários, com uma periodicidade frequente, para realizar um estudo de comunidade com o intuito de coletar as necessidades informacionais dos reeducandos. É fundamental manter o solicitante informado sobre a previsão de compra das obras sugeridas. Caso não chegue, informá-lo formalmente e pedir desculpas, ser sempre honesto com seus interagentes é primordial (CLARK; MACCREAIGH, 2006), visto que a rotatividade dos reeducandos dentro dos estabelecimentos prisionais é extremamente alta. Além disso, os bibliotecários deverão estar atentos aos prazos para aquisição de materiais, aos editais, aos recursos orçamentários disponibilizados.

Em relação ao descarte de materiais, é primordial que um conjunto de instruções normativas seja determinado e seguido. Portanto, algumas perguntas foram pré-estabelecidas: a) quais ações serão tomadas com o material descartado? b) por que o material deveria ser excluído? c) como a exclusão do material melhorará os serviços? d) quais são as críticas a esse material? e) qual o objetivo desse item? f) quais são os benefícios desse material? (CLARK; MACCREAIGH, 2006).

No que diz respeito aos jornais, orienta-se que o bibliotecário faça uma pesquisa de campo para verificar quais são os jornais locais, para disponibilizar aos reeducandos. Já as revistas, aconselha-se que a verificação dos empréstimos seja feita para observar qual conteúdo é mais emprestado e sincronizar o conteúdo dos livros com as revistas.

A política de desenvolvimento de coleção proposta por Clark e MacCreaigh (2006) envolvendo as bibliotecas prisionais recomenda que os materiais audiovisuais deverão ser contemplados nos acervos. Para a aquisição de materiais desse formato, é necessário verificar qual o tempo determinado pelas instituições para que os reeducandos possam frequentar as bibliotecas, a partir disso o material precisa ter um tempo de duração aproximado, equipamentos apropriados e suficientes para suprir a demanda. De acordo com o manual para bibliotecas correcionais disponibilizado pela *Association of Specialized & Cooperative Library Agencies* (ASCLA), sugere-se que a coleção relacionada a esses materiais tenha, no mínimo, 20 títulos.

Quanto às coleções voltadas para suprir a demanda dos planos de ensino educacionais, esses planos de ensino são materiais onde os professores disponibilizam as obras e os conteúdos que utilizarão na sala de aula com seus alunos. Para a aquisição de materiais dessa coleção, é necessário haver uma conversa entre professores e bibliotecários. Em alguns casos, o departamento de

educação possui seus próprios orçamentos e fornece seus materiais, nesse caso, o bibliotecário apenas disponibiliza o suporte para compra.

Sugere-se que os materiais de capa dura, como citamos nas seções anteriores, não podem fazer parte dos acervos por questões de segurança. Porém, uma das propostas de Clark e MacCreaigh (2006) é que esses materiais poderão ser inspecionados cuidadosamente. Salienta-se que os orçamentos das bibliotecas prisionais não são altos, desse modo, a compra de livros de capa dura são impossibilitadas por conta do custo. Um contra ponto é que os formatos desse livro contam com os títulos mais recentes, já os livros de bolso são materiais baratos e de estruturas que, teoricamente, não tem como contrabandear materiais ilícitos.

As doações, como percebemos por meio do levantamento bibliográfico é a predominância nos acervos das bibliotecas prisionais, necessitam passar por uma seleção. Após essa seleção, o material que ficará no acervo da biblioteca prisional irá para o processamento técnico, para ser catalogado e classificado. Os materiais deverão ser inspecionados, já que pode haver contrabandos.

Pensando na classificação e catalogação dos materiais dentro das bibliotecas prisionais, Clark e MacCreaigh (2006) reconhecem que a catalogação é o roteiro da necessidade de informação e os recursos adequados, além disso, uma catalogação realizada corretamente poupa horas de recuperação da informação, já a classificação depende do tamanho do escopo do acervo. O sistema de classificação mais utilizado dentro das bibliotecas prisionais é a Classificação Decimal de Dewey (CDD).

Em relação ao desbastamento para Figueiredo (1998, p. 84) “o desbastamento é um processo de extrair títulos ou partes da coleção, quer para remanejamento, quer para descarte”, as autoras Clark e MacCreaigh (2006) certificam que uma coleção direcionada aos interesses comunitários, circulará melhor do que uma coleção completa que está estagnada. Os critérios de avaliação para que os materiais sejam retirados do acervo estão embasados nas condições do material, popularidade da obra, reimpressão, atualização, arte da capa e se a biblioteca conta com o kit para reparo de discos, caso conte com esse tipo de material em seu acervo. As autoras ainda afirmam que os materiais mais populares dentro da biblioteca poderão ser emprestados cerca de cem vezes. A avaliação acontecerá regularmente, com base nas estatísticas de circulação, satisfação do interagente e revisão de sua política.

Os procedimentos de circulação contam com três etapas, são elas: checar os livros; guardá-los e registrar os clientes. Esses procedimentos são fluxos naturais e cada biblioteca prisional conta com suas movimentações. Em relação à conferência de materiais é necessário garantir a data de

vencimento de cada obra, portanto, sugere-se que a data seja colocada no bolso do livro ou utilizar um carimbo com a maior data de devolução possível.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apresenta-se nessa seção os procedimentos metodológicos que conduziram os caminhos para a realização dos objetivos desta dissertação. O procedimento metodológico “define as diretrizes e orientações de como desenvolver o trabalho de pesquisa, as técnicas que devem ser empregadas [...] com o intuito de conferir um grau de confiabilidade aos resultados obtidos” (SILVEIRA, 2011, p. 124). A escolha dos métodos utilizados nas pesquisas atende as características do objeto de cada estudo (CANO; SAMPAIO, 2007).

Quadro 4 - Característica da pesquisa

Característica	Descrição
De seus objetivos – pesquisa exploratória	“Facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52).
Procedimentos técnicos – pesquisa documental	“Baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52).
Da forma de abordagem do problema – pesquisa qualitativa	“Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito [...] interpretação dos fenômenos e a atribuição de significação são processos básicos desta pesquisa” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70).

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Ressalta-se que o universo desta pesquisa foi a Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis, vinculada ao Complexo Penitenciário de Florianópolis, localizada no bairro Trindade. A escolha desse estabelecimento vem em consonância com a minha proximidade e experiências enquanto pesquisadora e bolsista com a Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis, além de dar continuidade a pesquisa realizada em meu Trabalho de Conclusão de Curso. Ademais, foi possível perceber em leituras e visitas realizadas a estabelecimentos prisionais de Santa Catarina que cada um deles possui suas peculiaridades em relação a procedimentos de segurança, acesso aos materiais, entre outros, portanto, não teríamos tempo hábil para analisar todas os dados que, possivelmente, seriam coletados.

No início desta pesquisa, a coleta de dados seria realizada por meio de entrevista e transcrição. Para isso, em março de 2019 (após a qualificação do projeto de pesquisa de dissertação), submeteu-se ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Catarina (CEP/UFSC) toda a documentação exigida. Ilogo. Por três vezes o CEP/UFSC solicitou a modificação do Termo de Consentimento que seria entregue às pessoas a serem entrevistadas. Após

alguns meses de processos burocráticos, conduzido por orientações generalistas, julgamos que a melhor decisão seria a modificação do instrumento de coleta de dados, visto que, não obtivemos o parecer final do Comitê. Isso influenciou na quantidade reduzida de respostas obtidas o que impactou nos resultados desta dissertação.

4.1 MÉTODOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Com intuito de alcançar os objetivos a) descrever as condições gerais do ambiente e do acervo e b) caracterizar as temáticas contempladas no acervo, foi realizada uma visita à biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis no segundo semestre de 2019, as informações foram levantadas por meio de um guia de observação (APÊNDICE A).

Para levantar as condições gerais, utilizamos o método de observação. A observação envolve os sentidos humanos para coletar dados, sobre um determinado espaço e/ou realidade (GIL, 1999). A partir das informações coletadas por meio da observação é possível “diagnosticar a situação-problema, facilitar a escolha das técnicas e procedimentos empregados na pesquisa e na avaliação da sua eficácia” (CANO; SAMPAIO, 2007, p. 200).

Para a implementação desta técnica o Observatório do Qren (2004, p. 4) sugere o passo a passo, tais como, escolha de situações para observação (contexto que será observado) e observação em si (ir no local, o observador registra notas sobre as situações e dados). Para esse último passo, é necessário analisar a ordem organizacional da instituição “para identificar as formas através das quais as características sociais, culturais e físicas do contexto influenciam as relações” entre os materiais disponibilizados na biblioteca e a comunidade carcerária.

No que tange aos objetivos c e d, quais sejam: c) mapear a proveniência do acervo e d) conhecer os critérios de seleção do acervo, as coletas de dados foram realizadas por meio do *Google Forms* com três questionários (APÊNDICES B, C e D) diferentes: um direcionado aos profissionais da educação dentro do Complexo Penitenciário de Florianópolis, profissionais ligadas às atividades da biblioteca deste estabelecimento e outro profissionais vinculadas à segurança do estabelecimento. No total, o questionário foi enviado para dez pessoas, sendo 4 profissionais da educação, 3 agentes prisionais e 3 estagiária e supervisora da biblioteca. A coleta dos dados desta pesquisa, ocorreu até o dia 10 de setembro de 2019²³.

²³ Data de recebimento das respostas do questionário.

Para analisar os dados coletados utilizou-se o método de análise de conteúdo proposto por Bardin. A análise de conteúdo “é um método empírico, dependendo do tipo de ‘fala’ a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo [...] é um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 2016, p. 36-37). Esse tipo de análise “visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares” (BARDIN, 1977, p. 44).

A análise de conteúdo é um recurso para utilizar-se também em pesquisas qualitativas, portanto, abrange a coleta de dados por formulários. De acordo com Bardin (2016) as entrevistas precisam ser registradas e transcritas. Essa ferramenta proporciona a percepção da espontaneidade já que “cada pessoa serve-se dos seus próprios meios de expressão para descrever acontecimentos, práticas, crenças, episódios passados, juízos...” (BARDIN, 2016, p. 94). Consiste em três etapas: pré-análise, exploração de material, inferência e interpretação, e, interpretação dos resultados.

A pré-análise tem como objetivo principal “tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas num plano de análise (BARDIN, 2016, p. 127).

Bardin (2016, p. 126-128) propõe o seguinte passo a passo para que a pré-análise seja realizada: a) leitura flutuante: “[...] consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações”; b) escolha dos documentos: “o universo de documentos de análise” e c) formulação das hipóteses e dos objetivos: “[...] trata-se de uma suposição cuja origem é a intuição e que permanece em suspenso enquanto não for submetido à prova de dados seguros”.

Quadro 5 - Informações determinadas referentes a pré análise

Pré-análise	Dados da pesquisa
Leitura flutuante	55 documentos relacionados as bibliotecas prisionais, legislações, Ciência da Informação, mediação da informação e desenvolvimento de coleção.
Escolha dos documentos	Repostas dos formulários e material utilizado no referencial teórico.
Formulação de hipóteses	1º - Nem todo estabelecimento prisional tem biblioteca prisional. 2º - Há censura intelectual, em relação aos materiais e conteúdo dentro dos estabelecimentos prisionais; 3º - Os assuntos predominantes dentro de uma biblioteca prisional são: a) autoajuda, b) religião, c) literatura, d) livros relacionados a remição de pena pela leitura; 4º - Em sua maioria, os responsáveis pela

	biblioteca prisional não são bibliotecários. 5º - As bibliotecas prisionais não possuem política de desenvolvimento de coleção.
--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Bardin (2016, p. 131) afirma que “[...] esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas”. Os resultados deverão ser tratados “[...] de maneira a serem significativos e válidos”. A partir da análise de conteúdo, foram extraídas informações referentes a: situação geral da biblioteca, acervo e segurança. (APÊNDICE A).

Em seguida, as respostas foram coletadas e analisadas. Baseadas nas perguntas elaboradas, três categorias foram estipuladas para a aplicação da análise de conteúdo, são elas: 1. Acervo: aspectos voltados para seleção, descarte, temáticas que compõem o acervo, assuntos que são mais solicitados, quantidade de obras, suporte informacionais, prerrogativas de segurança, software, sistema de organização do conhecimento, aquisição do acervo; 2. Serviço: quais são os serviços prestados por essa biblioteca, se são satisfatórios ou não; 3. Acesso: da comunidade carcerária em relação à biblioteca e ao seu acervo.

Após as considerações e dando continuidade à resolução dos objetivos, em relação ao objetivo e) propor diretrizes para o desenvolvimento desse acervo, as informações coletadas nas respostas dos formulários foram cotejadas com a literatura levantada em uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) que foi realizada na base de dados *Library Information Science Abstract (LISA)*²⁴. A partir desse cruzamento da literatura sobre bibliotecas prisionais e o diagnóstico e características locais da biblioteca da penitenciária, os parâmetros para o desenvolvimento do acervo foram sugeridos.

De acordo com Galvão e Pereira (2014) a RSL é uma ferramenta que deve ser abrangente e imparcial no seu desenvolvimento, além disso, é imprescindível a explicação do passo a passo da realização da pesquisa, pois existe a possibilidade de outros pesquisadores utilizarem os procedimentos e/ou aprimorá-los para efetivar suas buscas.

²⁴ A Base de Dados LISA foi escolhida para esta pesquisa por ser a maior base voltada para à Ciência da Informação, bem como disponibiliza materiais nacionais e internacionais.

Além disso, um outro método utilizado para esta pesquisa foi o estudo de caso. De acordo com Gil (2002, p. 54) o estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Algumas etapas são sugeridas para a realização desse estudo, são elas: formulação do problema, definição da unidade-caso, determinação do número de casos, elaboração do protocolo, coleta de dados, avaliação e análise dos dados e preparação do relatório (GIL, 2002). A seguir um quadro será apresentado com as etapas e as perspectivas apresentadas neste trabalho.

Quadro 6 - Etapas Estudo de Caso

Etapas Estudos de Caso	Etapas na dissertação
Formulação do problema	Analisar a constituição do acervo da Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis
Definição da unidade-caso	Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis
Número de casos	Um
Elaboração de protocolo	Formulário <i>Google Forms</i> ; Revisão Sistemática de Literatura; Guia de observação; Observação <i>in loco</i> e Análise de conteúdo.
Coleta de dados	Formulário <i>Google Forms</i> e Observação <i>in loco</i>
Avaliação e análise dos dados	Descritos na seção cinco e seis deste arquivo
Preparação do relatório	Descrita na seção sete deste arquivo

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Realizamos a pesquisa pelas palavras-chave “biblioteca prisional”, “biblioteca cárcere”, “biblioteca penitenciária”, “biblioteca prisão”, “biblioteca centro penitenciário”, “biblioteca para apenados”, “*prison library*”, “*prison libraries*”, “*penitentiary library*”, “*library for grievin*”, “*biblioteca cárcel*” e “*biblioteca prisión*” que poderiam ocorrer no título, resumo, palavras-chave do artigo, indexador da base e/ou texto. Os tipos de documentos selecionados foram artigo, estudo de caso, material de instrução/diretrizes, relatório e relatório anual; materiais em inglês, português e espanhol; acesso ao documento na íntegra e o conteúdo que abordasse o contexto, experiências, desenvolvimento de coleções das bibliotecas prisionais, que serão apresentador posteriormente. Ademais, a análise das respostas dos formulários e a observação *in loco* auxiliaram para a elaboração da proposta.

Além disso, as diretrizes foram pautadas nos objetivos das bibliotecas prisionais, tais como, locais que apoiam a saúde mental dos detentos, auxiliam na interação positiva entre pessoas privadas de liberdade e suas famílias, deveriam educar e reeducar os detentos para alcançar níveis espirituais, educacionais e sociais (CONRAD, 2012).

Quadro 7 - Síntese dos objetivos e respectivos métodos

Objetivo	Coleta – instrumento	Análise
Caracterizar as temáticas contempladas no acervo	Observação <i>in loco</i> e acesso aos relatórios produzidos pelos sistemas/ferramentas de gestão do acervo	Com base em sistemas de classificação bibliográfica.

Mapear a proveniência do acervo	Formulário enviado aos 10 profissionais que fazem parte do Complexo Penitenciário de Florianópolis	Análise de conteúdo proposta por Bardin
Conhecer critérios de seleção do acervo	Formulário enviado aos 10 profissionais que fazem parte do Complexo Penitenciário de Florianópolis	Análise de conteúdo proposta por Bardin
Propor diretrizes para o desenvolvimento de coleção	Revisão Sistemática da Literatura e análise das respostas dos formulários feita no Complexo Penitenciário de Florianópolis	Baseada nos objetivos e característica das bibliotecas prisionais

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, exibiremos aspectos coletados na observação *in loco*, realizada na Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis, bem como, a análise dos dados coletados por meio do *Google Forms*.

5.1 OBSERVAÇÃO *IN LOCO*

Ressalta-se que a Biblioteca desta instituição está localizada no prédio administrativo do Complexo Penitenciário de Florianópolis e todas as alas atendidas são voltadas para a comunidade carcerária do gênero masculino. É importante evidenciar que o Complexo tem em sua composição o presídio feminino, mas a administração das instituições é realizada por profissionais diferentes, e é por esse motivo que a Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis não atende a ala feminina.

De acordo com o guia de observação (apêndice A), em relação a equipe responsável pela Biblioteca, esta conta com uma supervisora bibliotecária que é docente do Curso de Biblioteconomia da UDESC²⁵, por meio da parceria com o Programa Novos Horizontes e mais duas estagiárias, associada ao Programa Novos Valores do Estado de Santa Catarina, que estão cursando Biblioteconomia.

A Biblioteca ocupa um espaço de aproximadamente 4x4m², além disso, no prédio administrativo perto da Biblioteca há dois banheiros para os funcionários do Complexo Penitenciário, sala de convivência dos professores, sala da coordenação do Centro de Educação de

²⁵ Professora Doutora Daniella Camara Pizarro.

Jovens e Adultos (CEJA) prisional e sala das pessoas responsáveis pelo Projeto de Remição de Pena pela Leitura.

Em relação às estantes, a Biblioteca conta com cinco estantes divididas a partir das nove classes disponibilizadas pela CDU. As classes baseadas na CDU, presentes nesse acervo são: 0 – Generalidades; 1 – Filosofia e Psicologia; 2 – Religião e Teologia; 3 – Ciências Sociais (Política, Direito, Economia e Educação); 5 – Matemática e Ciências Naturais; 6 – Ciências Aplicadas, Medicina e Tecnologia; 7 – Artes, Recreação, Lazer e Esportes; 8 – Linguística, Língua e Literatura; 82-93 – Literatura infanto-juvenil e 9 – Geografia, Biografia e História.

Também existem sete estantes completas com os materiais didáticos utilizados pelos professores do CEJA em sala de aula, que estão sob responsabilidade dos próprios professores. Pelo chão estão diversas caixas com livros que passaram por critérios de descarte. A Biblioteca ainda conta com duas mesas, com dois computadores, um armário, mapas geográficos, ar condicionado e uma janela grande e inúmeros vasos com plantas. Também conta com dois expositores com diversos livros sobre temáticas diferentes.

Também observamos que ocorre a realização do projeto a “Arte de Ler”, que é um projeto de fomento à leitura. A cada dois meses, a equipe da biblioteca define uma temática específica para evidenciar em seu mural. Após a escolha da temática, são separados dez livros referentes a este tema disponíveis no acervo. Em seguida, um folder é elaborado e disponibilizado nos espaços de maior circulação do Complexo Penitenciário de Florianópolis. De acordo com a coordenadora do Programa Novos Horizontes, o objetivo é estimular a leitura e os pedidos de empréstimos.

No mural onde fica localizado o Projeto Arte de Ler, observou-se que também estão disponíveis informações sobre o Novos Horizontes, bem como da Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais, datas importantes relacionadas aos feriados, entre outros.

Também estão disponibilizadas informações dos reeducandos que passaram nos vestibulares da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), bem como, Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos (ENCCEJA) e Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

No que tange ao acervo, percebe-se, na pesquisa, a quantidade elevada de livros de cunho religioso, como por exemplo bíblias. A coordenadora do Programa Novos Horizontes evidencia que as instituições religiosas quando vão à Penitenciária para realização de suas cerimônias religiosas, disponibilizam os materiais que gostariam que os reeducandos lessem. O material fica armazenado na Biblioteca, mas não pertence ao acervo.

Observou-se, também, que as estagiárias de biblioteconomia que estão na Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis, ficam na unidade somente pela manhã em função de suas aulas na Universidade, portanto, elas realizam os empréstimos para os funcionários do Complexo Penitenciário de Florianópolis. No período da tarde, o empréstimo é realizado da seguinte forma: o contratado pega o livro e envia um e-mail para a Biblioteca informando o título. Percebe-se que é uma relação de confiança estabelecida entre os funcionários e as estagiárias da Biblioteca. Entretanto, é evidente que o ideal é ter uma estagiária no período da tarde, mas as particularidades do serviço e da contratação, não são propícias para isso. Nesse sentido, uma sugestão é que os empréstimos poderão ser realizados no período da manhã, das 8h ao 12h, assim, contemplaria os funcionários que chegam pela manhã para realizar suas funções e a transição e chegada dos funcionários que atuam no período da tarde.

5.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

Apresentaremos a seguir, de forma descritiva, os respectivos discursos expostos pelos respondentes, organizados de acordo com as temáticas levantadas: acervo, serviços e acesso.

O questionário foi enviado, como citado anteriormente, para dez profissionais vinculadas às funções de segurança, educação e biblioteca do Complexo Penitenciário de Florianópolis. Dos dez questionários enviados, obtivemos quatro respostas. Três delas associadas à Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis e uma às questões de segurança daquele estabelecimento prisional.

5.2.1 Acervo

Fundamentado nas respostas dos questionários aplicados aos funcionários do Complexo Penitenciário de Florianópolis, o acervo da Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis conta com 3436 itens cadastrados no sistema de gerenciamento da unidade. Essa contagem foi realizada excluindo-se os materiais de cunho religioso que, como explicou-se anteriormente, são materiais que muitas vezes ficam com os reeducandos em suas celas e também, de acordo com a respondente 4, os mapas e os “livros que são utilizados nos cursos oferecidos pela instituição”. Acredita-se que a respondente esteja se referindo aos livros didáticos que fazem parte do material de trabalho dos professores do Complexo Penitenciário de Florianópolis. Ressalta-se que esses livros estão sob cuidados da coordenação do CEJA e seus professores.

Em relação aos assuntos presentes no acervo, todos os respondentes afirmam que a biblioteca possui diversos assuntos, títulos, gêneros e autores, cobrindo as nove classes propostas pela CDU, tais como, “acervo didático, autoajuda, religião, literatura brasileira, literatura internacional, científicos, dicionários, revistas e mapas”, de acordo com o respondente 2. Por meio dos pedidos de empréstimo, os respondentes percebem que os assuntos mais solicitados pelos reeducandos são: literatura, livros de cunho religioso e autoajuda, ficção, romance e dicionários.

No que tange à disponibilidade desse acervo, respondentes 1 e 2 afirmam que é satisfatória, uma vez que atende à demanda de algumas alas do Complexo Penitenciário de Florianópolis. O respondente 2 ainda afirma que “não é ideal, mas dentro do possível ela atende à demanda”. Já as respondentes 3 e 4 declaram que não é satisfatória, pois “o ambiente é pequeno e não suporta a quantidade de livros” e “muitos assuntos se misturam nas classificações, porém o espaço que temos não é o suficiente para uma mudança significativa”. Reitera-se que observei a diminuição do espaço físico em comparação ao ano de 2017, quando realizei o Estágio Curricular Obrigatório. Após o questionamento sobre a diminuição do espaço, a bibliotecária responsável alegou que foi necessária a readaptação para alocar a sala que envolve o Projeto de Remição de Pena pela Leitura.

A respondente 4 declara que os assuntos disponibilizados no acervo não são suficientes, visto que ainda “falta material informacional na área desportiva e sagas infanto-juvenis completas”. Ainda acredita que “poderia aumentar o acervo jurídico, os periódicos correntes (jornais) e de literatura”. Outro aspecto apresentado no questionário é sobre o Sistema de Organização do Conhecimento utilizado pela Biblioteca e qual o software de gerenciamento do acervo. As respondentes 2, 3 e 4 aplicam a CDU e afirmam que por ser um sistema universal, “a facilidade é muito maior”. Em relação ao software de gerenciamento, utilizam o “Bibliivre, por ser um software livre e gratuito”.

No que tange à aquisição de materiais para composição do acervo desta Biblioteca, a maior parte é adquirida por meio de doações. Quando perguntamos quais os programas que auxiliam nessa aquisição, afirmam que o Programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade contribui, bem como a sociedade civil. A respondente 4 afirma que “são feitas solicitações em diversas instituições”, por meio de campanha de arrecadação de livros. Os funcionários apresentam ideias para o desenvolvimento deste acervo, como por exemplo, realizar “campanhas de doação de livros, participação em editais voltados à Educação”.

Outra pergunta que o questionário abarca é se existem obras que, por ventura, poderão ser vetadas, todos os respondentes relatam que sim. Como já citado anteriormente no referencial teórico

desta dissertação, a segurança nos estabelecimentos prisionais estará sempre em primeiro lugar. Então, livros que possam infringir essa segurança de alguma forma serão vetados. A respondente 3 afirma que “normalmente, o único assunto vetado são os livros voltados para o erotismo”. Já a respondente 4 diz que “alguns livros com capa dura não são aceitos, justamente porque a maioria das galerias não aceita livros com essa capa. Há também a ilustração/título do livro, já que não pode incitar a violência”. Quando a respondente relata que a maioria das galerias não aceita livros de capa dura, supõe-se que a gestão administrativa ainda não liberou para todas as alas do Complexo Penitenciário, visto que, provavelmente esse tipo de encadernação pode comportar materiais ilícitos no interior do livro. Ressalta-se que cada ala e galeria do Complexo Penitenciário de Florianópolis tem sua peculiaridade e regras relacionadas ao formato de material que entra e sai desses ambientes.

O respondente 1 afirma que materiais como revistas e jornais não são permitidos. Essa perspectiva relacionada aos jornais e revistas vem em contraponto com algumas bibliotecas vinculadas aos espaços de privação de liberdade nacionais e internacionais, já que algumas liberam a entrada desse material e possuem diretrizes para a realização da sua compra. Isso é possível perceber no referencial teórico quando apontamos alguns serviços e acervos disponibilizados por bibliotecas prisionais internacionais na seção dois desta dissertação, intitulada “Bibliotecas nos espaços de privação de liberdade”.

Em relação aos critérios utilizados para seleção de materiais, a respondente 4 afirma utilizar a seguinte técnica “se é literatura da qual já se sabe que há interesse. Se o livro é novo, se o assunto é pedido”. O respondente 2 relata que depende da “atualidade, relevância, linguagem e utilidade” desse material. Além disso, “apenas livros são aceitos, pois eles não possuem outros dispositivos para [como por exemplo, aparelhos para DVD] utilizar materiais em outros formatos”. A Biblioteca analisada não conta com uma política de desenvolvimento de coleção. Já os critérios de descarte, descrevem que “é basicamente descartar apenas os livros que já não podem mais ser usados, isso é, que estão depredados, sem folhas, rasgados”. A respondente 4 informa que os materiais descartados são aqueles que “estão desatualizados, rasurados ou conteúdo é impróprio e/ou já se possui o item”, bem como, “conteúdo preconceituoso ou ofensivo”. O respondente 1 afirma que os critérios estão registrados no “livro Plantão Digital”, em um outro momento, o mesmo respondente afirma que “os critérios são estabelecidos pelas estagiárias de biblioteconomia”.

O respondente 1 não evidencia o que seria o livro Plantão Digital em suas respostas, mas, baseado em pesquisas realizadas pela autora deste trabalho, o livro de Plantão Digital é um livro onde registra-se todos os acontecimentos de uma unidade prisional. Conta com informações sobre

as visitas, sobre custodiados, movimentação do dia a dia do estabelecimento prisional, entre outras informações.

Além disso, o respondente 1 também afirma que os critérios de seleção do acervo estão associados à Recomendação nº 44 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ressalta-se que a Recomendação apenas apresenta os aspectos voltados para a Remição de Pena pela Leitura, sem definir critérios para a seleção de obras ou para o acervo de bibliotecas vinculadas aos espaços de privação de liberdade.

5.2.2 Serviço

De acordo com os respondentes, a Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis oferece os seguintes serviços: a) separação de livros que são distribuídos aos reeducandos; b) empréstimo de livros para as galerias; c) referência; d) apoio ao vestibular; e) apoio às atividades educacionais da escola da Penitenciária e f) suporte à Remição de Pena por meio da Leitura.

No que tange ao empréstimo, são realizados de três formas: por meio de memorandos, do sistema de caixas e de pedidos de advogados. Os memorandos são documentos em que os reeducandos solicitam qualquer tipo de material ou ação para a instituição prisional em que ele se encontra. No memorando “o apenado escreve qual livro ou tema específico ele quer” informa a respondente 4. Antes de chegar à Biblioteca, o memorando deverá ser aprovado por funcionários ligados à segurança da unidade. De acordo com nossos respondentes, a aprovação do memorando depende de alguns aspectos, como certifica a respondente 3: “se o reeducando tiver um bom comportamento, nenhuma infração” o empréstimo é realizado. No empréstimo realizado por meio de memorandos podem ser disponibilizados de dois a três livros por leitor e a solicitação pode ser feita uma vez por mês. Entretanto, em função da triagem pela qual passam os memorandos que inclui diferentes processos, chegam memorandos na Biblioteca toda semana.

O outro método de empréstimo são as caixas, que são enviadas mensalmente para seis galerias masculinas do Complexo Penitenciário de Florianópolis. Nelas são encaminhados livros com diferentes temáticas variando de quinze a setenta livros para cada ala, quando os livros chegam as galerias os responsáveis são os chefes de ala²⁶. A respondente 3 afirma que por esse método, “a galeria que mais tem solicitação é a do Centro de Triagem da Trindade (CTT), são aproximadamente 67 livros por mês”.

²⁶ Reeducandos responsáveis pela comunicação entre os reeducandos e funcionários do Complexo Penitenciário de Florianópolis.

A terceira forma de empréstimo são os pedidos feitos diretamente pelos advogados dos reeducandos para o Complexo Penitenciário.

Além disso, esta instituição prisional foi contemplada com o Projeto Remição de Pena pela Leitura, e isso fez com que os empréstimos aumentassem significativamente. Uma das perspectivas apresentadas em relação ao funcionamento dos serviços, é de que eles “não são suficientes, pois o acesso à leitura ainda não está no alcance de todos”, outro aspecto é “pensar na política de desenvolvimento de coleções e refletir sobre possíveis censuras éticas que podem ocorrer e atividades de formação de leitores”.

É importante evidenciar que a Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis conta com um planejamento, portanto, a partir de 2020 diversas ações serão realizadas, incluindo a elaboração da política de desenvolvimento de coleção.

5.2.3 Acesso

A Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis não conta com critérios explícitos de segurança para regular o acesso à Biblioteca.

Os reeducandos não possuem acesso presencial à Biblioteca. De acordo com o respondente 2, os “apenados não podem circular na área administrativa, somente os regalias”, ou seja, as pessoas que estão exercendo alguma função em relação ao trabalho, como entrega das refeições para os professores. Entretanto, os respondentes acreditam que esses detentos que estão exercendo suas funções podem frequentar a Biblioteca, mas não possuem essa informação. O contato dos reeducandos com os materiais dessa unidade acontece, na maioria das vezes, pelos três tipos de empréstimo citados anteriormente.

A respondente 4 afirma que “o desejo é que os próprios apenados possam ter acesso diretamente à biblioteca, sem que haja restrição, nem que haja restrição nos itens informacionais que são encaminhados”. O respondente 2 diz que “o layout da biblioteca e espaço precisa ser ampliado, melhorar a interação com os apenados, no sentido das atividades de estudo de usuários e referências”.

Uma das perguntas presentes no questionário é em relação à existência de algum documento que estabeleça os critérios do que pode e não pode entrar nas celas. O respondente 2 afirmou que “não nos foi repassado. Essa questão fica subordinada ao chefe de segurança”.

5.3 REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA NA BASE DE DADOS LISA

A partir da pesquisa realizada por meio da RSL, tem-se como resultado, 227 documentos, desses, 19 por meio da palavra-chave "*biblioteca cárcel*"; 1 pela palavra-chave "biblioteca cárcere"; 3 pela palavra-chave "biblioteca centro penitenciário"; 4 pela palavra-chave "biblioteca penitenciária"; 5 pela palavra-chave "biblioteca penitenciária"; 2 pela palavra-chave "biblioteca prisão"; 14 pela palavra-chave "*biblioteca prisión*"; 3 pela palavra-chave "biblioteca prisional"; 41 pela palavra-chave "*library for grieving*"; 26 pela palavra-chave "*library penitentiary*"; 3 pela palavra-chave "*penitentiary library*" e 106 pela palavra-chave "*prison library*".

Após a realização da pesquisa, os dados foram anexados em uma planilha Excel. Para verificar quais os documentos estariam presentes no corpus dessa pesquisa, para isso, alguns critérios foram elencados. Os critérios de exclusão dos materiais estavam voltados para as seguintes características: a) obras que não estavam condizentes com a temática do artigo; b) documentos que não foram encontrados na íntegra; e c) materiais repetidos. Ao final dessa análise, o corpus documental desta pesquisa foi de 55 materiais.

Em relação aos tipos de documentos recuperados, a maior parte é de artigos (50) vinculados a revistas científicas. Entre os autores que mais publicam na área estão: Tony Stevens (dois artigos) e Vibeke Lehmann (três artigos), membro do Departamento de Correções de Madison, Estados Unidos. Em 2011 houve um maior número de materiais publicados, sete, e nos anos de 1977, 1980, 1981, 1985, 1988, 1989, 1993, 1995, 1997, 2000, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2011 a 2019 somente um material foi publicado. Sobre pesquisas brasileiras, foram recuperados 4 documentos, todos artigos, a maioria publicada na revista brasileira *Informação & Informação*, de 2012 a 2017.

No que tange às palavras-chave indexadas na base de dados, as mais recorrentes são: a) *prison libraries*; b) *libraries*; c) *studies*; d) *handicapped*; e) *institutional libraries*; f) *disadvantaged*; g) *isolated*; h) *welfare services*; i) *librarians*. Esse resultado aponta a associação temática das bibliotecas prisionais com as bibliotecas institucionais, pessoas desfavorecidas e serviços de assistência social.

6. DIRETRIZES PARA ALÉM DO DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÃO

O desenvolvimento de coleção visa a constituição de um acervo seguro e consistente, como afirmou-se anteriormente. Para isso, é necessária a criação de parâmetros envolvendo o acervo. Nesta seção, diretrizes serão propostas com base na literatura utilizada no referencial teórico, bem como na análise das respostas coletadas por meio dos questionários utilizados para esta pesquisa e elencadas nas seguintes categorias: acervo, serviço e acesso.

Em relação ao acervo, sabe-se a partir da literatura apresentada e das respostas obtidas pelos questionários aplicados nessa pesquisa que, nas bibliotecas prisionais, os acervos são compostos por diversas temáticas, como: livros de lazer, materiais voltados para a ficção e entretenimento; livros de religião, poesia, autoajuda, literatura infanto-juvenil, materiais de alfabetização, materiais jurídicos. Algumas legislações brasileiras recomendam materiais nacionais e estrangeiros, técnicos, jurídicos, didáticos e recreativos (BRASIL, 2007). Além disso, após a análise dos dados coletados nos formulários propostos para esta pesquisa, identificou-se que os acervos também contêm materiais dirigidos a literatura brasileira, literatura internacional, científicos e dicionários. Percebe-se, também, que os respondentes dos questionários sentem falta de determinados assuntos no acervo desta unidade, visto que ainda “falta material informacional na área desportiva e sagas infanto-juvenis completas”.

No que concerne à aquisição dos materiais, entende-se que os materiais podem ser adquiridos por meio da aquisição/compra, doação e permuta. No processo de aquisição, o bibliotecário responsável pela unidade precisa estar ciente se a biblioteca conta ou não com orçamento para a compra dos materiais que passaram pelos critérios de seleção. Clark e MacCraigh (2006) afirmam que, se possível, é importante manter o solicitante ciente das etapas do processo de aquisição, e se o material chegou ou não à unidade. O orçamento pode vir tanto da administração financeira do estabelecimento prisional, quanto da Secretaria de Estado da Educação, visto que ela é responsável por equipar as bibliotecas prisionais (CADERNUTO, 2017).

A partir da literatura e das respostas dos questionários, percebe-se que a maioria dos acervos das bibliotecas prisionais nacionais e internacionais são provenientes de doações. Existem dois tipos de doações, as solicitadas pela biblioteca e as que são oferecidas para a unidade. Para as que são oferecidas para a unidade, alguns critérios foram pontuados, tais como,

Não serão aceitos xerox de material bibliográfico de acordo com o art. 29 da Lei de Direito Autoral, Lei nº 9610 de 19 de fevereiro de 1998; não serão aceitos materiais em suportes obsoletos para os quais a Biblioteca não possua equipamento para acessar seu conteúdo; não serão aceitos materiais publicados há mais de seis anos cujo conteúdo esteja

desatualizado e não possua valor histórico; não serão aceitos exemplares de obras já existentes no acervo da biblioteca em número suficiente; um termo de doação deverá ser preenchido neste caso, deixando o doador de que a Biblioteca, após análise do material, poderá dispor do mesmo da seguinte maneira: incorporação ao acervo; doação e/ou permuta com outras instituições e descarte (SAGÁS, 2016, p. 11).

Outro ponto levantado nas respostas dos formulários em relação às doações foi a necessidade da criação de projetos para que a Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis participe dos editais que contemplam a doação de livros. As fontes para a escolha desses materiais são diversas: catálogos e editoras; sugestão dos leitores; site de livrarias; entre outros.

A terceira forma de obter as obras é a permuta. A permuta é a troca de materiais entre instituições, como por exemplo: “material recebido por doação em quantidade desnecessária ou cujo conteúdo não seja de interesse da comunidade universitária [...] material substituído por outro em melhores condições e material retirado do acervo para descarte” (SAGÁS, 2016, p. 11).

Quando perguntado sobre os materiais que poderão ou não ser vetados dentro dos estabelecimentos prisionais, os respondentes desta pesquisa estão em conformidade com a literatura apresentada, ou seja, materiais que poderão de alguma forma infringir a segurança não estarão presentes nessas ambiências. Outro aspecto é o formato dos materiais relacionado à capa dura. Portanto, salienta-se que para o desenvolvimento desta coleção, o formato dos materiais e seus conteúdos precisam estar pré-estabelecidos. Essas obras deverão estar condizentes com as peculiaridades do sistema prisional brasileiro. Com base na literatura, percebe-se uma padronização em relação ao tipo de material encontrado dentro dessas ambiências, em sua maioria livros, além dos conteúdos que de alguma forma possam infringir a segurança, que também não estarão presentes no acervo.

Concernente aos periódicos e jornais, a literatura internacional afirma que possui esse tipo de material em seu acervo, como por exemplo nas bibliotecas prisionais do Reino Unido e em algumas dos EUA. Clark e MacCreaigh (2006) sugerem em seu livro que os bibliotecários possam realizar uma pesquisa de campo para verificar quais são as revistas mensais mais solicitadas. Contrapondo a literatura, na análise dos questionários desta pesquisa, percebe-se que um dos respondentes que faz parte da equipe de segurança do Complexo Penitenciário de Florianópolis informou que revistas e jornais são tipos de materiais que não poderão ser emprestados, mas não informou o motivo desses materiais não poderem estar presentes no acervo da Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis. Uma outra respondente, vinculada diretamente à

Biblioteca afirma que “poderia aumentar o acervo jurídico, os periódicos correntes (jornais) e de literatura”.

Percebe-se nessas duas respostas a divergência dos critérios de seleção do que pode ou não estar no acervo desta biblioteca prisional, e da importância da criação de uma política de desenvolvimento de coleção para essa unidade a fim de que não haja desencontro de informações.

Recomenda-se que haja um encontro entre os responsáveis pela segurança do estabelecimento prisional e a responsável pela biblioteca para alinhar as questões envolvendo os critérios de seleção de cada um dos materiais. É relevante que para cada aspecto vetado pela instituição, o bibliotecário saiba os motivos e que esses motivos estejam descritos na política de desenvolvimento de coleção, para que possíveis questionamentos feitos sejam resolvidos. Reafirma-se que cada biblioteca prisional responde hierarquicamente a cada instituição que está vinculada, portanto, é necessário analisar o contexto em que a mesma está inserida, a época em que esse material está sendo vetado, como está o financiamento dessas unidades para a compra desse tipo de obra.

Um dos critérios que compõem a política de desenvolvimento de coleção está voltado para a seleção desses materiais. Observa-se, por meio das respostas coletadas, que a Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis está colocando em prática alguns critérios propostos pela literatura voltada para os critérios de seleção, como por exemplo, verificar o assunto de interesse do reeducando, a linguagem adequada para a instituição penal, atualidade do material, conteúdo, entre outros. Portanto, sabe-se que é substancial a escolha das fontes de seleção, ou seja, onde essas obras serão pesquisadas para, posteriormente, realizar um orçamento e/ou até mesmo sugerir uma campanha de doações de materiais. Essas fontes de seleção podem ser: “catálogos editoriais; diretórios de periódicos; sugestão dos usuários; bases de dados; sites de editoras, de livrarias e de outras bibliotecas” (SAGÁS, 2016, p. 7).

Os materiais deverão atender aos seguintes critérios: a) autoridade de autores; b) atualidade do conteúdo; c) escassez do conteúdo na coleção; d) condições físicas da obra; e) custo; f) idioma acessível; g) relevância para comunidade; h) número de possíveis leitores; i) ser compatível com os suportes informacionais disponíveis na instituição (MIRANDA, 2007); j) as obras precisam estar de acordo com a legislação do Estado referente aos acervos das bibliotecas prisionais; k) dar preferência aos formatos compatíveis com os equipamentos disponíveis em cada unidade; l) a arte dos livros de alfabetização poderão ser discretas, já que existem alguns leitores que não se sentem confortáveis com a exposição do seu nível educacional (CLARK; MACCREAIGH, 2006).

Ainda sobre os critérios de seleção, no que concerne às obras de referência (dicionários, enciclopédias, guias, atlas, entre outros) o bibliotecário responsável pela unidade, caso seja preciso, poderá consultar os bibliotecários de referência de outras instituições para subsidiar aspectos para aquisição dessas obras. Ressalta-se que, a partir das perspectivas apresentadas no referencial teórico e com as análises da coleta de dados as bibliotecas prisionais, geralmente, não possuem bibliotecários e quando possuem é um para toda a instituição prisional. Portanto, é possível que seja um bibliotecário para realizar a maior parte das funções dessa unidade.

Outra particularidade da política de desenvolvimento de coleção é o desbaste dos materiais. O desbastamento é a ação de tirar o material do acervo com a finalidade de obter espaço físico em sua coleção, o material pode ser remanejado/transferido. Os critérios para o remanejamento dos materiais são: “exemplares de livros utilizados nos últimos cinco anos, permanecendo apenas um exemplar de cada título no acervo [...] o local de armazenagem deve ser definido pela biblioteca” (SAGÁS, 2016, p. 12). O responsável pela biblioteca prisional pode conversar com a direção de outros estabelecimentos prisionais e apresentar a lista de materiais que estão disponíveis para remanejamento e verificar a disponibilidade de receber essas obras.

Além disso, como os critérios de seleção, a Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis também cumpre alguns critérios propostos pela literatura referentes ao descarte, tais como, livros depredados, faltando folhas, desatualizados, rasurados, entre outros. Acredita-se que a inserção de uma bibliotecária, bem como as estagiárias do curso de Biblioteconomia auxiliam no cumprimento dos critérios, mesmo esta Biblioteca não tendo em sua administração uma política de desenvolvimento de coleção estabelecida. A política de desenvolvimento de coleção apresenta critérios relacionados ao descarte desses materiais, tais como, condições físicas dos materiais, empréstimo dos exemplares dispostos no acervo, a relevância dos conteúdos para a comunidade que determinada biblioteca atende, atualização da obra e número excessivo de exemplares (MIRANDA, 2007). Além do mais, “obras em línguas inacessíveis; obras não consideradas de valor histórico; obras não utilizadas após o processo de remanejamento; o material descartado poderá ser doado, permutado ou eliminado; para o material a ser descartado a biblioteca setorial deverá compilar uma lista para ser apresentada à comissão de seleção” (SAGÁS, 2016, p. 12).

Uma política de desenvolvimento de coleção visa, em um dos seus aspectos, a reposição dos materiais extraviados ou danificados. De acordo com os dados coletados a partir dos questionários, as obras extraviadas ou danificadas no Complexo Penitenciário de Florianópolis não são repostas. Acredita-se que nessas ambiências, as questões referentes ao extravio ou danificação do material

perpassam pelas questões de segurança para verificar o que houve com esse material. A literatura afirma que a maioria desses materiais são extraviados com a troca dos reeducandos de estabelecimento prisional ou quando são libertos. Portanto, a reposição dessa obra precisa ser flexível, dada as circunstâncias dos ambientes prisionais. A sugestão é que a equipe responsável pela biblioteca possa solicitar doações dos materiais extraviados, bem como, verificar com a administração financeira um recurso específico para que haja a compra desses materiais. Os critérios para reposição dos materiais são, “demanda do título específico; importância e valor do título; número de exemplares existentes; cobertura do assunto por outros títulos; possibilidade de adquirir outro similar atualizado” (SAGÁS, 2016, p. 10).

Referente ao funcionamento dos serviços propostos pela Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis, afirmou-se anteriormente, pelo respondente 2, que é necessário pensar numa política de desenvolvimento de coleção refletindo alguns aspectos, como a censura e a formação dos leitores. Percebe-se por meio da literatura apresentada nesta dissertação que a maioria das bibliotecas prisionais não contam com esse tipo de documento. A partir disso, algumas sugestões foram elencadas.

Identificou-se nas repostas dos questionários destinados a esta pesquisa que um dos serviços prestados pela Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis é o empréstimo. Sugere-se, de acordo com a literatura (LEHMANN; LOCKE, 2005), que um catálogo seja elaborado com os materiais que compõem o acervo desta unidade para que os reeducandos que não tem acesso direto à biblioteca possam escolher seus materiais.

Para o desenvolvimento de coleção, recomenda-se a criação de uma comissão para definir critérios. Recomenda-se que a Comissão seja composta por: a) Bibliotecário; b) Chefe de segurança do estabelecimento prisional; c) Administração financeira; d) Docente; e) Coordenadora do CEJA; f) Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina; g) Responsável pelo Projeto de Remição de Pena pela Leitura; h) Gerência de saúde, educação e assistência social e i) Um reeducando representante de cada ala do estabelecimento prisional.

A comissão, conta com diversas competências, tais como,

Assessorar a biblioteca em assuntos pertinentes à formação do acervo [...]; contribuir com a política de seleção, seus princípios e normas visando sua atualização; avaliar e recomendar as fontes de seleção; elaborar o plano anual de aquisição [...]; avaliar periodicamente a coleção; analisar os materiais indicados para aquisição; articular-se com a comunidade, coletando sugestões para atualização do acervo e melhorias no processo de desenvolvimento de coleção (SAGÁS, 2016, p. 6).

É fundamental que a comissão conheça sua comunidade carcerária para que haja um bom desenvolvimento de coleção e as necessidades informacionais sejam atendidas. Portanto, sugere-se que um estudo de comunidade seja realizado nas ambiências prisionais. Neste estudo, a equipe responsável por coletar informações deverá atentar-se aos seguintes aspectos: idade da população, níveis de leitura, idiomas, quais são as necessidades informacionais, quais são os suportes que poderão ser disponibilizados na instituição carcerária, quais são os tipos de informações.

É possível perceber por meio de pesquisas que alguns estabelecimentos prisionais censuram a entrada de livros voltados para as diversas vertentes do direito, por exemplo (LEHMANN; LOCKE, 2005). Recomenda-se, também, que seja evidenciado na política o ato de censurar pensando na segurança. Como por exemplo: materiais de cunho sexual, que irão infringir de qualquer forma a segurança da estrutura do estabelecimento e da comunidade carcerária, os tipos de formato. Neste sentido, a formação do acervo fica sob responsabilidade da comissão para o desenvolvimento de coleção, mas os financiamentos estão sob competência da administração financeira da instituição prisional e da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina.

No que diz respeito ao acesso, as políticas de desenvolvimento de coleção das bibliotecas prisionais incluem as políticas de circulação. As políticas de circulação estão voltadas para a movimentação dos materiais dentro dos estabelecimentos prisionais, portanto, os bibliotecários precisam conversar com os responsáveis pela segurança das instituições, quais itens estão nessas coleções, verificará os materiais e registra-los, quantos materiais um reeducando pode ter ao mesmo tempo, por quanto tempo o material fica com a pessoa, as renovações permitidas, os materiais podem ser suspensos por quanto tempo e por qual motivo, e, por fim, como funciona os materiais emprestados de outras instituições.

Identificou-se nas respostas dos questionários que os reeducandos não podem frequentar presencialmente a Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis, acredita-se que isso acontece pela localização desta Biblioteca, que fica no prédio administrativo do Complexo Penitenciário. Portanto, sugere-se que essas unidades têm de estar situadas num local central dos estabelecimentos prisionais.

Considera-se, também, que a segurança nos estabelecimentos prisionais pode ser um dos fatores que influenciam a falta de reeducandos nas bibliotecas prisionais, visto que a quantidade de agentes prisionais não é suficiente para realizar de forma segura o deslocamento de reeducandos da cela à biblioteca. Os funcionários desses estabelecimentos estão instruídos a focar nas atividades que consideram em primeiro lugar a segurança de todos. Pensando nesses aspectos, uma possível

ação seria realizar o deslocamento dos livros até as celas por meio de carrinhos. Pensando na seleção dos materiais para esse serviço, uma sugestão é realizar um estudo de comunidade para verificar a necessidade informacional e em seguida elaborar um catálogo com as obras que compõe o acervo da unidade. Outro aspecto, é idealizar um cronograma com os horários e reeducandos que poderão estar juntos, preservando assim a segurança. Para a elaboração desse cronograma, o bibliotecário juntamente com a administração e o chefe de segurança poderá distribuir os reeducandos nos horários e pensando nos aspectos que envolvam os deslocamentos até a biblioteca.

Além disso, sabe-se com base na literatura que a Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis já foi localizada na parte central do Presídio Masculino, além disso, a literatura afirma que uma biblioteca prisional necessita de uma iluminação funcional para leitura, uso de computadores, tratamento acústico, condições de climatização, resistência para cargas pesadas, circuitos elétricos e informáticos, controle visual de todo o espaço, espaço para depósito, telefone para uso externo, sistema eletrônico de comunicação, armários para arquivo e armazenamento, balcão de referência, serviços internos, sala para tratamento técnico, mesas de leitura, fotocopadora e espaço para atividades em grupo.

Por outro lado, há de se considerar que tais sugestões refletem um desejo do que seria a gestão e o ambiente físico de uma biblioteca prisional, e não necessariamente a realidade de uma biblioteca prisional. Visto que, pelos relatos de experiências das bibliotecas prisionais no mundo e as visitas que realizei às penitenciárias do Estado de Santa Catarina, a realidade é totalmente diferente. As bibliotecas geralmente ficam em prédios afastados dos reeducandos, a iluminação é baixa, o uso de computadores pelo menos nos estabelecimentos prisionais brasileiros não é permitido, bem como o uso da internet, geralmente os espaços não contam com equipamentos de climatização. Alguns estabelecimentos penitenciários do Estado de Santa Catarina foram visitados por mim, são eles: Complexo Penitenciário de Florianópolis, Penitenciária de Joinville e Penitenciária da Região de Curitiba, enquanto atuava como bolsista do programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade. Estes espaços não contam com salas para processamento técnico, tal ação é realizada, quando realizada, na mesa da responsável pela biblioteca, além disso, não contam com espaços para leitura e nem atividade em grupo, já que a permanência dos reeducandos dentro das bibliotecas é negada.

Além disso, a autora desta dissertação percebeu alguns aspectos para além das respostas dos questionários, são eles: relacionados à avaliação, aos materiais sonoros e visuais e ao funcionamento da biblioteca.

No que se refere à avaliação da coleção deverá ser realizada “sempre que necessário, sendo empregados métodos quantitativos e qualitativos, cujos resultados serão comparados e analisados, assegurando o alcance dos objetivos da avaliação da coleção” (SAGÁS, 2016, p. 13). Por fim, a política de desenvolvimento de coleção deverá ser revisada a cada dois anos, e, reafirma-se que cada estabelecimento prisional tem sua peculiaridade, portanto, a política estará de acordo com suas instituições.

Ainda em relação ao horário de funcionamento desta Biblioteca, após análise das respostas dos questionários, houve divergências, uma das respondentes afirma que a Biblioteca funciona no período da manhã e da tarde. E outras duas respondentes afirmam que o espaço funciona somente no período da manhã. Um dos aspectos para solucionar essa divergência é estabelecer, juntamente com a administração da Penitenciária, um horário fixo de funcionamento da unidade informacional.

No que diz respeito aos materiais sonoros e visuais, a literatura internacional afirma que em algumas bibliotecas existe os equipamentos necessários para reprodução desses materiais, tais como: aparelho de som, aparelho de DVD. Pode-se perceber por meio da observação *in loco*, que a Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis não conta com esses equipamentos e nem com esse tipo de material. Nos questionários, os respondentes não mencionam informações sobre esse tipo de material, mas é possível que além da Biblioteca não ter os instrumentos para reprodução desses materiais, eles não entrem por questões de segurança. Para uma melhor visualização das diretrizes propostas nessa seção, um quadro será apresentado:

Quadro 8 - Diretrizes para política de desenvolvimento de coleção em bibliotecas prisionais

Ação	Análise/Sugestão
Acervo	<ul style="list-style-type: none"> • Acervo composto por diversas temáticas; • Legislações brasileiras recomendam alguns gêneros; • Doações.
Doações	<ul style="list-style-type: none"> • Critérios pontuados para receber doações; • Criação de projetos para Biblioteca participar de editais; • Decidir as fontes para a escolha dos materiais.
Aquisição	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar se a unidade possui ou não orçamento para compra dos materiais; • Solicitante ciente das etapas do processo de aquisição, se o material chegou ou não; • Orçamento pode vir da administração da instituição prisional ou da Secretaria de Estado da Educação.
Materiais vetados	<ul style="list-style-type: none"> • Materiais que de alguma forma vão infringir a segurança; • Formato desses materiais (livro); • Conteúdo desses materiais.
Periódicos e jornais	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa de campo para verificar os mais solicitados;

	<ul style="list-style-type: none"> • Divergência nas respostas (criação da política de desenvolvimento de coleção); • Encontro entre os responsáveis pela segurança e biblioteca.
Crítérios de seleção	<ul style="list-style-type: none"> • A Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis cumpre alguns aspectos relacionados aos critérios de seleção propostos pela literatura; • Seguir critérios disponibilizados pelos autores da área; • Obras de referência.
Crítérios de desbaste	<ul style="list-style-type: none"> • Critérios de remanejamento disponibilizado pelos autores; • Verificar com outras instituições e responsabilidade do remanejamento.
Obras extraviadas ou danificadas	<ul style="list-style-type: none"> • Não há reposição; • Perpassam pelas questões de segurança para verificar o que houve com o material.
Empréstimo	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de um catálogo com os materiais que compõem o acervo desta unidade.
Comissão para definir critérios	<ul style="list-style-type: none"> • Composição da comissão; • Estudo de comunidade; • Imparcialidade; • Ato de censurar; • Formação do acervo.
Funcionamento dos serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Evidenciar nas políticas de desenvolvimento de coleção; • Aspectos sobre a censura e a formação de leitores.
Acesso	<ul style="list-style-type: none"> • Política de circulação (movimentação do material); • Deslocamento dos livros por meio dos carrinhos; • Cronograma com os horários e reeducandos que poderão estar juntos na biblioteca.
Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • Sempre que necessário; • Método quantitativo e qualitativo.
Horário de funcionamento	<ul style="list-style-type: none"> • Horário fixo de funcionamento juntamente com a administração e a equipe da Biblioteca.
Materiais sonoros e visuais	<ul style="list-style-type: none"> • A Biblioteca não conta com equipamentos e nem com esse tipo de material.

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As prisões nacionais e internacionais estão focadas na reabilitação dos reeducandos. Para a ação de reabilitar, o sistema prisional conta com algumas leis, recomendações e documentos que focam nos aspectos relacionados aos direitos e deveres do Estado para com a comunidade carcerária e vice-versa. Sabe-se, por meio da literatura, que alguns dos direitos sancionados não estão em prática por inúmeros motivos voltados para a administração da unidade, falta de efetivo, falta de espaço salubre e saudável, falta de financiamento, entre outros motivos ligados à força maior.

As bibliotecas prisionais são vinculadas aos espaços de privação de liberdade, que possuem particularidades que influenciam nos serviços, acessos e acervo dessas unidades. Percebe-se por meio das análises aplicadas a esta pesquisa, que as propostas realizadas pela literatura, algumas vezes, não contemplam a realidade dessas ambiências. Além disso, as bibliotecas prisionais podem ser caracterizadas de diversas formas, essa caracterização depende da necessidade informacional e do contexto em que a unidade está inserida.

Nesta dissertação, apresentou-se aspectos sobre a equipe responsável pelas bibliotecas prisionais, seu funcionamento, as questões administrativas, tópicos voltados para segurança peculiar dos estabelecimentos prisionais e no quanto isso afeta a inserção de alguns tipos de obras/conteúdos. Expõe ainda experiências e características de bibliotecas prisionais nacionais e internacionais com o foco no universo da pesquisa deste trabalho, a Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis.

A metodologia utilizada para esta pesquisa fez com que o objetivo geral e os específicos fossem alcançados com sucesso. Em relação ao objetivo geral, analisar a constituição do acervo da Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis, percebeu-se que a ferramenta utilizada para o gerenciamento do acervo é o *software* Biblivre; a classificação é realizada a partir da CDU proposta por Otlet e Henri La Fontaine, ambos implementados nesta Biblioteca em 2017.

Para atingir o objetivo geral desta dissertação, quatro objetivos específicos foram elencados. No que concerne ao objetivo a) descrever as condições gerais do ambiente e do acervo, compreendeu-se que a Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis está localizada no prédio administrativo do Complexo Penitenciário de Florianópolis e compartilha o espaço com a sala dos professores, banheiros, sala da coordenação do CEJA e sala da Remição de Pena pela Leitura. O ambiente não é acessível a todas e todos os reeducandos, acredita-se, a partir dos questionários, que os reeducandos que estão no status de regalia podem frequentar esses espaços. Além disso, o

ambiente é climatizado e possui diversas estantes voltadas para o acervo da Biblioteca e algumas com o material didático, que não está sob cuidados das estagiárias de Biblioteconomia.

O acervo está separado nas estantes de acordo com a CDU, identificou-se pelos questionários que é preciso solicitar mais estantes para contemplar todo o acervo disponível nesta Biblioteca. Outra situação é referente aos livros religiosos, como por exemplo, as bíblias, pois sabe-se que esse tipo de livro muitas vezes é emprestado e os reeducandos ficam para si. Os livros que estão destinados ao descarte são separados e colocados em caixas, para que os funcionários responsáveis possam realizar o descarte assim que solicitado.

No que se refere ao objetivo b) caracterizar as temáticas contempladas no acervo. Como citamos anteriormente, o acervo da Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis conta com cerca de quatro mil materiais inclusos em seu *software* até o dia em que os questionários foram respondidos, em setembro de 2019. Os assuntos desses materiais abrangem todas as nove classes da CDU. Assuntos como, por exemplo, autoajuda, religião, romance, ficção, literatura infanto-juvenil, teologia, psicologia, entre outros. Não é todo suporte informacional que é apropriado para as ambiências prisionais, ou por questões de segurança, ou por não ter as ferramentas/equipamentos para utilizar outros suportes, portanto, a maioria do acervo é composto por livros.

Em relação ao objetivo c) mapear a proveniência do acervo, identificou-se que a maioria do acervo é composto por doações, em sua maioria provenientes da sociedade civil. Existem materiais que são vetados por questões de segurança dentro dos espaços de privação de liberdade. Apresentamos anteriormente um referencial com aspectos referentes às peculiaridades do sistema prisional, em que a segurança estará sempre em primeiro lugar.

No que tange ao objetivo d) conhecer os critérios de seleção do acervo, pode-se perceber por meio dos formulários respondidos que os critérios de seleção e descarte utilizados pelas estagiárias da Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis visam as perspectivas propostas pelo desenvolvimento de coleção apresentado na literatura, mas ressalta-se que não há uma política de desenvolvimento de coleção instituída nesta unidade. Em consequência da não existência dessa política, foi proposto para esta dissertação o objetivo e) propor diretrizes de desenvolvimento desse acervo. Em consonância com a literatura e as respostas dos formulários foi possível elaborar algumas instruções para a criação da política de desenvolvimento de coleção voltadas para bibliotecas prisionais.

Após as concepções apresentadas por esta dissertação, sugiro algumas ações e pesquisas relacionadas às bibliotecas vinculadas aos espaços de privação de liberdade. A primeira é uma

parceria com a Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina para a disponibilização de serviços aos reeducandos dos estabelecimentos prisionais do Estado, visto que o Manifesto sobre as Bibliotecas Públicas disponibilizado pela UNESCO afirma a oferta de serviço sem qualquer distinção e com base na igualdade de acesso para todos.

Uma segunda sugestão é a criação do cargo de bibliotecário no quadro de funcionários do sistema prisional catarinense. Afirmamos que a presença de um bibliotecário é imprescindível para a gestão de uma biblioteca, sua atuação “fundamenta-se no conhecimento da missão, objetivos, áreas de atuação e perfil sociocultural do público alvo da instituição onde está instalada a unidade de informação em que atua [...]” (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2018, p. 1). Ressaltamos também que, de acordo com a Lei nº 4084, de 30 de junho de 1962, a “designação profissional de Bibliotecário, a que se refere o quadro das profissões liberais [...], é privativa dos bacharéis em Biblioteconomia” (BRASIL, 1962, p. 1). Nessa perspectiva, ressalta-se que o Programa Novos Horizontes organizou a Biblioteca sob o olhar da Biblioteconomia para apresentar as demandas de um bibliotecário na instituição, inclusive, a coordenação do Programa está em negociação com a administração da Penitenciária para a contratação de um bibliotecário.

Outra sugestão envolve a localização da Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis. Percebe-se no referencial teórico desta dissertação que as bibliotecas vinculadas às instituições penais deveriam estar disponíveis para toda a comunidade carcerária, em uma localidade de fácil acesso. Por esse motivo, acredita-se que políticas de acesso à Biblioteca poderiam ser criadas e estabelecidas dentro do Complexo Penitenciário, bem como a readequação do espaço para comportar a demanda relacionada ao seu acervo e espaços para seus leitores. Além disso, a realização do contato com penitenciárias que já dispõem dessas perspectivas em seus espaços, para verificar quais foram os procedimentos, quais são os aspectos positivos e negativos, entre outros.

Uma quarta sugestão é a realização de um curso para a comunidade carcerária e os funcionários do Complexo Penitenciário de Florianópolis. Evidenciando as ações, funções e objetivos de uma biblioteca e de um bibliotecário, além de concepções relacionadas a dados estatísticos da Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis.

Outra sugestão é relacionada aos aspectos biblioteconômicos dentro do Complexo Penitenciário de Florianópolis. Percebe-se, então, que é necessária a realização de uma ação juntamente com os funcionários do Complexo para evidenciar algumas perspectivas biblioteconômicas para solucionar quaisquer dúvidas sobre o funcionamento, função, atividades

realizadas por um bibliotecário. Além de fomentar a criação de cargos de bibliotecários nos sistemas prisionais catarinenses, evidencia-se que um Estado brasileiro, como apresentou-se no referencial teórico, já conta com o cargo instituído no sistema prisional com cerca de três vagas disponíveis.

Nos procedimentos metodológicos desta dissertação, uma das etapas da análise de conteúdo de Bardin, é a pré-análise. Nela acontece a leitura flutuante e a criação de hipóteses, portanto, algumas hipóteses foram elencadas, são elas: 1ª - Nem todo estabelecimento prisional tem biblioteca prisional; 2ª - Há censura intelectual, em relação aos materiais e conteúdo dentro dos estabelecimentos prisionais; 3ª - Os assuntos predominantes dentro da Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis, que são os mais solicitados pelos apenados, são: a) autoajuda, b) religião, c) literatura, d) livros relacionados à remição de pena pela leitura; 4ª - Em todas as bibliotecas prisionais nacionais, os responsáveis pela biblioteca prisional não são bibliotecários e 5ª - A Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis não conta com a política de desenvolvimento de coleção.

Em relação a primeira e quarta hipóteses, pode-se perceber que nem todo estabelecimento prisional tem biblioteca e bibliotecário, a partir das pesquisas feitas por mim e, conseqüentemente, publicados em formato de artigos para revistas da área, além das visitas realizadas enquanto bolsista do Programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade, bem como o referencial teórico apresentado neste trabalho. A segunda hipótese, a partir da literatura, é perceptível a censura em relação a alguns tipos de materiais vinculados ao direito, como citado anteriormente. Essa censura, que não é explícita ou documentada, parece acontecer por parte do próprio sistema prisional. Nesse sentido, o olhar da Biblioteconomia é fundamental, já que o bibliotecário precisa ter habilidades de negociação e condições de desenvolver um planejamento de forma a superar essas questões.

A terceira e quinta hipóteses foram confirmadas a partir dos questionários respondidos para esta dissertação, bem como o escopo documental desta pesquisa.

Enquanto desenvolvimento de pesquisas que trabalhem com estas ambiências, pretende-se expandir em projeto de doutorado, visando a elaboração de um tesouro voltado para a linguagem da comunidade carcerária.

REFERÊNCIAS

ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de. **Programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade.** 2017. Disponível em: http://sigproj1.mec.gov.br/apoiados.php?projeto_id=245765. Acesso em: 12 jun. 2017.

AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO MATO GROSSO DO SUL. **Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Mato Grosso do Sul.** Mato Grosso do Sul: Departamento Nacional Penitenciário, 2012. 66 p.

ALCANTARA, Edimar. **Os bibliotecários e a responsabilidade social com a informação.** 2019. Disponível em: <https://biblio.cartacapital.com.br/os-bibliotecarios-e-a-responsabilidade-social-com-a-informacao/>. Acesso em: 1 ago. 2019.

ALMEIDA, Felipe Lima de. Reflexões acerca do Direito de Execução Penal. **Revista Liberdades**, São Paulo, n. 17, p.11-49, set. 2014. Disponível em: http://www.revistaliberdades.org.br/site/outrasEdicoes/outrasEdicoesExibir.php?rcon_id=210. Acesso em: 22 jun. 2018.

ALMEIDA, Marco Antônio de. Mediação cultural e da informação: considerações socioculturais e políticas em torno de um conceito. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: VII ENANCIB, 2007. p. 1-16. Disponível em: <http://200.20.0.78/repositorios/bitstream/handle/123456789/1113/GT3--212.pdf?sequence=1>. Acesso em: 6 jul. 2019.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Sociedade e biblioteconomia.** São Paulo: Polis, 1997. 130 p.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli. Mediação da informação e da leitura. *In*: II SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2., 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: EPRINTS, 2007. p. 1-13. Disponível em: http://eprints.rclis.org/13269/1/MEDIA%C3%87%C3%83O_DA_INFORMA%C3%87%C3%83O_E_DA_LEITURA.pdf. Acesso em: 22 jul. 2019.

ANNA, Jorge Santa; ZANETTI, Eni Maria de Souza Pinto; NASCIMENTO, Lucileide Andrade de Lima do. Bibliotecas prisionais e a construção da cidadania: um estudo teórico das práticas bibliotecárias em favor da inclusão social. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p.67-85, jan. 2015. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/984/pdf_111. Acesso em: 4 jul. 2018.

ASHER, Curt. Interlibrary loan outreach to a prison access inside. **Journal of Interlibrary Loan, Document Supply and Electronic Reserve**, [S.l.], v. 16, n. 3, p. 27-33, 2006.

ASSOCIATION OF SPECIALIZED AND COOPERATIVE LIBRARY AGENCIES. **The Libraries Serving Special Populations Section**, [S.l.: s.n.]. Disponível em: <http://www.ala.org/ascla/asclaourassoc/asclasections/lssps/lssp>. Acesso em: 10 maio 2018.

- BAILEY, Andree. Standards for Library Service in Institutions: A. In the Correctional Setting. **Library Trends**, [S.l.], p. 261-266, out. 1972. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/4816011.pdf>. Acesso em: 26 set. 2018.
- BARBOSA, Joaquim. **Recomendação N° 44 de 26/11/2013**. Brasília. 2013. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=1235>. Acesso em: 8 maio 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BARROS, Ana Maria de; JORDÃO, Maria Perpétua Dantas. A cidadania e o sistema penitenciário brasileiro. **UNIEDUCAR: educação sem distância**, São Paulo, p.1-20, jan. 2004. Disponível em: <https://www3.ufpe.br/ppgdh/images/documentos/anamb1.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2019.
- BASHORE, Melvin L. Behind adobe walls and iron bars: the Utah Territorial Penitentiary Library. **Libraries and Culture**, [S.l.], v. 38, n. 3, p. 236-249, jul. 2003.
- BECHELLI, Antonio. Bibliotecas em rede em San Vittore: a formação do prisioneiro-bibliotecário. **Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, v. 5, n. 2, p.155-159, jul. 2018. Disponível em: <https://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/196/203>. Acesso em: 14 maio 2019.
- BORTOLIN, Sueli; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação oral literária: algumas palavras. In: VALENTIM, Marta (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 85-103. Disponível em: <http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/364414.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2019.
- BOUCHARD, Joseph; WINNICKI, Amanda “You found what in a book?” Contraband control in the prison library. **Library and Archival Security**, [S.l.], v. 16, n. 1, p. 47-61, 2000.
- BOWDEN, Teresa S. A snapshot of state prison libraries with a focus on technology. **Behavioral and Social Sciences Librarian**, [S.l.], v. 21, n. 2, p. 1-12, 2002.
- BOWE, Carole. Recent Trends in UK Prison Libraries. **Library Trends**, Illinois, v. 59, n. 3, p. 427-445, jan. 2011.
- BRANSKI, Regina Meyer; FRANCO, Raul Arellano Caldeira; LIMA JUNIOR, Orlando Fontes. Metodologia do estudo de caso aplicada à logística. In: XXIV CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM TRANSPORTE, 14., 2010, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: ANPET, 2010. p. 1 - 12. Disponível em: <http://www.lalt.fec.unicamp.br/scriba/files/escrita%20portugues/ANPET%20-%20METODOLOGIA%20DE%20ESTUDO%20DE%20CASO%20-%20COM%20AUTORIA%20-%20VF%2023-10.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal; Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível

em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 7 jun. 2018.

BRASIL. [Lei Federal (1962)]. **Lei N° 4.084, de 30 de Junho de 1962**. Brasília, 30 jun. 1962. 7 p. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Lei4084-30junho1962.pdf>. Acesso em: 11 out. 2019.

BRASIL. [Lei Federal (1984)]. **Lei N° 7.210, de 11 de Julho de 1984**. Brasília: Presidência da República, 1984. 32 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm. Acesso em: 18 maio 2018.

BRASIL. [Decreto (2007)]. **Decreto N° 6049, de 27 de Fevereiro de 2007**. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6049.htm. Acesso em: 7 maio 2018.

BRASIL. [Lei Federal (2011)]. **Lei N° 12.433, de 29 de Junho de 2011**. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm. Acesso em: 4 maio 2018.

BRASIL. **Plano nacional bibliotecas da escola: leitura e biblioteca nas escolas públicas brasileiras**. Brasília: MEC, 2008. 136 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/livro_mec_final_baixa.pdf. Acesso em: 1 nov. 2018.

BUCKLAND, Michael. Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science**, Berkeley, v. 5, n. 42, p.1-13, jun. 1991. Disponível em: <http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>. Acesso em: 16 maio 2018.

BURT, Lesta N. Information Needs of Inmates. **Library Trends**, Illinois, v. 26, n. 1, p.27-38, jan. 1977. Disponível em: https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/6945/librarytrendsv26i1d_opt.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 set. 2018.

CANO, Débora Staub; SAMPAIO, Izabela Tissot Antunes. O método de observação na psicologia: considerações sobre a produção científica. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 11, n. 2, p.199-210, jul. 2007. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/6849>. Acesso em: 18 nov. 2018.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: V ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10, 2003. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizontes: ENANCIB, 2003, p. 1-18. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 30 abr. 2018.

CARDENUTO, Heloisa Helena Reis (Org.). **Plano Estadual de Educação em Prisões 2016-2026: educação, prisão e liberdade, diálogos possíveis**. Florianópolis: DIOESC, 2017. 92 p.

CARVALHO, Cristina de; CARVALHO, Marcelo Dias de. Projetos de mediação de leitura e bibliotecas em presídios femininos. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**,

Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p.136-163, jan. 2017. Disponível em:
<http://abecin.org.br/portalderevistas/index.php/rebecin/article/view/60>. Acesso em: 30 abr. 2018.

CBBP. CBBP – Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais. 2017. Disponível em:
<http://www.febab.org.br/cbbp/>. Acesso em: 31 jul. 2019.

CHAPUTULA, Aubrey Harvey, & KANYUNDO, Allan James. Collection development policy: How its absence has affected collection development practices at Mzuzu University Library. **Journal of Librarianship and Information Science**, [S.l.], v. 4, n. 46, p. 317-325, 2014.

CLARK, Sheila; MACCREAIGH, Erica. **Library services to the incarcerated: applying the public, library model in correctional and facility libraries.** Estados Unidos da América: Libraries Unlimited, 2006. 246 p.

COLOMBO, João Raimundo. [Lei Complementar (2011)]. **Lei Complementar nº 529, de 17 de Janeiro de 2011.** Florianópolis: Departamento de Administração Prisional, p. 1-16. Disponível em:
<http://www.deap.sc.gov.br/index.php/downloads/legislacao/2-22042013-lei-complementar-no-529-de-17-de-janeiro-de-2011/file>. Acesso em: 13 mar. 2019.

CONRAD, Suzanne. Collection Development and Circulation Policies in Prison Libraries: An Exploratory Survey of Librarians in US Correctional Institutions. **The Library Quarterly**, [S.l.], v. 82, n. 4, p. 407-427, out. 2012. Acesso em: 12 set. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Resolução CFB nº 207/2018.** Aprova o Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro, que fixa as normas orientadoras de contida no exercício de suas atividades profissionais. Brasília: CFB, 2018. Disponível em:
<http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-207-C%C3%B3digo-de-%C3%89tica-e-Deontologia-do-CFB-1.pdf>. Acesso em: 11 out. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Banco Nacional de Monitoramento das prisões.** Brasília: CNJ, 2018. 100 p. Disponível em:
<https://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/08/57412abdb54eba909b3e1819fc4c3ef4.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2019.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **A visão do Ministério Público sobre o sistema prisional brasileiro - 2016.** Brasília: CNMP, 2016. 344 p. Disponível em:
http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2016/Livro_sistema_prisional_web_7_12_2016.pdf. Acesso em: 26 mar. 2019.

CORREA, Elisa Cristina Delfini. Política de gestão de estoques de informação: uma proposta para atualização de conteúdo. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: CBBP, 2013. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1433>. Acesso em: 25 mar. 2019.

COSTA, Amabile *et al.* Bibliotecas prisionais catarinenses e a ausência do bibliotecário. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 874-886, nov. 2016. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1256/pdf>. Acesso em: 4 jan. 2018.

COSTA, Amabile. **Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis**: um espaço sociocultural e educativo. 2017. 78 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia Habilitação em Gestão da Informação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000048/0000484d.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2019.

COSTANZO, Emanuela; MONTECCHI, Giorgio. Prison Libraries in Italy. **Library Trends**, [S.l.], v. 59, n. 3, p. 509-519, 2011. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/38de/e8b54ec6111b60f2a1c0a6b212fabfe48bff.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2018.

CURRY, An. Canadian Federal Prison Libraries: A National Survey. **Journal of Librarianship and Information Science**, [S.l.], v. 35, n. 3, p. 141-152, set. 2003. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0961000603353002?journalCode=lib>. Acesso em: 26 set. 2018.

DÍAZ, Raquel Melero. Bibliotecas penitenciarias: espacios de libertad. Experiencia en las bibliotecas de los centros penitenciarios de Castilla La Mancha. **Educación y Biblioteca**, Espanha, v. 19, n. 158, p. 89-91, jan. 2007. Disponível em: https://gredos.usal.es/jspui/bitstream/10366/119333/1/EB19_N158_P89-91.pdf. Acesso em: 14 maio 2019.

DICK, Archie L. Censorship and the reading practices of South African Political Prisoners, 1960-1990. **South African History Online**, [S.l.], p.1-28, jan. 2007. Disponível em: <https://www.sahistory.org.za/archive/censorship-and-reading-practices-south-african-political-prisoners-1960-1990-archie-l-dick>. Acesso em: 1 nov. 2018.

DORIGON, Alessandro. Exclusão social e o sistema carcerário. **Conteúdo Jurídico**, Brasília, 27 jan. 2017. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/49032/exclusao-social-e-o-sistema-carcerario>. Acesso em: 19 set. 2018.

EIRAS, Bruno Duarte. Uma janela para o mundo: bibliotecas e bibliotecários em meio prisional. *In*: 9º CONGRESSO DE BIBLIOTECÁRIOS ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS. **Anais...** Açores: APBAD, 2007. p. 1-7. Disponível em: <http://www.apbad.pt/Downloads/congresso9/COM59.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

EMASEALU, Helen U.; POPOOLA, Sunday Olanrewaju. Information needs and the enhancement of the psychological wellbeing of Nigerian prison inmates. **Library Philosophy and Practice**, [S.l.], p. 1-18, 2016. Acesso em: 28 ago. 2018.

EZE, Jacintha Ukamaka. Problems and prospects of providing library and information services to the prisoners in Nigeria. **Emerald Insight**, [S.l.], v. 64, n. 4, p. 285-304, 2015. Disponível em: <https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/LR-06-2014-0064>. Acesso em: 5 dez. 2018.

FIGUEIREDO, Nice Menezes. **Desenvolvimento & avaliação de coleções**. 2. ed. rev. atual. Brasília, DF: Thesaurus, 1998.

FIORAVANTE, Rosane. **Relatório de estágio na Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis**. Florianópolis: UFSC, 2008. 47 p.

FRANCO, Paki Venegas; CERVERA, Julia Pérez. **Manual para o uso não sexista da linguagem: O que bem se diz... bem se entende**. Minas Gerais: UNIFEM, 2006. 73 p. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-epublicacoes/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem>. Acesso em: 15 ago. 2018.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GALVÃO, Taís Freire; PEREIRA, Mauricio Gomes. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 183-185, jan. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ress/v23n1/2237-9622-ress-23-01-00183.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2018.

GAMARNIKOW, Eva. Educação, (in)justiça social e direitos humanos: lcombatendo desigualdades na globalização turbocapitalista. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 52, p. 189-243, jan. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n52/11.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

GOMES, Henriette Ferreira. A mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento. **Datagramazero: Revista de Ciência da Informação**, Paraíba, v. 9, n. 1, p. 1-15, fev. 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/3041/1/DataGramaZero%20-%20Revista%20de%20Ci%3%aaancia%20da%20Informa%3%a7%c3%a3o%20-%20Henriette.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2019.

GONÇALVES, Marina. **Entenda a diferença entre regime fechado, semiaberto e aberto**. [S.l.: s.n.], 2015. Disponível em: <http://www.oabdeprimeira.com.br/como-passar-na-oab-2/dicas-de-estudo-como-passar-na-oab-2/entenda-a-diferenca-entre-regime-fechado-semiaberto-e-aberto/>. Acesso em: 18 jun. 2018.

GUERRA, Stephanie. Reaching out to At-Risk Teens: Building Literacy with Incarcerated Youth. **PNLA Quarterly**, [S.l.], v. 75, n. 1, p. 50-60, out. 2010. Disponível em: http://libraryservicestoincarceratedyouth.pbworks.com/f/lib_serving_inc_youth.pdf. Acesso em: 16 ago. 2018.

INGS, Catherine; JOSLIN, Jennifer. Correctional Service of Canada Prison Libraries from 1980 to 2010. **Library Trends**, Illinois, v. 59, n. 3, p. 386-408, jan. 2011.

JOHN, Valquíria Michela. **“Palavra da salvação”**: as representações da leitura na prisão. 2004. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

KAPPUS, Hanna. Library service for the unemployed, socially disadvantaged and minorities in Hamburg. **New Library World**, [S.l.], v. 88, n. 1050, dez. 1987. Disponível em: <https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/eb038740>. Acesso em: 26 set. 2018.

LEHMANN, Vibeke. Prison Librarians Needed: A Challenging Career for Those with the Right Professional and Human Skills. **IFLA Journal**: Escócia, v. 26, n. 2, p. 123-128, abr. 2000. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/034003520002600208?journalCode=iflb>. Acesso em: 12 set. 2018.

LEHMANN, Vibeke. Planning and implementing prison libraries: strategies and resources. **IFLA Journal**, [S.l.], v. 29, n. 4, p. 301-307, 2003.

LEHMANN, Vibeke; LOCKE, Joanne. **Orientações para serviços de biblioteca para reclusos**. 3. ed. [S.l.]: IFLA, 2005. 24 p. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/professional-report/92-pt.pdf>. Acesso em: 21 maio 2019.

LIGGETT, Joanna. M. Survey of Ohio’s prison libraries. **Journal of Interlibrary Loan, Document Delivery and Information Supply**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 31-45, 1996.

LINDEMANN, Catia. **As bibliotecas prisionais brasileiras e a agenda 2030 da ONU**. 2017. Disponível em: <https://biblioo.cartacapital.com.br/as-bibliotecas-prisionais-e-agenda-2030/>. Acesso em: 17 ago. 2019.

LITHGOW, Susan D.; HEPWORTH, John. B. Performance measurement in prison libraries: research methods, problems and perspectives. **Journal of Librarianship and Information Science**, [S.l.], v. 25, n. 2, p. 61-69, jun. 1993.

LJØDAL, Hilde Kristin. Prison libraries: a contribution to punishment that works?. **Scandinavia Library Quarterly**, Escandinavia, v. 42, n. 2, p. 1-5, jan. 2009. Disponível em: <http://slq.nu/?article=norway-prison-libraries-a-contribution-to-punishment-that-works>. Acesso em: 12 set. 2018.

LJØDAL, Hilde Kristin; RA, Erlend. Prison Libraries the Scandinavian Way: An Overview of the Development and Operation of Prison Library Services. **Library Trends**, Illinois, v. 59, n. 3, p.473-489, jan. 2011.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organização**. Niterói: Intertexto, 2006. 94 p.

MAIA, Clarissa Nunes et al. **História das prisões no Brasil**: volume 1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. 314 p.

MAKINEN, Ilkka. Libraries in hell: cultural activities in Soviet prisons and labor camps from the 1930s to the 1950s. **Libraries and Culture**, [S.l.], v. 28, n. 2, p. 117-142, abr. 1993.

MALAQUIAS, Josinaldo José Fernandes. **Informação e Cidadania na Penitenciária e Presídio do Roger**. 1999. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1999. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11660>. Acesso em: 26 mar. 2019.

MARK, Amy. E. Libraries Without Walls. **Behavioral & Social Sciences Librarian**, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 97-111. 2005.

MARQUES, Josiane *et al.* A realidade do sistema prisional no Brasil: um dilema entre as penas e os direitos humanos. In: SEMINÁRIO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRB, 5, 2015, Bahia. **Anais...** Bahia: UFBR, 2015. p. 1-13. Disponível em: https://www3.ufrb.edu.br/sppgcs2015/images/Artigo-Aprovado-Final-1_1.pdf. Acesso em: 2 out. 2018.

MARSHALL, Aileen. M. J. Library Services in Correctional Settings. **Information Outlook**, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 24-26, jan. 2011.

MIOTTO, Neli. Leitura no cárcere: um caminho para liberdade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S.l.], v. 13, n. 1, p.32-52, jan. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/790/651>. Acesso em: 1 nov. 2018.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Desenvolvimento de coleção em bibliotecas universitárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 1-19, jan. 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2018/2139>. Acesso em: 7 nov. 2018.

MIRANDA, Antônio Luiz. **A Penitenciária de Florianópolis: de um instrumento da modernidade a utilização por um Estado totalitário**. 1998. 125 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30359102.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.

MORIGI, Valdir José; VANZ, Samile Andréa de Souza; GALDINO, Karina. O bibliotecário e suas práticas na construção da cidadania. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 134-147, jan. 2002.

NOVO, Benigno Núñez. **A educação prisional no Brasil**. **JUSBRASIL**, Brasil, p. 1-10, 2017. Disponível em: <https://benignonovonovo.jusbrasil.com.br/artigos/477173747/a-educacao-prisional-no-brasil>. Acesso em: 14 mar. 2019.

OBSERVATÓRIO DO QREN. **Manual Técnico II: Métodos e Técnicas de Avaliação**. Lisboa: [Observatório do Qren], 2004. 6 p. Disponível em: http://www.observatorio.pt/item1.php?lang=0&id_channel=16&id_page=548. Acesso em: 19 nov. 2018.

ONU. **Agenda 2030**. 2015. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/>. Acesso em: 4 nov. 20019.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948. 7 p. Disponível em: http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 7 jun. 2018.

ONU. **Regras mínimas para o tratamento de prisioneiros**. [S.l.], 1955. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/fpena/lex52.htm>. Acesso em: 1 nov. 2018.

PELANDRÉ, Nilcéa Lemos. **Ensinar e aprender com Paulo Freire: 40 horas 40 anos depois**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009. 218 p.

PEREIRA, Antonio. A educação de jovens e adultos no sistema prisional brasileiro: o que dizem os planos estaduais de educação em prisões? **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 11, n. 24, p. 217-252, jan. 2018.

PIZARRO, Daniella Camara et al. O cotidiano na biblioteca da penitenciária: vivências e percepções. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ARTE E EDUCAÇÃO PRISIONAL, 1, 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: I SIAEP, 2017. p. 76-87. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/7288a8_94d15c03fcfb4043a3c6b3504c99658e.pdf. Acesso em: 17 out. 2018.

PLANO DIRETOR DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Relatório da situação atual do sistema penitenciário**. Rondônia: Governo do Estado de Rondônia, 2007. 236 p. Disponível em: <https://www.mpro.mp.br/documents/10180/580287/Plano+Diretor+Sistema+Penitenci%C3%A1rio+RO.pdf/b9d96f4b-c04f-4177-a931-d6450633e57a>. Acesso em: 2 abr. 2019.

POOL, J. Public library services to correctional facilities. **Library Trends**, [S.l.], v. 26, n. 1, jul. 1977. Acesso em: 17 ago. 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2018.

PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2007. 195 p.

PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Estado do Pernambuco**. Pernambuco: Governo do Estado de Pernambuco, 2007. 135 p.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam: a brutal vida das mulheres - tratadas como homens - nas prisões brasileiras**. Rio de Janeiro: Record, 2016. 292 p.

RANGEL, Anna Judith. Violações aos direitos humanos dos encarcerados no Brasil: perspectiva humanitária e tratados internacionais. **JUSBRASIL**, Brasil, p.1-14, jan. 2014. Disponível em: <https://ninhajud.jusbrasil.com.br/artigos/123151293/violacoes-aos-direitos-humanos-dos-encarcerados-no-brasil-perspectiva-humanitaria-e-tratados-internacionais>. Acesso em: 21 jun. 2019.

REIS, Magali dos; ALVES, Vânia Noronha. Leitura, Informação, Lazer e Ludicidade nas Bibliotecas Escolares: Contribuições da Biblioteca Mário de Andrade/SP. **Educação em Foco**, Minas Gerais, v. 19, n. 29, p. 215-234, set. 2016. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/viewFile/1909/1043>. Acesso em: 10 maio 2018

ROMÁN, Antonio Martín. A influência da leitura no contexto de encarceramento e o marco jurídico das bibliotecas prisionais. **Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 43-67, jul. 2018. Disponível em: <http://www.cajur.com.br/index.php/cajur/issue/view/11/showToc>. Acesso em: 3 jun. 2019.

SAGÁS, Alcimar Oliveira et al. **Política de desenvolvimento de coleção da Biblioteca Universitária da UDESC**. Florianópolis: UDESC, 2016. 13 p. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/0_32296200_1476384077.pdf. Acesso em: 7 nov. 2019.

SANCHES, Gisele A. Ribeiro; RIO, Sinomar Ferreira do. Mediação da informação no fazer do bibliotecário e seu processo em bibliotecas universitárias no âmbito das ações culturais. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 103-121, jul. 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42323/45994>. Acesso em: 17 ago. 2019.

SANTA CATARINA (Estado). [Lei Complementar (2011)]. **Lei Complementar N° 529, de 17 de Janeiro de 2011**. Santa Catarina, p. 1-20. Disponível em: http://leis.ale.sc.gov.br/html/2011/529_2011_lei_complementar.html. Acesso em: 21 jun. 2019.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO. **Plano Estadual de Educação nas Prisões**. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2016. 141 p. Disponível em: [https://sejus.es.gov.br/Media/sejus/Arquivos%20PDF/SJA_0002_16_CL_EDUCACAO_PRISOES_148X21cm_I_WEB%20\(2\).pdf](https://sejus.es.gov.br/Media/sejus/Arquivos%20PDF/SJA_0002_16_CL_EDUCACAO_PRISOES_148X21cm_I_WEB%20(2).pdf). Acesso em: 7 set. 2019.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Programa de educação nos espaços de privação de liberdade**. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/6619-programa-de-edfucacao-em-espacos-de-privacao-de-liberdade>. Acesso em: 7 jul. 2019.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. **Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional da Bahia**. Salvador: Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização Nestor Duarte Guimarães Neto, 2015. 75 p.

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DE SÃO PAULO. **Plano Diretor do Sistema Penitenciário**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2010. 65 p.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO. **Plano Estadual de Educação nas Prisões - ES**. Vitória: Secretaria de Estado Educação, 2012. 86 p.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ. **Plano Estadual de Educação nas Prisões**. Teresina: Secretaria de Justiça do Estado, 2015. 44 p.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO AMAPÁ. **Plano Estadual de Educação nas Prisões**. Macapá: Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública, 2014. 126 p.

SILVA, Armando Malheiro da. Mediações e mediadores em Ciência da Informação. **Prisma**, Porto, n. 9, p. 1-37, jan. 2010. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/26174/2/000106387.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2019

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Perspectivas de atuação das bibliotecas prisionais e as contribuições para a agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 3-18, jan. 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1060/1056>. Acesso em: 12 set. 2018.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; SILVA, Roosevelt Lins. Biblioteca, luta de classes e o posicionamento da Biblioteconomia brasileira: algumas considerações. **Revista Em Questão**, Rio Grande do Sul, v. 16, n. 2, p. 203-217, jul. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/16023/10442>. Acesso em: 22 abr. 2019.

SILVA NETO, Eptácio Gomes; LEITE, Francisca Chagas Dias. Bibliotecas prisionais enquanto espaços para o acesso à informação e à cidadania. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 25, n. 1, p. 47-58, jan. 2011. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/1945&>. Acesso em: 30 jun. 2018.

SILVEIRA, Icléia. **Um modelo para capacitação dos instrutores do sistema CAD para vestuário e dos modelistas, com foco na gestão do conhecimento**. 2011. 305 f. Tese (Doutorado em Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=18698@1. Acesso em: 6 nov. 2018.

SILVEIRA, Lúcia da; FIORAVANTE, Rosane; VITORINO, Elizete Vieira. Formação e desenvolvimento de coleção: proposta para biblioteca escolar de acordo com a pedagogia Waldorf. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 86-103, jan. 2009.

ŠIMUNIĆ, Zrinka; TANACKOVIĆ, Sanjica Faletar; BADURINA, Boris. Library services for incarcerated persons: A survey of recent trends and challenges in prison libraries in Croatia. **Journal of Librarianship and Information Science**, [S.l.], v. 48, n. 1, p. 72-89, mar. 2016

STRECK, Danilo R; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. 439 p.

TONIN, Jaciana de Holanda Costa; SOUZA, Edivanio Duarte de. A seleção de fontes de informação em bibliotecas prisionais de Alagoas. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v.

1, n. 1, p. 47-63, jan. 2014. Disponível em:
<http://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/1303/904>. Acesso em: 21 jun. 2019.

UNESCO. **Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar**. São Paulo, 1994. Disponível em:
<https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2018

UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**. Paris, 1994. 3 p. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PLmanifesto/pl-manifesto-ptbrasil.pdf>. Acesso em: 11 maio 2017.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Desenvolvimento de coleção**. São Paulo: Polis, 1989. 96 p.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2010. 120 p.

WEITZEL, Simone da Rocha. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. **Transinformação**, Campinas, v. 3, n. 24, p. 179-190, set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v24n3/a03v24n3.pdf>. Acesso em: 17 maio 2018.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006. 76 p.

WILKINS, Barratt. The correctional facility library: history and standards. **Library Trends**, [S.l.], v. 25, p. 119-123, 1977. Disponível em: https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/6949/librarytrendsv26i1i_opt.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 17 set. 2018.

APÊNDICE A

- **Guia de observação**

Possui bibliotecário? Se sim, quantos?

Possui estagiários ou auxiliares de biblioteca?

Possui banheiro?

Quais móveis compõem essa biblioteca? Como estão distribuídos?

Quantas estantes?

APÊNDICE B

Questionário enviado às profissionais vinculados à educação do Complexo Penitenciário de Florianópolis.

1. Quais são os serviços oferecidos pela Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis?
2. Na sua opinião, algum procedimento poderia ser realizado de forma diferente? (empréstimo, acesso a biblioteca...)
3. Os serviços prestados pela biblioteca são suficientes? Se não, que outros serviços a biblioteca poderia prestar?
4. Quais os assuntos estão presentes no acervo da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis?
5. Qual o assunto mais solicitado pelos reeducandos?
6. Quais os assuntos mais requisitados para o desenvolvimento de suas atividades no Complexo Penitenciário de Florianópolis?
7. Na sua opinião, os assuntos disponibilizados ao acervo são suficientes? Que assuntos poderiam compor o acervo?
8. Na sua opinião, a forma que o acervo está disponível é satisfatória?
9. Você conhece os critérios de seleção e descarte do acervo? Esses critérios estão registrados em algum documento? Esses critérios são suficientes?
10. Quais programas auxiliam na aquisição de materiais?
11. Existem assuntos que são vetados? Por quê?
12. Os critérios de seleção/descarte estão registrados em algum documento?
13. Na sua opinião, que outras formas de desenvolvimento do acervo poderiam ser adotadas?
14. Existe algum formato de material que NÃO pode entrar, e ser emprestado?
15. Há algum documento que estabeleça os critérios do que pode e não pode entrar nas celas?
16. Quais são os procedimentos para realização do empréstimo?
17. Na sua opinião, de que forma o empréstimo de materiais pode ser realizado?

APÊNDICE C

Questionário enviado às profissionais vinculados à segurança do Complexo Penitenciário de Florianópolis.

1. Quais são os serviços oferecidos pela Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis?
2. Na sua opinião, algum procedimento poderia ser realizado de forma diferente? (empréstimo, acesso a biblioteca...)
3. Os serviços prestados pela biblioteca são suficientes? Se não, que outros serviços a biblioteca poderia prestar?
4. Quantos materiais compõem o acervo da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis?
5. Quais os assuntos estão presentes no acervo da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis?
6. Qual o assunto mais solicitado pelos leitores da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis?
7. Na sua opinião, os assuntos disponibilizados ao acervo são suficientes? Que assuntos poderiam compor o acervo?
8. Na sua opinião, a forma que o acervo está disponível é satisfatória?
9. Qual o sistema utilizado para classificar o acervo da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis? Por quê?
10. Quais os procedimentos para empréstimo de material à comunidade carcerária?
11. Existe algum critério de segurança para regular o acesso à Biblioteca?
12. Quando uma obra é extraviada a reposição é feita? Se sim, como?
13. Quais são os critérios de descarte dos materiais que compõem o acervo?
14. Qual a opção mais utilizada para aquisição? (Compra, doação e/ ou permuta)
15. Quais programas auxiliam na aquisição de materiais?
16. Quais são os critérios de seleção do acervo?
17. Existem critérios de seleção do acervo voltados especificamente para a segurança?
18. Existem assuntos que são vetados? Por quê?
19. Os critérios de seleção/descarte estão registrados em algum documento?
20. Na sua opinião, que outras formas de desenvolvimento do acervo poderiam ser adotadas?
21. Qual ferramenta/software é utilizado nesse estabelecimento?
22. Existe algum formato de material que NÃO pode entrar, e ser emprestado?
23. Há algum documento que estabeleça os critérios do que pode e não pode entrar nas celas?
24. Quais são os procedimentos para realização do empréstimo?
25. Na sua opinião, de que forma o empréstimo de materiais pode ser realizado?

APÊNDICE D

Questionário enviado às profissionais vinculados à biblioteca do Complexo Penitenciário de Florianópolis.

1. Quais são os serviços oferecidos pela Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis?
2. Na sua opinião, algum procedimento poderia ser realizado de forma diferente? (empréstimo, acesso a biblioteca...)
3. Os serviços prestados pela biblioteca são suficientes? Se não, que outros serviços a biblioteca poderia prestar?
4. Quantos materiais compõem o acervo da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis?
5. Quais os assuntos estão presentes no acervo da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis?
6. Qual o assunto mais solicitado pelos leitores da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis?
7. Na sua opinião, os assuntos disponibilizados ao acervo são suficientes? Que assuntos poderiam compor o acervo?
8. Na sua opinião, a forma que o acervo está disponível é satisfatória?
9. Qual o sistema utilizado para classificar o acervo da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis? Por quê?
10. Quais os procedimentos para empréstimo de material à comunidade carcerária?
11. Existe algum critério de segurança para regular o acesso à Biblioteca?
12. Quando uma obra é extraviada a reposição é feita? Se sim, como?
13. Quais são os critérios de descarte dos materiais que compõem o acervo?
14. Qual a opção mais utilizada para aquisição? (Compra, doação e/ ou permuta)
15. Quais programas auxiliam na aquisição de materiais?
16. Quais são os critérios de seleção do acervo?
17. Existem critérios de seleção do acervo voltados especificamente para a segurança?
18. Existem assuntos que são vetados? Por quê?
19. Os critérios de seleção/descarte estão registrados em algum documento?
20. Na sua opinião, que outras formas de desenvolvimento do acervo poderiam ser adotadas?
21. Qual ferramenta/software é utilizado nesse estabelecimento?
22. Existe algum formato de material que NÃO pode entrar, e ser emprestado?
23. Há algum documento que estabeleça os critérios do que pode e não pode entrar nas celas?
24. Quais são os procedimentos para realização do empréstimo?
25. Na sua opinião, de que forma o empréstimo de materiais pode ser realizado?